

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 28 DE OUTUBRO DE 2009

NÚMERO 6.103

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça (Peninha)
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2103
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 096ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 22/10/2009.... 2
Ata da 097ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 27/10/2009.. 15
Ata da 051ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 27/10/2009 23
Ata da 052ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 27/10/2009 24

Atos da Mesa

Atos da Mesa 29

Publicações Diversas

Audiência Pública..... 30
Lei..... 33
Ofício..... 34
Portarias 34
Projetos de Lei..... 35

PLENÁRIO

ATA DA 096ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Círio Vandresen - Dagomar Carneiro - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Vânio dos Santos.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Fala da municipalização do ensino fundamental; mostra preocupação com o subsídio do seguro agrícola para a próxima safra agrícola.
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Crítica a proposta de criação de 19 regiões metropolitanas.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Concorde com a posição do deputado Lício Mauro da Silveira.
DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Ataca a proposta do governo do estado com relação às RMs.
DEPUTADO MANOEL MOTA - Pede solução para os problemas que emperram as obras de duplicação da BR-101/sul.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Afirma que o governo federal está de costas para as questões da duplicação da BR-101/sul.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Discorre sobre programas ecologicamente corretos e socialmente responsáveis.

Partidos Políticos

DEPUTADO MANOEL MOTA - Expressa preocupação com a situação dos fumicultores do sul do estado.

DEPUTADO ROMILDO TITON (aparte) - Corrobora da preocupação do deputado Manoel Mota.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Lembra a importância do seguro agrícola.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (aparte) - Lembra a ajuda que a CEF dá aos atingidos pelas catástrofes climáticas.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Comunica a alteração da sentença contra o ex-governador Paulo Afonso.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a passagem dos 70 anos do *Correio Lageano* e os 54 anos de Braço do Norte.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN (pela ordem) - Registra a presença de Aldo Maciel, empresário do setor de transporte marítimo.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença de líderes da região sul.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Rebate as críticas dos deputados José Natal e Manoel Mota ao governo federal.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (aparte) - Defende o governo do presidente Lula.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Reafirma críticas ao MST e ressalta as conquistas do governo FHC, que tiveram continuidade com o PT.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Alerta que o PT inviabilizou as reformas política e tributária no governo FHC.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (pela ordem) - Agradece os elogios ao governo do PT feitos pelos deputados José Natal e Serafim Venzon.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Cede seu tempo para o pronunciamento do dr. Norio Owada.

Ordem do Dia

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Solicita assinar o Requerimento n. 1.595/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Cumprimenta os servidores da TVAL pelos dez anos de funcionamento.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Parabeniza o setor de comunicação da Alesc.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (pela ordem) - Cumprimenta a direção e os funcionários da TVAL.

Explicação Pessoal

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Elogia as ações do governo Lula em Santa Catarina e no país.

DEPUTADO PEDRO UCSAI (aparte) - Ressalta a reversão da política de privatização no governo Lula.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Enfatiza a importância da extensão dos dutos de gás ao alto vale do Itajaí e a Lages; declina o nome do seu homenageado com a Comenda do Legislativo Catarinense; convida para audiência pública sobre o Microbacias II; discorre sobre sua agenda do final de semana.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (aparte) - Sugere que o deputado Peninha utilize seu prestígio para conseguir viaturas para o sul do estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Elogia a ação do deputado Peninha e augura votos que se eleja deputado federal.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (aparte) - Parabeniza o deputado Peninha por apresentar sua agenda aos catarinenses.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença do vereador Euclaudecil Rodrigues, de Santa Cecília, de companheiros do PDT de Criciúma e do vereador Cabo Loro, de Araranguá.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Comunica a abertura da Exposição Industrial e Comercial de Timbó; discorre sobre o auxílio do governo federal ao estado em função das catástrofes climáticas.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Manifesta solidariedade às ponderações da deputada Ana Paula Lima sobre o atendimento aos atingidos pelas catástrofes.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença da secretária de Desenvolvimento Regional de Brusque, Sandra Eccel, e do vereador Lenoir Maestri, de Nova Trento.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Posiciona-se contra o fechamento de agências do Besc pelo BB.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Partilha da opinião do deputado Sargento Amauri Soares sobre o fechamento das agências do Besc.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Comunica que aprovou requerimento convidando o superintendente do BB a dar esclarecimento à Alesc.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Mostra-se contrário à municipalização do ensino fundamental; comunica que o governo do estado chamou os aprovados no concurso da Polícia Civil.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Lembra que somente o governador em exercício, Jorginho Mello, atendeu seu pleito de mais bolsas de estudo aos estudantes carentes.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Anuncia a visita de três ministros de estado a Santa Catarina.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Denuncia a venda de material da Defesa Civil e da secretaria da Saúde em feira em São Paulo.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Mostra-se indignada com a denúncia do deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Pede também a apuração da denúncia da venda de uniformes escolares do governo de SC no RS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos, que deverá contar sobre a sua experiência de terem furtado o seu passaporte e seus documentos nos Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, colegas deputados, sras. deputadas, deputado José Natal, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL, às vezes falam que no Brasil, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, assaltam os turistas. Todos imaginam que quando se está no Rio de Janeiro ou na Bahia como turista pode-se ser roubado. Eu, graças a Deus, nunca fui roubado em lugar nenhum do Brasil. Agora, fora do Brasil fui roubado no aeroporto de Milão, e dizem que na Itália não há furto. Os americanos dizem que os turistas são roubados aqui no Rio de Janeiro, mas é lá que fui roubado, infelizmente.

Muito obrigado, deputado Gelson Merísio, por ter levantado essa questão.

Quero cumprimentar a delegação de Trombudo Central, o prefeito Sílvio Venturi, as professoras Andréa Cristina, Maria Marlete, Tânia, Gláucia, Zenaide, Neusa, Iracema, Doraci, Neimar Terezinha, Márcia Regina, Leonilde, Neide, Carla, Zenilda, Eli, Giane e Rose, além dos professores Glauber, Ailson, Marcelino e Gilmar, que acompanham esta sessão e que estão prestando, em Trombudo Central, um grande trabalho na área da educação.

Para o ano que vem está previsto o processo de municipalização de todo o ensino fundamental. Todos nós sabemos que existem dificuldades para as prefeituras absorverem o ensino fundamental, porque grande parte está nas mãos do estado. E repassar os alunos do ensino fundamental para a prefeitura requer um apoio muito grande por parte da secretaria de estado da Educação, no sentido de dar estrutura, dar as condições para o município construir escolas, ampliar as existentes ou transferir escolas estaduais, viabilizando a absorção de todos os alunos do ensino fundamental.

Existe uma vontade muito grande por parte do secretário Paulo Bauer, do vice-governador Leonel Pavan e do governador Luiz Henrique para fazer acontecer essa exigência, que é constitucional, mas precisamos apoiar os municípios para que eles consigam viabilizar essa intenção.

Então, a nossa saudação especial à secretária da Educação, professora Tânia, que juntamente com o prefeito e o vice-prefeito tanto se tem empenhado para resolver essa questão.

Sr. presidente, outra questão que quero abordar é algo que considero de suma importância para este momento. Agora, no Brasil inteiro, na primavera, é hora de plantar arroz, pois vemos de Paulo Lopes até o extremo sul de Santa Catarina um verdadeiro tapete de arrozal de banhado.

Santa Catarina tem uma atividade agrícola muito grande e, como disse, agora é hora de plantar arroz, milho, feijão, fumo, enfim, a primavera é o momento de plantar. Ocorre que assegurar a colheita, é a angústia do nosso agricultor, que tem o seu lucro cada vez menor, pois aumentou o preço do adubo, dos venenos para matar as ervas daninhas, os implementos agrícolas, o óleo do trator, mas a saca de arroz, que já foi vendida no governo Fernando Henrique, diga-se de passagem, a R\$ 38,00, agora está sendo vendida a R\$ 28,00.

Enquanto isso, o custo da produção anda em torno de R\$ 25,00 a R\$ 26,00. Então, o lucro do produtor de arroz é extremamente pequeno. O seguro da plantação varia em torno de 4% a 5%. Por exemplo, um hectare de arroz do banhado plantado produz, aproximadamente, 230 a 250 sacas de arroz. O custo para assegurar essa colheita varia de 4% a 5%. Ou seja, ele precisaria usar de seis a dez sacas de arroz para assegurar as 250 sacas. Isso vale para o arroz, para a cebola, para o fumo, para o feijão, para o milho, para o trigo, que são as grandes plantações do estado.

Ocorre que agora o ministério da Agricultura diz que acabou o dinheiro, acabaram-se os recursos do governo federal para subsidiar parte do prêmio que variava de 40% a 60%. No chamado prêmio - que na verdade é aquilo que o agricultor tem que pagar para a seguradora para garantir a colheita da plantação -, este ano foram consumidos em torno de R\$ 230 milhões. Para assegurar o que falta da safra de agora são necessários, no mínimo, R\$ 90 milhões. Então, precisaríamos suplementar o Orçamento federal em R\$ 90 milhões para poder subsidiar em 50% o prêmio do seguro agrícola. Com isso iríamos estimular os pequenos e médios plantadores das várias culturas, mas o entusiasmo do agricultor vai depender desse subsídio no seguro agrícola.

Estou dando entrada hoje, sr. presidente, a uma moção fazendo um pedido especial à comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, bem como à comissão de Agricultura do Senado e ao Fórum Parlamentar Catarinense, para que haja uma mobilização no sentido de suplementar o orçamento da agricultura em aproximadamente R\$ 90 milhões.

Entrei em contato com os deputados Celso Maldaner e Valdir Colatto, que disseram que é possível que essa suplementação possa vir a acontecer. Em nosso entendimento, é urgente que isso aconteça para estimular os nossos pequenos e médios agricultores a fazerem as suas plantações. A chuva de granizo tem ocorrido com frequência no território catarinense e quando ocorre, acaba com tudo, e lá se vai o adubo todo, o gasto na preparação da terra, porque o grande investimento do produtor acontece antes da colheita. A colheita é o último gasto que ele tem. Por isso, então, subsidiar esse seguro é muito importante para estimular...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Quero cumprimentar o deputado pelo excelente discurso.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Lício Mauro da Silveira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, na semana passada falei sobre a região metropolitana e hoje voltarei a falar sobre o mesmo assunto, deputado Gelson Merísio, v.exa. que foi autor de uma lei que criou a Região Metropolitana de Chapecó.

Fazendo uma breve retrospectiva, em 1998, através de um projeto de origem governamental, foram criadas as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, Itajaí e Norte e Nordeste de Santa Catarina. Posteriormente foi criada, também através de mensagem governamental, outras Regiões Metropolitanas: a da Foz do Rio Itajaí, a Carbonífera e a de Tubarão. O deputado Gelson Merísio propôs, em 2007, através de lei complementar, a Região Metropolitana de Chapecó. Aí veio a reforma administrativa, que fez uma mudança

radical nessas RMs, com exceção da de Chapecó.

Por que faço essas colocações? Porque os pequenos municípios estão sendo extremamente prejudicados no que se refere aos financiamentos da Caixa Econômica Federal, aos recursos do ministério das Cidades em função da falta de união.

Recebi um telefonema de dois prefeitos reclamando que em relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida poderão receber somente R\$ 12 mil. No entanto, se pertencessem à região metropolitana da Grande Florianópolis, por exemplo, receberiam R\$ 18 mil.

Então, para complicar tudo, o governo do estado encaminhou agora outro projeto de lei, deputado Manoel Mota, que cria 19 regiões metropolitanas. Além disso, a Região Metropolitana de Chapecó, do deputado Gelson Merísio, que antes tinha 13 municípios, passará a ter 43; a Região Metropolitana de Florianópolis, que tinha 22 municípios, passará a ter 14.

Mas o que acontece com isso? Prestem atenção! Acontece que quando foram criadas as 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, nós já tínhamos as associações de municípios em todo o estado, mas em menor número. Então, com a criação das SDRs, os municípios que pertenciam a uma associação, passaram a pertencer a outra associação, ou seja, ficaram com duas referências. Agora, pela nova proposta do governo, a Região Metropolitana de Florianópolis passará a ter 14. Já a região do vale do rio Tijucas, que antes pertencia à Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, com a reforma administrativa passou a pertencer à SDR de Brusque.

Mas agora, em decorrência da proposta da criação das 19 RMs, a região a que me referi ficará com três segmentos: a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis; a SDR de Brusque, porque alguns municípios, como os do vale do rio Tijucas, terão que se dirigir Brusque; e a Região Metropolitana de Itajaí.

Então, isso está muito confuso! É preciso que v.exas. analisem com muito cuidado esse projeto, já que antes os municípios estavam vinculados a uma associação de municípios, depois passaram a pertencer a uma outra associação e depois a uma secretaria de Desenvolvimento Regional diferente. Ou seja, há municípios que pertencem à SDR de Itajaí, outros à SDR de Florianópolis e outros à SDR de Brusque. Pela divisão das associações de municípios, os municípios pertencem apenas a uma, mas pela divisão das SDRs, pertencem a três.

Assim sendo, srs. deputados, eu pediria a atenção de v.exas., porque a Região Metropolitana de Chapecó, por exemplo, deputado Gelson Merísio, ficou com uma formatação esquisita. Eu não sei quantas SDRs e quantas associações de municípios existem lá. Meu Deus do céu, que coisa de louco!

Então, é nosso dever estudar esse assunto com muita responsabilidade, haja vista que os municípios estão sendo prejudicados nos financiamentos da Caixa Econômica Federal e na divisão dos recursos do ministério das Cidades.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Eu estou prestando muita atenção no que v.exa. está comentando e em que pesem todos os risos, é um assunto que considero muito sério. Muito sério mesmo! Eu sou um crítico

contumaz desse absurdo de secretarias de Desenvolvimento Regional que há em Santa Catarina! Sei que sou da base do governo e que sempre que falo isso muitos acabam se coçando e mexendo-se, porque não gostam de ouvir, mas é uma opinião minha que deve ser respeitada. Então, repito, acho um absurdo esse número de SDRs que há no estado.

Quanto a essa questão das regiões metropolitanas e das associações de municípios que v.exa. acabou de citar, acabam criando uma confusão e um problema, mas o pior são os gastos desnecessários de dinheiro público e a falta de coerência em relação a todas essas coisas.

Eu considero esse assunto muito sério e esta Casa deveria formar uma comissão para tratarmos desse assunto antes que tenhamos a aprovação desse projeto de lei ou seja lá o que for. Mas devemos tratar desse assunto com muita seriedade, a fim de que seja dado um norteamento mais lógico, deputado Lício Mauro da Silveira.

Por isso quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento dessa tribuna.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Os risos, deputado Nilson Gonçalves, foram motivados pelo meu fabuloso celular.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Lício Mauro da Silveira, não vou tirar muito do seu tempo, mas quero dizer também que o riso que nós produzimos aqui foi porque esse projeto é uma piada. É uma irresponsabilidade imaginar 19 regiões metropolitanas em Santa Catarina, além das 36 secretarias de Desenvolvimento Regional! E no projeto eles rasgam o próprio projeto! Está assim: conurbação urbana de Chapecó, junto com 42 municípios. Isso é uma piada de mau gosto!

Nós chamamos os técnicos do governo do estado, como vários parlamentares, para virem até aqui, a fim de discutirmos o conceito de região metropolitana, para não perdermos tempo. Deputado Lício Mauro da Silveira, o que o governo fez esta semana aqui é para perdermos mais tempo e mais dinheiro. Temos que parar com isso! Não podemos aprovar aqui e botar mais bode na sala! Estão querendo é tirar dinheiro do governo federal.

Então, é uma piada mesmo! É uma irresponsabilidade! Eles põem no projeto que tem que haver conurbação - a academia diz o que é conurbação - e em seguida criam 19 RMs. Isso é um absurdo! É algo irresponsável que está sendo feito por este governo do estado, enviando o projeto para o Parlamento debater e atrasar ainda mais o financiamento.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Incorporamos o seu aparte, deputado Pedro Uczai, ao nosso pronunciamento.

Eu gostaria, então, de pedir ao líder do governo para que atentasse para esse assunto que é muito importante e achasse outra solução, porque essa aqui não é plausível. Mas temos que fazer isso de forma rápida, porque os municípios estão sendo prejudicados nos seus financiamentos. Essa é a grande verdade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs.

deputados, visitantes que nos dão a honra de prestigiar, na manhã de hoje, o Parlamento catarinense, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, queremos levantar uma questão muito importante, no meu ponto de vista, que é a duplicação da BR-101, uma luta que vem sendo travada há 19 anos. Conquistamos a ordem de serviço para dar início à obra na expectativa de poder cumprir o contrato no seu vencimento, mas ele não vem sendo cumprido. Questionamos quando foi colocado o pedágio sem a obra ter sido concluída, tirando dinheiro do bolso do povo, assaltando o contribuinte, o usuário da BR-101. Depois disso houve uma ação do governo federal dando condições de financiamento pelo BNDES às empresas que estavam construindo. E aí nós, do movimento contra o pedágio, fechamos a BR por cinco vezes, porque é uma vergonha cobrar pedágio sem a estrada estar concluída! É roubar o dinheiro do contribuinte! Não há reparo na estrada, não há manutenção, porque a estrada não foi concluída e não foi entregue. Aquele grupo espanhol que colocou o pedágio está sacando da sociedade um dinheiro indevidamente.

Como estava dizendo, foi aberto um crédito para as empresas que estão construindo a BR-101, porque nós cobramos muito delas essa questão do pedágio, e elas responderam que foi feita uma licitação internacional e não poderiam fazer nada. Mas a duplicação da BR-101 também pode ser através de licitação internacional e as empresas não estão cumprindo e o governo não as está acionando.

Na região de Tubarão uma tartaruga amarrada é muito mais rápida do que o trabalho daquela empresa que está fazendo a obra! A empresa de Araranguá, de Sombrio sumiu, desapareceu! Será que ninguém vai cobrar?! Será que só nós aqui na tribuna vamos cobrar?! Será que o governo não vai acionar essas várias empresas para controlar a obra que não é de qualidade? É a maior vergonha! Está virando carro a cada instante na BR, está caindo carro nos retornos que não existem. Não estão cumprindo os compromissos, como a questão do elevado em Paulo Lopes. Nós não estamos vendo nada ser feito! Em Penha, Paulo Lopes, a empresa só está lá para mostrar que está trabalhando. É uma máquina aqui, outra lá, e a obra não sai do lugar.

Quando aquele movimento, aquela paralisação no pedágio foi feita, as empresas, muito abatidas, foram chamadas e os empresários se negaram a vir aqui. Então, recomeçaram e eu disse: "Agora vai!" Quer dizer, terminou o nosso movimento contra o pedágio, as empresas devem novamente ter assumido outras obras, ficando ali com alguns equipamentos só para dizer que estão tocando a obra.

Então, é preciso, sim, ser chamado o ministério dos Transportes e o DNIT para darem uma resposta! Temos que cobrar! Se a empresa não tem competência que abra mão da obra, pois há várias empresas que participaram da licitação que querem assumir a obra.

Nós convocamos os empresários para participar de uma reunião na Assembleia Legislativa e tratar dessa questão da terraplenagem, a fim de que pudéssemos ouvi-los e ajudá-los. Iríamos visitar o ministério, o Tribunal de Contas da União, iríamos reunir-nos com o ministro do TCU para, quem sabe, buscar um aditivo, que é o sonho dos empresários que fazem uma obra. Eles fazem participam da licitação de uma obra, colocam um preço mais barato para ganhar, para depois conseguirem os aditivos. Mas o

Tribunal de Contas da União não aceita aditivos. Eles não vieram, então é porque estavam bem! Se não vieram a esta Casa é porque estavam faturando bem, senão teriam vindo.

Nós estamos num impasse. Segundo o contrato, a obra já deveria ter sido concluída no ano passado, mas estamos chegando ao final deste ano e os gargalos ficaram para trás, não foram licitados e não há uma empresa para tocar a obra. Quer dizer, vão começar somente agora. Eu até, em alguns momentos, achei que eles iriam terminar a obra, mas hoje já estou convencido de que não, porque uma empresa da região de Araranguá e Sombrio, que estava tocando bem a obra, de repente ficou com uma dívida com os terceirizados e sumiu, não pagando o que devia.

Então, a região sul está passando por um momento muito difícil porque nos dias de chuva ou à noite é acidente em cima de acidente, é uma loucura, não há sinalização, já que a obra está sendo construída e a cada momento mudam os desvios.

Assim sendo, no dia 8 de novembro iremos fazer uma audiência pública em Paulo Lopes - e já estou convidando todos os parlamentares - para discutirmos essa questão da entrada para as praias que ficaram sem nada. Quer dizer, Paulo Lopes vai ser uma cidade para ser olhada de cima. Fizeram um retorno e quando houver enchente, as pessoas não terão como passar. Não dá para ficar assim! Por isso o pau vai quebrar, deputado José Natal! A imprensa e a sociedade vão saber de toda a verdade. É preciso, sim, levantarmos essa questão com muita responsabilidade, para sabermos quem está cuidando disso e quem é o responsável, para que possamos buscar as respostas que a sociedade espera. As pessoas perguntam quando a obra vai ficar pronta e temos que dar explicações. Mas esse não é o nosso dever, o nosso dever é cobrar, evidentemente, uma ação!

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço v.exa., deputado José Natal, que com certeza vai acrescentar ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Manoel Mota, se a sua voz fosse ouvida, assim como a de tantas outras pessoas que lutam há anos pela duplicação da BR-101 em Santa Catarina, teriam percebido as falhas dos projetos, até porque as pessoas que fizeram o projeto provavelmente não estiveram no local. Se houvessem feito as ratificações, não estaria v.exa. implorando por uma solução para quem mora em Paulo Lopes e não estaríamos incomodando-nos com o problema do pedágio em Palhoça.

O grande problema é que o governo central ainda continua de costas para o problema rodoviário de Santa Catarina, pois não dá respostas a v.exa. e a tantos outros catarinenses.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu queria, então, dizer, sr. presidente, que vou fazer um pedido de informação e se em 30 dias as empresas não acionarem as máquinas, podem ter certeza de que...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó, por até dez minutos, em Breves Comunicações.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, este

deputado, através de uma indicação aprovada por todos os srs. deputados, sugeri à nossa grande empresa de energia elétrica, a Celesc, que, nas regiões carentes, recolhesse o lixo reciclável em troca de quilowatts/hora, ou seja, ao invés de cobrar, ao invés de cortar a energia elétrica daquelas famílias necessitadas, desse uma alternativa do mundo moderno, na qual aquelas pessoas carentes pagassem a fatura da energia elétrica com a entrega de lixo reciclável. Não é gratuito, não! Não é! Porque a Celesc, pela sua capilaridade e organização, ao recolher esse material, que é nobre, pode revendê-lo e ganhar recursos para reinvestir dentro da comunidade necessitada. Com isso teríamos a Celesc exercendo uma função social e fazendo um trabalho de preservação do meio ambiente, já que a produção de energia, hoje, é considerada limpa em todo o seu trajeto, em toda a sua execução.

Srs. parlamentares, essa sugestão ganha agora reforço em nível nacional, para que realmente as pessoas carentes, aquelas que mais precisam, que sofrem todas as agruras da vida, do desemprego, da moradia, possam ter esse elemento tão necessário no seu dia a dia, que é a energia elétrica.

Vamos acionar o Ministério Público. O nosso partido, o PPS, através da grande liderança que é o nosso deputado federal Fernando Agostini e do deputado federal Dimas Ramalho, de São Paulo, conseguiu aprovar, nesta quarta-feira, dia 21, portanto, ontem, na comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal a realização de uma audiência pública, que acontecerá no dia 4 de novembro com as partes envolvidas na questão.

(Passa a ler.)

"Com base em dados do TCU (Tribunal de Contas da União), Dimas diz que o erro no cálculo fez com que as distribuidoras de energia recebessem indevidamente dos usuários aproximadamente R\$ 7 bilhões desde a vigência da portaria autorizando o reajuste maior, que foi embolsado pelas 63 empresas que cobrem o Brasil."

Senhores, nos bancos ocorria muito isso e no final do mês era uma arrecadação grande. Imaginem no final do ano! E é a mesma coisa com os usuários de energia elétrica. São milhares pagando de forma errada e pagando a mais. As 63 empresas arrecadaram R\$ 7 bilhões a mais.

(Continua lendo.)

"O governo está ciente do problema há dois anos, quando a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) descobriu a falha, mas até agora o ministério de Minas Energia, apesar do alerta da agência, ainda não alterou a redação da portaria, explica Dimas."

Durante audiência pública na CPI das Tarifas de Energia Elétrica da Câmara Federal, na semana passada, o presidente da Aneel, Nelson Hubner, disse que os reajustes tarifários no país poderiam ter sido 2% a menos, caso o erro já tivesse sido corrigido. Portanto, foram cobrados após a vigência dessa portaria 2% a mais na conta elétrica de todos os brasileiros.

Estarão nessa reunião o deputado federal Dimas Ramalho, do PPS, juntamente com o Fernando Agostini, grande líder do PPS em nível nacional.

(Continua lendo.)

"Além de Hubner, serão convidados para a audiência na comissão de Defesa do Consumidor o presidente da Abrade (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), Luiz Carlos Guimarães, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o representante do TCU."

Srs. deputados, estou fazendo um requerimento a ser enviado ao Ministério Público Estadual, porque todas as distribuidoras do país, também a Celesc, cobraram 2% a mais nas contas de energia elétrica e por esse erro do ministério de Minas e Energia, que não corrigiu o problema, esses recursos não vão ser devolvidos aos consumidores. Então, o meu requerimento é no sentido de que seja assinado um termo de ajustamento de conduta entre o MPE e a Celesc, com a implementação de programas sociais. E um deles é o de arrecadar lixo reciclado das famílias carentes para poder pagar a sua energia elétrica.

Portanto, temos a idéia e temos as condições de colocar em prática. Mas para tanto o Ministério Público precisa ser acionado, para que possamos devolver esses recursos a toda a comunidade através de uma política social, através de um ajuste de conduta.

Srs. deputados, só o custo da Celesc em deslocar seus funcionários para irem às casas humildes do morro desligar a energia elétrica não compensa nem o valor da dívida. Isso também evitaria o famoso "gato", que são as ligações clandestinas que geram incêndios. Porque as pessoas, através da conscientização, não terão mais problemas com a energia elétrica, uma vez que entregariam o lixo reciclável em estabelecimentos conveniados com as prefeituras, com ONGs que queiram trabalhar pelo meio ambiente, com a igreja, com todos os setores da sociedade. Aquelas pessoas humildes poderão entregar o lixo reciclável, e a Celesc poderá reutilizar esse lixo.

Está aportando a esta Casa uma lei, graças a uma reivindicação nossa, determinando que todo produto reciclado não pagará mais ICMS, porque já pagou no produto original. Então, por que pagar de novo se aquele material foi reaproveitado? Esse é um movimento mundial, é um movimento nacional. Estamos avançando para o entendimento do que chamamos de economia solidária. É isso que temos que entender, ou seja, criar medidas simples, diretas, que beneficiem a população, pois são muitos os materiais que provêm da reciclagem.

Quem seriam os coletores desse lixo reciclável? Todas as pessoas que necessitam, aquelas pessoas que vivem em regiões carentes, que querem cidadania, que poderão pagar a sua conta de luz através do lixo reciclável. E esse programa pode ser implantado, porque o Ministério Público pode atuar através de um termo de ajustamento de conduta, eis que todas as agências distribuidoras de energia elétrica deste país estão cobrando na conta de cada cidadão 2% a mais. Portanto, está na hora de devolver esse dinheiro à população, com uma política social coerente de proteção ao meio ambiente, de cidadania e com uma economia solidária.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos pertencem ao DEM.

Não havendo oradores do DEM que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, gostaria de levantar um problema que a nossa região vem sofrendo.

Nos últimos 60 dias tivemos uma enchente que interditou a BR-101, um vendaval

que destelhou milhares de casas, um tornado que durou meio minuto, em Araranguá, e que derrubou posto de gasolina, ginásio de esportes. E no final da semana passada, tivemos mais uma chuva de granizo que furou o telhado das casas. O mesmo aconteceu em Campos Novos, em Curitiba e em outros municípios. E vimos tudo pela televisão.

Então, chama atenção a situação que Santa Catarina vivencia: enchentes, temporais, vendavais. E a nossa região, que tem como principal renda o plantio do fumo, vem sendo prejudicada. Em alguns municípios tivemos prejuízos de 80%, 90%, pois os fumicultores perderam tudo e uma nova safra só no ano que vem. Então, estamos fazendo um levantamento para ver o que se pode fazer para manter os agricultores no campo, porque eles precisam sobreviver, precisam manter seus filhos, suas famílias. Se não for com o plantio do fumo, não sobrevivem com outro tipo de plantação.

Como o prejuízo foi enorme, talvez em toda a minha história de vida não tenha visto um prejuízo maior do que o que vivenciei nesses dias que passaram, estou convidando o presidente da Epagri e o secretário da Agricultura para fazerem um levantamento, chamar a atenção das autoridades para saber do que aquelas pessoas precisam para continuar trabalhando, produzindo, porque senão vão acabar vendendo as suas propriedades e vindo para as cidades atrás de emprego, criando mais problemas.

Acho que este Parlamento tem dado muita resposta nas horas de dificuldade, e agora é uma hora de dificuldade. Não foi só a minha região, também foram outras. Mas a minha foi atingida de cheio, no pico da safra do fumo, no início da colheita. Então, é preciso, sim, que nós, como parlamentares, ajudemos a manter o homem no campo, produzindo no campo a riqueza deste país. Apesar de sempre passarem dificuldades, apresentam resultados, e agora eles precisam de nós para manter-se no campo produzindo.

Essa é a razão pela qual precisamos encontrar caminhos e soluções para que possamos pelo menos amenizar o sofrimento daqueles que trabalharam e que na hora da colheita viram tudo desaparecer.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Deputado Manoel Mota, quero congratular-me com v.exa. Temos presenciado ultimamente no estado de Santa Catarina, e em outros estados também, várias situações climáticas que dificultam a vida dos catarinenses. Até me pronunciei ontem, da tribuna, sobre essa grande preocupação que temos com uma região essencialmente produtiva, o meio-oeste catarinense, especialmente a querida cidade de Campos Novos, celeiro do estado de Santa Catarina, eis que as consequências aparecerão lá na frente.

Os bens materiais, como as casas que foram destelhadas, certamente causam um desconforto e prejuízo para muitas pessoas, mas existe uma parceria entre o poder público, o município e o estado que poderá resolver em parte essas questões momentaneamente.

Quanto à agricultura, à produção, ela tem um efeito mais prolongado, um efeito maior. Por quê? Porque já havíamos atrasado a semeadura do milho - e respondemos por 10% da produção do estado de Santa Catarina -, conseqüentemente, esse atraso dificulta a produção, agravado pelo excesso de chuvas. E com certeza as próximas safras também atrasarão. Com isso a produção diminuirá.

A chuva de granizo destruiu as lavouras. Então, teremos um prejuízo maior ainda, não só para os agricultores, para os produtores da região, mas para o estado de Santa Catarina, principalmente na produção de milho, porque consumimos mais do que produzimos e terá que vir produto de fora. E quando vem produto de fora, prejudica os preços internos.

Santa Catarina tem passado por essa dificuldade. E os agricultores que já possuem financiamento, estão renegociando há várias safras e agora vão ter que renegociar novamente, porque muitas vezes o seguro não cobre. Outros nem arriscam fazer seguro, porque a margem de lucro é tão pequena que as pessoas têm que se acomodar de todas as formas. E uma delas é não fazer o seguro para poder poupar um pouco e ter uma margem maior.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero cumprimentar e agradecer ao eminente deputado Romildo Titon, pois essa é uma razão muito forte para nos juntarmos e buscar os resultados que são necessários para o povo catarinense.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço com muita honra v.exa. que pela manhã já levantou a questão de seguros e temos que encontrar uma forma de garantir no campo aquele que trabalha e produz a riqueza do país, peças fundamentais da nossa economia. Temos problemas ainda na garantia do seguro para que ele possa sobreviver com mais segurança e com mais tranquilidade no campo.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Manoel Mota, o seu pronunciamento, bem como o aparte do deputado Romildo Titon vêm ao encontro da moção que hoje certamente vai ser apreciada por esta Casa e encaminhada à Câmara dos Deputados, ao Senado e à comissão da Agricultura, no sentido de termos uma resposta rápida para o nosso pequeno e médio produtor.

Quando falamos nas intempéries, nessas agressões meteorológicas, o vento, o granizo, que destroem a produção, a casa, o galpão do agricultor, quero destacar que para o agricultor é muito mais importante darmos garantia para que ele recupere o seu trabalho, porque a lavoura é o seu emprego. Muitas vezes dar uma casa não é o suficiente. Precisamos dar-lhe condições de voltar a produzir. Ele até pode fazer uma casa rapidamente, se dermos condições para que volte a produzir.

No extremo oeste, houve o vendaval em Guaraciaba e em mais 60 ou 70 municípios. No meio-oeste - e deputado Romildo Titon retratava isso aqui - ocorreu a chuva de granizo, causando a destruição da lavoura. E isso é muito mais prejudicial ao produtor do que ter sido destelhada a sua casa. E por isto devemos dar apoio ao nosso produtor rural, pois lá a resposta do investimento é mais rápida. O dinheiro aplicado está de volta multiplicado por mil em cinco ou seis meses. Plantou um grão de arroz, é a verdadeira multiplicação dos pães.

Então, esse investimento, que é multiplicado através agricultura, não podemos largar. Santa Catarina é um estado que participa com uma fatia muito grande na economia nacional, é um estado equilibrado e a produção agrícola é muito importante.

Parabéns pelo seu pronunciamento! E peço também o apoio dos pares do PMDB para aprovar essa nossa moção na Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon, pelo seu aparte, o qual incorporo ao meu pronunciamento.

O SR. Deputado Vânio dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Está-se esgotando o meu tempo, mas ouvirei o deputado Vânio dos Santos, porque é um homem ligado à Caixa Econômica Federal, à região da agricultura e sabe perfeitamente o sofrimento desses agricultores neste momento, em virtude das calamidades que fizeram-nos perder a produção.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Agradeço a v.exa. a gentileza do aparte, até porque o tempo do PMDB é grande e precisamos contribuir.

Mas quero parabenizar v.exa. e reconhecer a importância do seu pronunciamento. Veja, deputado Manoel Mota, que essas catástrofes já não são mais um problema de uma região. Houve um minitornado em Criciúma, e v.exa. lembra muito bem; depois, um tornado, ou furacão, que arrasou Guaraciaba, pegando todo o planalto norte, a região norte do estado, a Grande Florianópolis também foi assolada, o meio-oeste catarinense, o sul novamente - Araranguá e região. Portanto, plagiando o *slogan* do governo do estado, esses fenômenos já estão por toda Santa Catarina. É muito importante a parceria, à qual se referia o deputado Romildo Titon, entre o município, o estado e o governo federal.

Quero dizer a v.exa., parabenizando-o mais uma vez por isso, que a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para essas regiões, como ocorreu no sul do estado, em Criciúma, e também em Blumenau e Itajaí, ajudou de imediato as famílias para que pudessem, minimamente, ter a possibilidade de readquirir aquilo que perderam, móveis, utensílios, enfim, o básico para a sua sobrevivência.

Gostaria de parabenizar v.exa. e dizer que a Caixa Econômica Federal, o banco no qual eu trabalho, também tem o papel de auxiliar nessas catástrofes.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte do deputado Vânio dos Santos e incorporo-o ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com muita honra quero ouvir o deputado Renato Hinnig, que é um homem sempre ligado à Fazenda, aos recursos de Santa Catarina. Não sei como o governador consegue superar os momentos que estamos vivendo em nosso estado, mas a verdade é que sua excelência supera, pois é um gigante com coragem e decisão.

Mas ouço v.exa., que tem uma visão global do nosso estado e com certeza contribuirá com o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Eu gostaria de cumprimentar v.exa. pelo seu pronunciamento.

Quero fazer um comunicado importante, de interesse da classe política e, principalmente, do PMDB, sobre um recurso impetrado junto à Justiça de Santa Catarina pelo dr. Rui Espindola, no processo contra o dr. Paulo Afonso, que foi comentado aqui esta semana.

Pois bem, recebemos hoje, com muita alegria, a notícia de que a Justiça de Santa Catarina reformulou aquela decisão e inocentou o ex-governador Paulo Afonso das condenações que ele havia sofrido de demissão do cargo comissionado da Eletrosul,

de demissão do cargo efetivo da secretaria da Fazenda e de devolução de valores. Quer dizer, toda aquela decisão acontecida na semana passada agora foi reformulada pela Justiça, dentro daquilo que havíamos falado aqui. Nós tínhamos certeza de que a Justiça de Santa Catarina teria um posicionamento equânime, equilibrado e, fazendo justiça, reformularia aquela decisão. E foi o que aconteceu, trazendo de volta a normalidade para Santa Catarina. Além do mais, fez-se justiça nessa decisão referente àquele processo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer também a v.exa. Essa é uma surpresa agradável que v.exa. nos traz. Na semana que vem, com certeza, quero fazer um pronunciamento sobre essa questão. Eu, que fui também líder da bancada no governo Paulo Afonso, sei o que ele lutou...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Esta Presidência registra a presença, neste plenário, dos vereadores de Capivari de Baixo: Jonas Machado dos Santos e Fernando Oliveira da Silva, assim como de Jéssica de Oliveira dos Santos e Fernanda Oliveira da Silva Júnior, do mesmo município.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, quero apenas fazer dois registros muito breves.

Registro, com muita satisfação, que eu estive na cidade de Lages, na última segunda-feira, acompanhando a agenda do ministro Patrus Ananias e lá pude visitar, no *Correio Lageano*, Izabel Baggio. Eu queria registrar, sr. presidente, que na data de hoje o *Correio Lageano* comemora os seus 70 anos de existência e é o segundo jornal mais antigo de Santa Catarina.

Aproveito para registrar também, sr. presidente, que hoje Braço do Norte, no sul do estado, comemora os seus 54 anos de emancipação política. Estive lá na última quinta-feira para participar da abertura da semana comemorativa aos 54 anos de Braço do Norte.

Eram esses os dois registros que gostaria de fazer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Vânio dos Santos.

Esta Presidência também quer, junto com v.exa., cumprimentar o jornal *Correio Lageano*, um importante veículo de comunicação. Também cumprimentamos Braço do Norte, um progressista município.

Fica feito o registro de v.exa. aqui nesta Casa!

O Sr. Deputado Círio Vandresen - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Círio Vandresen.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Sr. presidente, gostaria de dar as boas-vindas, nesta Casa, ao sr. Aldo Maciel, um empresário do transporte marítimo. Ele veio aqui com boas propostas na área do transporte aquaviário para resolver o problema dos engarrafamentos nas grandes cidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Círio Vandresen.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota. O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero, com muita honra, registrar a presença de Volnei Roniel, que era meu motorista e hoje é um jovem vereador de Araranguá que está fazendo um trabalho brilhante; do Jalder, gerente da Celesc; e do Adão, que foi vereador em Criciúma por vários mandatos. Eles vieram prestigiar o nosso Parlamento e eu gostaria de deixar registrada, nos anais desta Casa, a presença desses bravos líderes da região sul.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica feito o registro do deputado Manoel Mota. Desejo que todos se sintam em casa!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. parlamentares, sras. parlamentares, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, assomo à tribuna no horário do Partido dos Trabalhadores para construir um debate franco e sereno com um dos líderes do PSDB, deputado Serafim Venzon, que nesta manhã fez várias críticas ao governo do presidente Lula, questionando, criticando o preço do arroz e de outros produtos, dizendo que no governo Lula as coisas pioraram em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

Por sua vez, o deputado Manoel Mota trouxe também a esta Casa todo o debate da duplicação da BR-101/sul, questionando e criticando.

Sendo assim, não podemos deixar de fazer um bom diálogo sobre esses temas.

Em primeiro lugar, devo dizer que é reconhecido por todos que a política macroeconômica do governo do presidente Lula conseguiu transformar o Brasil num país que se consolida e solidifica-se não só para enfrentar crises, mas para enfrentar um longo ciclo de desenvolvimento econômico e social.

Em segundo lugar, o reconhecimento das instituições internacionais dos governos das grandes nações deu-se exatamente no período da crise econômica mundial, pois foi naquele momento que o governo do presidente Lula casou o modelo macroeconômico com a perspectiva social, com o desenvolvimento social, com a distribuição de renda no país, com o aumento do poder de compra do trabalhador.

No primeiro mandato do presidente Lula a média mensal de geração de empregos foi de 180 mil; no governo de Fernando Henrique Cardoso foi de oito a nove mil empregos por mês, deputado Círio Vandresen. No governo Fernando Henrique Cardoso a classe trabalhadora, em vários setores, perdeu o poder aquisitivo, perdeu o poder de compra. No governo do presidente Lula só o salário mínimo teve um aumento real de 52%. E essa foi uma das razões que colocaram 31 milhões de brasileiros que viviam na linha de pobreza na classe C e 20 milhões na classe média.

Tudo isso permitiu que agora, nesta semana, organismos mundiais dissessem que durante a crise, quando 89 milhões de pessoas no mundo foram para a linha da pobreza, o Brasil foi um dos países que retiraram mais cidadãos da linha de pobreza. Até o final do ano, provavelmente mais um milhão de trabalhadores estará trabalhando com carteira de trabalho assinada neste país.

Hoje, deputado Serafim Venzon, o governo Lula não pode armazenar produtos porque os 436 armazéns da Conab foram privatizados. Inclusive o de Chapecó, que hoje é o Mercado Público Regional, também seria privatizado se este deputado, à época prefeito, não houvesse entrado na Justiça para impedir a privatização. No entanto, mais de 400 foram privatizados. Assim, se ocorre uma crise sazonal de um determinado produto por superssafra, por exemplo, o governo não pode comprar porque não tem onde pôr, onde armazenar.

Portanto, compreender essa lógica de delegar para o mercado e ter que voltar a regular vários setores da economia é fundamental e estratégico.

Nós temos tranquilidade ao dizer que o governo do presidente Lula, com os programas que está construindo, com os programas econômicos, com a macroeconomia na perspectiva do desenvolvimento social - e não só com o Bolsa Família, mas também com o ProJovem, com os programas sociais de habitação, com o Minha Casa, Minha Vida -, permite que sejam gerados empregos de forma rápida, decente e digna para aqueles que mais sofrem neste país.

Por isso, como líder da bancada do PT neste mês, pois o deputado Dirceu Dresch está de licença e respondemos pela bancada, não podemos deixar de dizer da convicção que temos de que o Brasil está melhor, da convicção que temos de que o Brasil está-se transformando e consolidando-se como uma grande nação. E queremos mais gente trabalhando, mais habitação, mais terra para quem não tem terra, mais escola técnica para quem não a tem e mais dignidade para o povo brasileiro. Por isso que temos muito pelo que lutar e por isso esse projeto tem que continuar.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Deputado Pedro Uczai, quero cumprimentar v.exa. pelos dados que apresenta em relação ao governo federal.

Gostaria de acrescentar, se v.exa. me permite, que quando se fala aqui em números, eles são fáceis de confirmar ou desmentir, porque são divulgados pelo IBGE, por institutos que gozam de credibilidade.

Aqueles que criticam o nosso governo - e até bem pouco tempo deixaram o Brasil numa verdadeira indigência, inclusive do ponto de vista internacional nós éramos gozados e achincalhados, e do ponto de vista interno promoveram uma exclusão social nunca vista -, aqueles que discursam aqui, deputado Pedro Uczai, eu tenho a impressão, com todo o respeito - e não vou citar nome de nenhum parlamentar -, de que estão em outro planeta.

Ontem, lá comissão de Finanças e Tributação, por exemplo, quiseram acusar-nos de sermos os responsáveis pela privatização do Besc!

V.Exa. ouviu aqui críticas relacionadas ao atraso na duplicação da BR-101/sul: "Ah, se o presidente Lula não tivesse mandado cancelar a licitação feita para cortar o superfaturamento que os tucanos estavam acostumados a fazer". Mas será possível que nós estamos no mundo da lua? Coloquem os dados do crescimento, deputado Serafim Venzon, coloquem os dados do PIB do governo de v.exa. e do nosso! No governo Lula o PIB cresceu 4,1% e no governo de v.exas., 2,3%! Os juros já cairam 59% no nosso governo, mas v.exas. ficam falando aqui que os juros estão altos. Claro, os juros estavam em 26,5% ao

mês quando o PSDB deixou o governo, deputado Círio Vandresen!

Sr. presidente, eles vêm aqui falar na falta de infraestrutura, e eu pergunto: e o apagão, quando a dona-de-casa tocava no interruptor e a luz não acendia?! E não fazem uma mea-culpa? Com a privatização que promoveram no país, quantos trabalhadores foram para a rua? Mas isso não é reconhecido!

Deputado Pedro Uczai, eles falam do atraso das obras da BR-101, mas quanto à BR-101/sul não deveriam emitir nenhuma opinião porque não fizeram nada! Só fizeram inaugurações. Caro deputado Moacir Sopelsa, era um boi atrás de outro! Aliás, coitados dos bois, deputada Ana Paula Lima, porque era churrascada, era pedra inaugural. E depois desaparecia a pedra, desaparecia a fita e a BR-101 continuava igual.

Então, quero parabenizar v.exa. e dizer que estamos abertos a esse debate. Mas são números! E para ser mais exato com v.exa., o nosso governo gerou 10.557.732 postos de trabalhos até a metade deste ano de 2009.

Por isso, eu me orgulho, juntamente com v.exa., com a deputada Ana Paula Lima, com o deputado Círio Vandresen e, inclusive, com outros partidos que fazem parte da base - o PP, o PMDB - do nosso governo, um governo que veio para corrigir o passado e colocar o Brasil no futuro. E no reconhecimento que o Brasil está tendo, inclusive, por outras nações.

Muito obrigado e parabéns a v.exa.!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Muito obrigado, deputado Vânio dos Santos. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Em relação à BR-101, não vamos discutir porque está encerrando o nosso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, no horário do meu partido, no dia de hoje, eu iria fazer um outro pronunciamento, mas vou seguir a mesma linha colocada aqui pelo batalhão de choque do PT, que nesta Casa realmente tem desempenhado um papel preponderante na política catarinense em defesa do governo Lula. Parafraseando o senador Mão Santa, quando alguns alopados do governo cometem erros, e são muitos, nós somos obrigados a trazer à tona porque refletem nacionalmente e muitas pessoas não gostam.

Todos os catarinenses que acompanham a política nacional, isso não é inerente ao nosso estado, mas poderia acontecer em Santa Catarina, viram a absolvição da governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, que sofreu na pele uma perseguição político-partidária impiedosa e que ontem vivenciou a sua absolvição em todos os níveis.

Estou falando isso porque já vi na minha terra, na querida cidade de São José, um prefeito ser mandado para casa injustamente, fruto de uma armação política. Falo do ex-prefeito Germano Vieira. E o que estava acontecendo no Rio Grande do Sul era uma armação político-partidária, coisa que não queremos em nenhum nível neste país: nem no estado, nem com o presidente Lula, nem com ninguém. Manda-se para casa quem comete

erros que venham em prejuízo da nação ou da sociedade e a governadora Yeda Crusius, volto a dizer, foi demasiadamente perseguida. Ontem, a própria imprensa, que acompanhou tudo de perto, percebeu que a governadora realmente estava sendo vítima de uma armação política.

Mas levando para o lado das conjecturas, quero dizer que o *Diário Catarinense* de hoje traz uma crítica da presidente estadual do PT, ex-deputada Luci Choinacki, dizendo que o governador Luiz Henrique da Silveira pega dinheiro do presidente Lula e anda de namoro, abraçado, casado com o governador de São Paulo, José Serra.

Quero dizer à presidente do PT, aos demais petistas que aqui estão e a todos os catarinenses que Luiz Henrique e Leonel Pavan não estão indo buscar esmola no governo federal, pois, afinal de contas, o nosso estado é o quinto na economia brasileira e contribui decisivamente para a economia nacional. O que o governador vai buscar em Brasília nada mais é do que assegurar o retorno para Santa Catarina do que lhe é de direito.

Mas a verdade é que o governo federal ainda não devolve na sua totalidade. Diversos deputados desta Casa já foram a Brasília mendigar recursos para Santa Catarina, independentemente de questões políticas. Os deputados foram porque sabem que o nosso estado possui necessidades como tantos outros e que nós, catarinenses, por questões climáticas totalmente adversas temos sofrido grandes calamidades e precisamos de apoio.

Então, a presidente do PT que vá para casa dormir para pensar no que diz para não falar bobagem. E se quer aparecer na mídia, ela que apareça falando coisas verdadeiras, com dados concretos e não criticando o governo que, realmente, tem feito por toda Santa Catarina aquilo que não foi feito no passado.

O governador Luiz Henrique e o vice Leonel Pavan têm demonstrado que administram Santa Catarina independentemente de partido político. O PP, o PT, o PMDB e o PSDB, todos os partidos políticos que procuram o governo e que têm direito a sua fatia, aos seus recursos, o governo não discrimina.

E não posso realmente aceitar que a presidente do PT em Santa Catarina venha discriminar o nosso estado e a classe política à qual ela pertence, pois esteve aqui dentro e sabe como é difícil. Quer dizer, ela esteve em Brasília como Oposição e sabe como é difícil buscar dinheiro para o nosso estado, assim como os outros também têm essa dificuldade. Fazer política criticando por criticar, no meu entendimento, já não se admite mais.

Eu estou falando isso porque tenho certeza de que o governo Lula fez muitas coisas boas para este país, não tenho dúvidas disso. Mas ele não é o dono da razão, pois se existem programas sociais perfeitos neste país é porque o PSDB os implantou, Lula os copiou e melhorou-os. E a sociedade brasileira queria que isso acontecesse realmente. Não queria uma regressão no desenvolvimento do país, pois já votou nos intelectuais no passado e eles não corresponderam; votou num operário, sim, para, quem sabe, o país ir para frente. Eu tenho muita consciência, já critiquei e vou continuar criticando, deputado Vânio dos Santos, mas admito o que é bom e o que foi feito de bom para este país.

Agora, a glória não é só do PT e do presidente Lula, não! A glória é dos partidos que também deixaram a sua marca e a mais forte foi deixada por Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Talvez o presidente Lula deixe uma marca, sim, que será referência. O

próximo que vier, e será do PSDB, aperfeiçoará mais ainda a marca deixada pelo presidente Lula.

Então, eu não aceito, eu não admito que Santa Catarina seja discriminada financeiramente e, por consequência, tenha o desenvolvimento comprometido em função da questão político-partidária.

Deputado Serafim Venzon, as observações feitas por v.exa., meu líder, são todas corretas e perfeitas. Quero dizer que daquilo que falei sobre o MST ontem não retiro uma palavra. E para felicidade geral da nação, ontem à noite foi instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os acontecimentos envolvendo o MST. Algumas pessoas do governo tentaram manipular quem é decente na base governista para retirar a sua assinatura. Mas eles não o fizeram porque querem realmente ver este país transparente, como dizem que querem os petistas que administram este país.

Tenho certeza de que essa CPI vai mostrar a este país que fortunas, milhões de reais foram repassados para o MST não construir nada de produtivo para o Brasil.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Nobre deputado, parabéns pelo pronunciamento de v.exa., pois concordo com o seu ponto de vista.

O processo de exclusão, de diferenciação social que acontece no Brasil tem pelo menos 500 anos e se alguém pedisse para qualquer um de nós citar três pessoas que mudaram o Brasil nesse tempo todo, certamente viriam à nossa mente os seguintes nomes: dom João VI, Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso. Porque todo o processo que está acontecendo hoje começou exatamente com Fernando Henrique Cardoso, quando fez as reformas, reformas essas que eu ajudei a aprovar na Câmara Federal. E o deputado Vânio dos Santos é testemunha de que a reforma tributária e a reforma política, duas reformas importantes, não aconteceram em virtude da posição contrária do PT.

Tudo o que está acontecendo hoje se deve ao conjunto de reformas que mudaram o Brasil, e o grande mérito do presidente Lula foi exatamente ter respeitado as mudanças, não desfez nenhuma. E a prova de que o processo de mudanças...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Quero apenas, sr. presidente, agradecer ao deputado José Natal. E não vou aqui fazer debate, porque sei que sou o último a falar no meu tempo e ficaria até deselegante.

Mas eu quero dizer que o deputado Serafim Venzon, que foi deputado federal juntamente comigo, e o deputado José Natal reconheceram que o governo Lula melhorou os problemas sociais e fizeram elogios ao PT. Eu até pensei, deputado José Natal, que v.exa. iria pedir uma ficha de filiação no final do seu pronunciamento, mas não o fez.

Mas, deputado Serafim Venzon, eu acho que devemos as mudanças a dom João VI, a Getúlio Vargas, a Fernando Henrique Cardoso e a Deus, que v.exa. esqueceu de citar.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência registra com muito prazer a presença dos vereadores de Rio do Oeste, Sílvio Santino da Silva e Arnaldo Fabichaki, e do suplente de vereador Hideraldo Colle; assim como dos visitantes Valmor Eing e Leonardo Antonio Sehnen, de Jaraguá do Sul. É um prazer tê-los em nossa Casa.

Srs. deputados, o deputado Reno Caramori está na nossa antessala com o dr. Norio Owada, que fez uma palestra ontem sobre uma nova tecnologia no mundo que está revolucionando o sistema de refrigeração para carnes, frutas, hortaliças, leite, sucos e flores.

Então, consulto os srs. líderes se esta Presidência pode suspender a sessão no horário do PP, que será logo após o horário do PPS, para ouvirmos o palestrante por até dez minutos.

(Os líderes aquiescem.)

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, diante da importância da ciência e do momento que estamos vivendo, eu, como líder do PPS, gostaria de falar sobre a questão das regiões metropolitanas, sobre a responsabilidade de o governo dar continuidade ao trabalho, à luta pela democracia, pela transparência. Inclusive, vou ceder parte do meu tempo, juntamente com o PP, para permitir a palestra do dr. Norio Owada, em função da reivindicação do deputado Reno Caramori, porque sei que todos os catarinenses, através da TVAL e da imprensa, poderão ter acesso a esse conhecimento, que é muito importante para o desenvolvimento e para o futuro de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -

Com a aquiescência dos srs. líderes, a sessão está suspensa pelo tempo de dez minutos, cedidos pelo PP, conforme reivindicação do deputado Reno Caramori, e pelos quatro minutos cedidos pelo deputado Professor Grandó, para ouvirmos o dr. Norio Owada.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0718/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

A Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 1.590/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 1.591/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.592/2009, 1.593/2009 e 1.594/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; e 1.595/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira.

O Sr. deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, eu gostaria assinar o Requerimento n. 1.595/2009, congratulando a TVAL pelos seus dez anos de existência.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero cumprimentar o deputado Lício Mauro da Silveira.

A imagem do Parlamento catarinense é boa, em primeiro lugar, pela nossa atividade e pelo empenho de cada um em tentar encaminhar a solução dos problemas que temos em Santa Catarina. Mas também é boa graças ao sistema de divulgação que temos através da Rádio Alesc Digital e da TVAL.

Por isso, queremos cumprimentar o sistema que foi implantado pela Presidência, mas principalmente saudar os operadores que fazem chegar a todos os catarinenses o trabalho de todos os deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica registrado o seu reconhecimento e também o do deputado Rogério Mendonça.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O Sr. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, nós, do Partido dos Trabalhadores, também queremos saudar a TVAL, esse brilhante meio de comunicação que temos na Assembleia Legislativa, assim como a Rádio Alesc Digital, pela passagem do seu aniversário.

Acho que temos que trabalhar para um passo fundamental daqui para frente, a fim de que tenhamos a TVAL em canal aberto no estado de Santa Catarina. A TVAL faz seu papel na comunicação do nosso estado, mostrando o trabalho dos parlamentares e fazendo com que esta Casa seja mais transparente. Mas precisamos democratizá-la mais, trabalhando para que a comunicação desta Assembleia seja aberta do ponto de vista televisivo, para que todo o estado de Santa Catarina tenha acesso a esse meio de comunicação.

Nossos parabéns a todos os funcionários da Assembléia Legislativa que dirigem e trabalham nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Quero pedir a compreensão do deputado Vânio dos Santos para registrar aqui a presença dos alunos do Centro Educacional Canguru, de Jaraguá do Sul, num total de 37 alunos, sob a responsabilidade da professora Cláudia.

Esta Casa deseja que vocês se sintam bem e muitas felicidades a todos os jovens e educadores.

Muito obrigado por nos visitarem!

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Agora, sim, com a palavra, pela ordem, o deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, quero cumprimentar as crianças e agradecer a sua visita. Mas não poderia deixar de registrar, a exemplo de outros parlamentares que me antecederam, a brilhante iniciativa do deputado Lício Mauro da Silveira e de somar-me a s.exa. cumprimentando toda a equipe da TVAL, a sua direção e todos os trabalhadores que operam no dia-a-dia, permitindo que os catarinenses acompanhem o nosso trabalho. Isso é importante para a transparência do Parlamento, para que cada parlamentar possa

mostrar suas ações que não são transmitidas somente para Santa Catarina como para o mundo, através dos veículos de comunicação da Assembleia - rádio, jornal e TV -, pois a ferramenta da internet assim o permite.

Agradeço a v.exa. a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Vânio dos Santos.

Moção n. 0227/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviada aos presidentes das comissões de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, apelando pela suplementação orçamentária para subsidiar o prêmio do seguro agrícola.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Vânio dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, eu queria cumprimentar v.exa., os colegas deputados, as colegas deputadas, toda a equipe da Assembleia Legislativa, como também os meios de comunicação desta Casa e fazer uma saudação especial a quem nos acompanha todos os dias, que são os nossos telespectadores.

Eu, como já registrei anteriormente, acompanhei, na última segunda-feira, na cidade de Lages, um evento promovido pelos mandatos da senadora Ideli Salvatti e do deputado federal Cláudio Vignatti, ocasião em que estava presente o ministro Patrus Ananias, do ministério do Desenvolvimento Social. Lá tive a oportunidade de conhecer os números, o impacto e a importância da política de transferência de benefício das mais diversas áreas em Santa Catarina. São quase 200 mil famílias somente do programa Bolsa Família.

Estavam presentes também aquele evento festejos, vice-prefeitos, vereadores, lideranças da Amures, bem como trabalhadores da área da assistência social do estado de Santa Catarina, que lá realizaram um encontro regional.

Sr. presidente, da mesma forma acompanharei, hoje à noite, uma agenda promovida pelos mandatos da senadora Ideli Salvatti e do deputado Cláudio Vignatti na região de Balneário Camboriú e Itajaí, onde estará presente o ministro Tarso Genro para falar da Política Nacional de Segurança Pública e das ações do governo Lula no estado de Santa Catarina.

Nesse período curto do meu mandato na Assembleia Legislativa, quero deixar bem claro e seguro de que vou falar sobre as ações do governo federal em nosso estado porque, como catarinense, como cidadão, como morador deste estado, não apenas como deputado, tendo nascido na região sul, em Gravatal, e morando em Florianópolis há mais de 30 anos, penso que é preciso reconhecer as ações do governo Lula, que trata com muito carinho o nosso estado.

Foi falado aqui, deputada Ana Paula Lima, das catástrofes que se têm abatido sobre o nosso estado. Não têm faltado ações imediatas e importantes para a população de Santa Catarina que sofre, sim, as intempéries

de diversos fenômenos climáticos, deputado Pedro Uczai. Por isso é muito importante que essas ações dos governos sejam imediatas, como são, por exemplo, as iniciativas para se restabelecer as casas perdidas devido a enchentes, para reformar casas, etc. E isso foi permitido devido ao aumento do limite do cartão Construcard, para que as pessoas possam, através do mesmo, que é um procedimento simples, porque não requer um processo habitacional, é um convênio que a Caixa Econômica Federal tem com cada estabelecimento que vende material de construção e que se credencia nesse programa, ter acesso ao material de construção e recobrir as suas casas e assim resolver os danos causados por essas catástrofes climáticas.

Também quero reconhecer aqui a importância do governo Lula ter interrompido a política de privatização assim que assumiu, em 2003.

Quero parabenizar Euclides Mescolotto, presidente da Eletrosul, e toda a sua diretoria por terem tido a coragem de tirar a empresa de um verdadeiro gueto, deputado Pedro Uczai, porque ela estava, inclusive, legalmente impedida de gerar energia. Hoje a Eletrosul está aí, é uma empresa pujante, importante e atuante nos quatro estados: Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Quero falar da importância de terem interrompido o processo de privatização da Caixa Econômica Federal, que estava fechando agências, demitindo empregados, mingando, perdendo, inclusive, deputado Círio Vandresen, a sua característica de banco público. Mas ela vem sendo cada vez mais fortalecida no governo Lula e hoje opera como um banco comercial, com linha de crédito, abrindo conta, abrindo poupança, conta corrente; opera como um banco de habitação, de saneamento, de infraestrutura e como banco da transferência do Bolsa Família, do pagamento do FGTS, do PIS e do Seguro Desemprego.

E mais do que pagar o Seguro Desemprego, a Caixa Econômica Federal, hoje, quer diminuir o pagamento desse benefício, meus colegas deputados Círio Vandresen, Pedro Uczai, Rogério Mendonça e Jailson Lima. A Caixa quer atuar voltada para uma política de geração de emprego e renda, uma política de inclusão, assim como é a política do Bolsa Família, que não visa ficar eternamente concedendo um determinado valor para que as pessoas possam comprar aquilo que a vida exige para a sua própria sobrevivência, que é o direito ao alimento, um direito tão sagrado.

Esse programa é vinculado a um projeto de permanência da criança na escola, de proteção à saúde, já que é preciso manter em dia os atestados de vacinação, de qualificação de mão de obra e possibilidade de recolocação das pessoas no mercado de trabalho.

E, para encerrar, sr. presidente, eu queria também registrar mais uma medida acertada do governo Lula, que hoje o jornal *Financial Times* traz como manchete. O jornal financeiro britânico diz que o Brasil acerta ao tentar evitar a bolha especulativa, taxando o capital estrangeiro em 2% na sua entrada no mercado financeiro nacional. É uma medida correta, importante e reconhecida pelo referido jornal.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Eu quero registrar outra notícia, deputado Pedro Uczai, antes de lhe conceder um aparte, até para corrigir uma informação distorcida que foi dada anteriormente aqui. É

sobre o *impeachment* da governadora Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul.

Na internet estava escrito, hoje, o seguinte: "Compra de casa foi um erro, diz governadora".

A governadora comprou, segundo a denúncia, uma "casinha", entre aspas, com cerca de 500m², por um valor próximo a R\$ 1 milhão, com a sobra do caixa dois da campanha. E fez a compra 37 dias após o segundo turno! Ela reconhece o erro, dizendo que não era a data certa para comprar.

Então, não é uma perseguição política do PT, é uma declaração, deputado Joares Ponticelli, da própria governadora do Rio Grande do Sul.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Vânio dos Santos, com respeito à governadora Yeda Crusius, ela tem que dar explicações para a sociedade gaúcha e não ao PT.

Mas eu fico feliz de ouvir, no seu pronunciamento, a defesa da estratégia do presidente Lula, que se diferencia radicalmente do governo anterior em relação às privatizações. Hoje temos a reversão dessa política, e aí está o resultado: o Brasil saindo da crise mundial pela atuação da Caixa Econômica Federal, pela atuação do Banco do Brasil, pela atuação do BNDES, pela atuação estratégia das estatais, inclusive a Petrobras.

Além disso, nossos parabéns à Eletrosul, parabéns à atual diretoria. A mudança de rumo e as transformações da Eletrosul começaram na gestão anterior, com Milton Mendes, que v.exa. conhece e admira, e continuam na atual gestão. A Eletrosul é uma empresa que não só transmite, como gera energia elétrica para Santa Catarina e para os quatro estados do sul.

O SR. DEPUTADO VÂNIO SANTOS - Sr. presidente, para nós é uma honra e uma satisfação ver hoje o Banco do Brasil gerando emprego e renda, a Petrobras descobrindo o pré-sal, inclusive na costa de Santa Catarina; ver o Besc incorporado ao Banco do Brasil, porque ele estava no caminho da privatização, e tantas empresas públicas que prestam um serviço absolutamente relevante para o crescimento e para o desenvolvimento do nosso Brasil.

Muito obrigado ao governo Lula!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Rogério Mendonça, do grande alto vale, que ganhou as viaturas depois daquela pauleira.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Eu queria saudá-lo, deputado Jailson Lima, até porque, como representante do alto vale, vê-lo na Presidência desta Casa é uma alegria muito grande, assim como estou vendo o deputado Joares Ponticelli, que está aqui conosco e que também representa o alto vale nesta Casa. Portanto, a nossa região está bem representada na Assembleia Legislativa.

E peço aos amigos deputados Jailson Lima e Joares Ponticelli que façam força para se reeleger, a fim de que o alto vale continue bem representado, pois com certeza não estarei mais nesta Casa, pois vou tentar uma vaga no Congresso Nacional.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não, deputado Vânio dos Santos!

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Eu queria fazer um acordo com o deputado Joares Ponticelli, antes que v.exa. se eleja deputado federal e deixe a Assembleia legislativa.

Nós dois queremos subscrever o requerimento e pedir o apoio de v.exa., porque Tubarão e a região sul, a região da Amurel, também precisam de carros da Segurança Pública para poderem combater a criminalidade.

Eu peço, por favor, a v.exa. que nos ajude nessa tarefa.

Agradeço a v.exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Já que eu tenho tanta força, eu prometo que farei um encaminhamento nesse sentido.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - V.Exa. mostrou que tem peso e reconhecimento, pois rapidamente foi atendido.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Peninha, quero cumprimentá-lo porque foi a sua ação corajosa, como estamos fazendo aqui, na crítica aos desmandos praticados na Segurança Pública que fez com que o alto vale recebesse atendimento. Não é tudo o que o alto vale precisa, temos deficiências ainda, mas parece-me que já começou a surtir efeito. Mas nós continuaremos juntos na luta pelos interesses da nossa região.

Deputado Peninha, somos de partidos diferentes, atuamos em trincheiras opostas, mas tenho o privilégio de conviver com v.exa. há 11 anos nesta Casa, conheço-o bem, um deputado atuante, trabalhador, dedicado às coisas do alto vale e de Santa Catarina, e vou torcer muito para que tenha êxito na sua empreitada e passe, a partir de 2011, a representar o alto vale e Santa Catarina no Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli!

Quero utilizar este espaço para falar de uma reivindicação do alto vale. Aliás, temos também o deputado Sargento Amauri Soares como representante da nossa região, nascido em Imbuia, a nossa princesinha do alto vale. Portanto, estamos bem representados nesta Casa.

Eu gostaria de falar, srs. deputados, sobre o gás natural. Existe uma reivindicação muito grande de todo o alto vale do Itajaí, começando pelo prefeito de Rio do Sul, meu amigo Milton Hobus, por empresários de toda a região, para que o gás natural que hoje vai, através de dutos, até o município de Indaial, possa estender-se e atender o alto vale do Itajaí, chegando à região serrana, ao município de Lages.

Mas, segundo informações, existem hoje dois caminhos a serem trilhados pelo presidente da SCGás, ex-deputado Ivan Ranzolin. Um deles é construir esses dutos de Indaial ao alto vale do Itajaí, chegando à região serrana, com um investimento de aproximadamente R\$ 200 milhões. E o outro caminho é fazer uma reprocessadora, não sei se é bem esse o termo técnico, e trazer o gás do estado de São Paulo, do município de Paulínia, por via rodoviária. E para isso serão necessários aproximadamente R\$ 30 milhões e mais R\$ 30 milhões para levar de Lages ao alto vale do Itajaí. Essa solução não é a melhor, pois todos os usuários terão um custo maior para que seja feito esse reprocessamento, até porque vai exigir permanentemente o transporte rodoviário de São Paulo para a região serrana.

Portanto, estou encaminhando uma moção, juntamente com lideranças da região, e tenho certeza de que contarei com o apoio dos deputados Jailson Lima, Joares Ponticelli,

Sargento Amauri Soares e da deputada Ana Paula Lima, para que esses dutos sejam levados e seja feito o investimento de R\$ 200 milhões, porque hoje o grande estrangulamento de toda a nossa região é a questão da energia. Nós dependemos muito da madeira para, através dos seus resíduos, produzir energia, e cada vez mais estamos perdendo essa alternativa de produção de energia. É verdade que hoje temos muitas PCHs produzindo energia pura, energia limpa, energia hidráulica, mas essa não é a solução definitiva da nossa região.

Assim sendo, faço um apelo, e fá-lo-ei pessoalmente, ao governador do estado e ao presidente da SCGás, Ivan Ranzolin, para que esse investimento seja feito e esses dutos sejam construídos levando o gás de Indaial à região serrana, passando pelo alto vale do Itajaí.

Mas quero também fazer referência, neste espaço de tempo, à homenagem que a Assembleia Legislativa estará fazendo através da outorga, neste plenário, da Comenda do Legislativo Catarinense, no dia 6 de novembro de 2009. Cada deputado fará a indicação de uma entidade ou de uma pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado de Santa Catarina ao longo de sua história.

Neste ano a minha indicação será para um homem de rádio, que trabalha em uma pequena emissora no município de Indaial, sr. Waldimiro Grundmann, que já foi prefeito do município de Timbó. Ele é radialista de uma pequena emissora do município de Timbó, mas já trabalhou em muitos municípios de Santa Catarina, onde prestou relevantes serviços para a radiodifusão do nosso estado.

A minha homenagem, portanto, para Waldimiro Grundmann se estende a todos os radialistas do estado de Santa Catarina, principalmente das pequenas emissoras do interior, que têm a grande responsabilidade de bem informar os catarinenses.

Gostaria também de aproveitar para fazer referência à audiência pública que a comissão de Agricultura estará realizando nesta Casa, no dia 28 de outubro, em relação ao Programa Microbacias de Santa Catarina, que tanto tem ajudado os pequenos produtores do estado. Então, todos os deputados estão convidados. O evento será no plenarinho da Assembleia Legislativa, a partir das 8h30, onde teremos, inclusive, a participação do representante do Banco Mundial.

Quero dizer que estarei com uma agenda cheia neste final de semana. Hoje à tarde estarei em Brusque; à noite estarei em Nova Trento dando uma entrevista, ao vivo, através da TV; na sexta-feira, a partir das 9h30, estarei em Rio do Oeste, juntamente com o secretário Antônio Ceron, inaugurando o telecentro, através do Programa Beija-Flor que a secretaria de Agricultura desenvolve; às 11h estarei em Taió, aonde iremos inaugurar um centro cirúrgico, com a presença do governador em exercício, Leonel Pavan.

E posso dizer que foi uma luta muito forte que tive, junto com Dado Cherem, secretário da Saúde, para que esse centro fosse inaugurado agora, na sexta-feira, no município de Taió.

Já às 14h dessa sexta-feira estarei em José Boiteux; às 16h, no município de Apiúna; à noite participarei de inaugurações no município de Presidente Nereu e no sábado estarei novamente em Nova Trento, participando de um grande encontro da família apaeana. No período da tarde teremos uma reunião com mais de 200 lideranças, no município de Blumenau. Inclusive, essas lideranças estão-se comprometendo como a minha candidatura a deputado federal. E no

domingo visitarei o baixo vale do Itajaí, a foz do Itajaí, nos municípios de Navegantes, Penha, Piçarras, para, na segunda-feira, estar no município de São José participando do X Confaser - Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil.

Então, é essa a minha programação, que faço sempre questão de colocar na última sessão da semana.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Deputado Peninha, parabéns por v.exa. mostrar o trabalho dos parlamentares, na sexta-feira, no sábado, no domingo e na segunda-feira, porque muitas vezes não estamos aqui, no Parlamento, mas estamos trabalhando. E v.exa. sempre mostra o seu roteiro, seja na quinta-feira ou na terça-feira, quando volta.

Parabéns pelo grande trabalho. Com certeza v.exa. estará voando por toda Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Eu faço questão de mostrar o meu trabalho porque a população, de um modo geral, tem uma impressão errada dos deputados. Ela acha que começamos a trabalhar na terça-feira pela manhã, que vamos até quinta-feira ao meio-dia e que depois vamos para as nossas casas descansar. Pelo contrário, trabalhamos muito aqui, é verdade, mas muito mais nos finais de semana, visitando e atendendo nossas bases eleitorais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, quero comunicar, com satisfação, a presença no Parlamento catarinense do vereador Eucláudio Rodrigues, do PDT, conhecido como Gordo, de Santa Cecília, que está acompanhado da Sônia.

O vereador Gordo é um dos batalhadores para ser implantado naquele município uma agência do INSS, porque até então toda a população de Santa Cecília tem que se dirigir a Curitiba. E ele está aqui mais uma vez nessa luta.

Também registro a presença dos companheiros do PDT de Criciúma, o Eduardo e o Júlio, que estão fazendo uma visita a este Parlamento, além do vereador de Aranguá, Lourival João, o conhecido Cabo Loro, que também nos visita.

Sejam todos bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam todos bem-vindos a esta Casa. Cumprimento todos os vereadores em nome do vereador Gordo. E como sou médico, já estou orientando no sentido de que perca um pouquinho de peso para poder fazer mais campanha depois.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, visitantes que nos dão a honra de acompanhar a nossa sessão ordinária, nesta quinta-feira, quero dizer que ontem estivemos no município de Timbó, a pérola do vale, onde aconteceu a abertura de uma excelente e bonita exposição, deputado Joares Ponticelli, a Exposição Industrial e Comercial daquele município, o que

demonstra o grande potencial industrial, tecnológico e do comércio da cidade, que é considerada a décima como melhor para se morar, de acordo com a Organização das Nações Unidas.

Então, parabéns ao prefeito Laércio Schuster Júnior, parabéns ao vice-prefeito Tarcisio Gorna, aos empresários do município, aos trabalhadores também, que construíram aquela riqueza que é referencial para o estado de Santa Catarina e para o nosso país.

Sr. presidente, srs. parlamentares, o deputado Manoel Mota, quando usou o horário do PMDB, perguntou como o governador Luiz Henrique da Silveira aguentou esses grandes desastres que ocorreram no estado de Santa Catarina, que foram as intempéries climáticas que aqui vivenciamos, com chuva de granizo, chuvas em excesso, furacões, tufões, tornados, enfim, coisas nunca vistas antes em nosso país e em nosso estado. E sabemos por que está acontecendo tudo isso: deve-se à degradação da natureza em Santa Catarina.

Aprovamos o Código Ambiental, mas temos que repensar as construções irregulares nos morros de diversos municípios, o aquecimento global que está acabando com o nosso planeta, enfim, temos que atentar para essas mudanças. Não adianta também resolver o problema imediato, se não fizermos nada para tratar a causa, porque sempre estamos tratando o efeito, e não é assim que as coisas têm que acontecer.

Então, é preciso haver uma mudança já nas crianças. E vejo aqui o Luiz, da secretaria da Educação, que sempre está presente, que trabalha com as nossas crianças sobre a questão do consumo desenfreado, porque isso tudo é motivo para que, daqui a pouco, não tenhamos mais nada no estado e no planeta.

Então, respondo ao deputado Manoel Mota quando s.exa. pergunta como o governador tem tanta força para aguentar tudo isso. Deputado Manoel Mota, é porque o presidente Lula tem ajudado, deputado Joares Ponticelli. Tudo que tem acontecido de reconstrução no estado de Santa Catarina, vamos fazer justiça, é com o dinheiro do povo brasileiro depositado na conta da Defesa Civil Nacional e dinheiro do governo federal que está sendo investido na região oeste, na questão da seca, na região do vale do Itajaí, na questão da infraestrutura, e também na região sul e no planalto. Então, foi a mão estendida do governo federal que ajudou a resolver os problemas.

A minha pergunta para o deputado Manoel Mota, mesmo ele não se encontrando mais no plenário, é a seguinte: quais foram os investimentos do governo do estado? Por que lá no Morro do Baú os moradores continuam esperando ações do governo do estado?

Foi até lá o secretário da Agricultura, Antônio Ceron, foram deputados e deputadas desta Casa, juntamente com o governador, e saiu em manchete nacional que estavam fazendo alguma coisa. Mas hoje não aparece mais ninguém lá.

Na minha cidade, Blumenau - e só estou falando do dinheiro do governo federal -, o povo continua em abrigos, deputado Joares Ponticelli.

É muito fácil aqui dizer que é simples reconstruir casas. Quero ver se alguém dos senhores conseguiria viver um ano como estão vivendo os blumenauenses que estão em abrigos. Um ano dividindo parede de eucatex, usando o mesmo banheiro - crianças, idosos, adultos, mulheres, todos juntos. É um campo de concentração.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputada Ana Paula Lima, v.exa. está coberta de razão e avalizo integralmente a sua manifestação, pois uma parte é dinheiro do governo federal e a outra parte é da solidariedade do povo catarinense, nas contas que foram abertas. Aliás, até hoje não foram prestadas contas daquilo, deputada Ana Paula Lima. Mas lembramos que na época o volume quase havia ultrapassado a casa dos R\$ 40 milhões de contribuição do povo.

Portanto, essa solidariedade da gente catarinense, que é um povo extremamente solidário, e a mão amiga e solidária do governo federal estão garantindo algum atendimento.

Quanto ao que v.exa. traz da região do Morro do Baú, é verdade. Inclusive, ontem recebi a visita do vereador Roberto Prebianca e de mais alguns companheiros do município de Ilhota, os quais me relataram exatamente isso. Os que foram atendidos foram-no com recursos que chegaram do governo federal ou da solidariedade dos catarinenses. A parte do governo do estado, eles estão esperando ainda. O governo deve, inclusive, explicações, por exemplo, a respeito de Ilhota, sobre aquele material que sumiu, que estava sendo vendido em Canoinhas. E a parte do governo do estado, com relação ao dinheiro do nosso Orçamento, deputada Ana Paula Lima, também não tenho notícia de ação efetiva financiada pelo governo do estado.

Cumprimento v.exa. pela clareza e pela verdade da manifestação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, deputado.

Na área da saúde, deputado Jailson Lima, v.exa. que é médico, são R\$ 100 milhões - R\$ 70 milhões já foram destinados, mais R\$30 milhões agora, para investimentos.

V.Exa. citou, deputado Joares Ponticelli, o município de Ilhota. Lá no Morro do Baú, o posto de saúde que caiu foi reconstruído com o dinheiro do governo federal; as ambulâncias e os carros que temos no município de Ilhota vieram do dinheiro do governo federal. Mas o prefeito inaugurou o posto e sequer mencionou esse fato.

Vamos fazer justiça. O dinheiro é do povo brasileiro. Mas, por favor, o povo do Morro do Baú, de Belchior, do município de Gaspar, da região de Blumenau também está esperando recurso estadual, porque o federal foi todo liberado.

As escolas estaduais que foram atingidas receberam também recursos do governo federal, assim como as municipais. Essa parte foi cumprida.

Deputado Dagomar Carneiro, v.exa. que é do município de Brusque deve saber que existem áreas em que o médico não chega, onde só há o profissional da enfermagem, que tem que se desdobrar entre assistente social, psicólogo e, muitas vezes, doutor, pelo menos para dar ouvidos e escutar as pessoas mais necessitadas. Então, esses profissionais diuturnamente têm trabalhado de maneira incansável dando o melhor de si na preservação da vida, na prevenção das doenças, na cura dos males, numa luta grandiosa.

Várias vezes, deputado, já chegamos muito perto da aprovação das 30 horas para essa categoria. E nesta semana tivemos, então, essa vitória na comissão de Constituição e Justiça, onde o projeto foi aprovado. E agora a próxima luta certamente será o Plenário da Câmara dos Deputados aprovar, de uma vez por todas, esse anseio tão esperado durante muitos anos: as 30 horas para os profissionais de Enfermagem. E estaremos acompanhando, como sempre estivemos, a

luta dessa grandiosa categoria catarinense e brasileira.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, quero anunciar com satisfação a presença no Parlamento catarinense da secretária de Desenvolvimento Regional de Brusque, Sandra Eccel, que vem fazendo um grande trabalho nos nossos oito municípios, dando uma nova dinâmica, onde temos também trabalhado junto com o deputado Serafim Venzon, a seis mãos, pelo desenvolvimento da nossa região.

Comunico também a presença aqui do presidente da Câmara de Vereadores de Nova Trento, vereador Leonir Maestri, homem combativo, que luta e defende com unhas e dentes aquele município, e também do assessor do deputado Edinho Bez, o sr. Ernani.

Desejamos a eles boas-vindas, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam todos bem-vindos.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, próximo orador inscrito.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, pessoas, lideranças políticas do PDT e de outros partidos que nos acompanham nesta sessão, telespectadores da TVAL, temos acompanhado pela imprensa uma situação no estado de Santa Catarina com relação ao Besc, o ex-Banco do Estado de Santa Catarina. Temos acompanhado não só pela imprensa, como pessoalmente em algumas regiões do estado essa situação. E por onde temos andado temos recebido muitos questionamentos e captado bastante ansiedade das comunidades. Inclusive, foi comunicado, nesta semana, pelo Banco do Brasil o fechamento de 68 agências do Besc no estado de Santa Catarina, sendo seis delas na Grande Florianópolis, cinco no meio-oeste, dez no norte do estado, nove no sul do estado, seis na serra catarinense, sete no extremo oeste, 13 no oeste do estado e 12 no vale do Itajaí.

Deputado Joares Ponticelli, as seguintes cidades terão agências do Besc fechadas: Agrolândia e Ascurra, no médio vale; Ilhota, já quase na foz do Itajaí; Pouso Redondo, no alto vale, sua cidade natal; Presidente Getúlio, no alto vale; Rio do Campo e Rio do Oeste, no alto vale; Rodeio, no médio vale; Salete, no alto vale; Santa Cecília, já é na serra; Trombudo Central, no alto vale; e Vidal Ramos, no alto vale. Escapou a minha cidade natal, Imbuia, porque o Banco do Brasil que havia lá já fora fechado pelo governo Collor.

Srs. parlamentares, temos que refletir essa situação, deputado Joares Ponticelli. E tenho escutado, desde o ano passado, a discussão e a suposta polêmica nesta Casa, talvez uma polêmica de superfície, com relação a esse assunto. É evidente que achamos mais importante o Besc ser incorporado pelo Banco do Brasil do que ser comprado por um banco privado ou vendido diretamente, como aconteceu em outros estados com os bancos estaduais. Mas nós não podemos deixar de admitir que o Besc deixou de existir, porque senão estaremos vendendo uma leitura da realidade diversa daquilo que é.

Havia a proposta, há dois anos ou mais, do Sindicato dos Bancários de manter o Besc como um banco pertencente ao Banco do

Brasil, mas como uma agência ímpar, inclusive para expandi-lo para além do estado de Santa Catarina. Essa era a proposta dos bancários lá trás. Mas o que foi aprovado foi a absorção do Besc pelo Banco do Brasil, e o Besc deixou de existir.

Talvez essa realidade ainda não esteja sendo sentida completamente, porque as fachadas persistem com a plaquinha do Besc, mas isso é temporário, é por cinco anos. Dentro de três anos e pouco ninguém mais vai encontrar aquela fachada, aquela plaquinha escrita Besc - Banco do Estado de Santa Catarina.

Em todas as regiões onde estivemos nos últimos 15 dias as pessoas falaram sobre esse assunto, ou seja, que o Besc deixará de existir. Os diretores do Banco do Brasil alegam que vai melhorar o atendimento nas agências do banco, que nenhum trabalhador vai ter qualquer prejuízo, pelo contrário, até se acena com a possibilidade de promoção. Eles argumentam que havia duas agências nessas cidades, uma do Besc e uma do Banco do Brasil, que agora haverá apenas uma do Banco do Brasil, mas o atendimento vai melhorar e a fila vai diminuir.

Olha, com todo respeito aos gestores do Banco do Brasil, vamos ter que ver para crer porque a população que está na fila do Besc ou na fila do Banco do Brasil vai acreditar que agora vai ter um só banco e que vai acabar a fila? Papai Noel é só em dezembro!

E não estamos falando isso para criticar o banco público, muito pelo contrário, até porque sabemos que os bancos privados são piores em termos de fila do que os bancos públicos. Mas como defensor do serviço público, como defensor da empresa catarinense Besc, nós temos que admitir que o Besc deixou de existir e parar de tentar colocar panos quentes. Temos que aceitar que o Besc foi absorvido pelo Banco do Brasil e que daqui a três anos e pouco ninguém encontrará mais no estado de Santa Catarina a plaquinha do Besc.

Sem falar que lá atrás obrigaram todos os correntistas do Besc a fazer um recadastramento, porque o Banco do Brasil não acreditava nas informações do Besc. E os clientes, como eu, é que passaram pelo constrangimento de ter que convencer o Banco do Brasil que existiam de verdade, de que tinham conta, de que eram pessoas físicas. Também as pessoas jurídicas, as empresas, tiveram que convencer o Banco do Brasil de que existiam. Quase tivemos que colocar o dedo lá para dizer: sou eu mesmo.

Então, tudo isso foi criado e a população, evidentemente, sentiu esse trauma. Mas temos que falar a verdade da forma como ela é, bem como estar ao lado da população para buscar garantir que tanto os bancos privados, quanto os bancos públicos, deem o exemplo e respeitem mais os clientes, respeitem mais a sociedade e, principalmente, cobrem taxas menores, porque também há bastante nos bancos em geral. Isso tudo temos que debater aqui e falar a realidade tal qual ela é para a nossa população.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concedo-lhe, com muita satisfação, um aparte, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Sargento Amauri Soares, também quero cumprimentá-lo pela preocupação e pelo assunto que v.exa. traz, pois na região de Tubarão também esse assunto repercutiu muito nesta semana, porque são nove

agências que foram fechadas e, na minha avaliação, na primeira leva. V.Exa. tem razão: não é o que foi dito na época, não! Foi dito que a marca Besc seria preservada, que é a marca dos catarinenses, e nós estamos vendo que há uma pressa de nem esperar os cinco anos.

Eu não consegui receber o meu cartão do cadastramento ainda. E veja que sou correntista do Besc há 22 anos, desde que cheguei a Tubarão. Estou aqui há 11 anos, mas mantive a minha conta lá, porque foi a minha primeira conta bancária, e eu a mantive porque era no banco dos catarinenses.

Eu me recordo, deputado Sargento Amauri Soares, quando tivemos que federalizar o banco. Ele seria fechado e liquidado em 29 de junho de 1999. O liquidante já estava morando aqui no estado, quando nos sobrou somente a alternativa de federalizar. Mas foi mantida a marca Besc, o gerenciamento próprio, e isso foi assegurado durante o processo de compra. E não é o que estamos vendo.

O meu temor é que essa seja a primeira leva só. Em Tubarão, por exemplo, nós temos quatro agências: duas do Besc e duas do Banco do Brasil. Eu já tenho dito lá para eles que duvido que sejam preservadas, porque cada vez mais o que se vê é o banqueiro querendo o cliente fora do banco, ele quer que o cliente vá para a maquininha, quanto menos contato físico o banqueiro tiver com o cliente, melhor. Ele quer apenas o contato eletrônico, quer o cliente cada vez mais fora da agência. Por isso o tratamento que é dispensado.

Cumprimento v.exa. e sou favorável para que se debata mais esse assunto para evitar que outras agências venham a ser fechadas.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado pelo seu aparte, deputado Joares Ponticelli.

E essa é a realidade. Nós temos que falar e que nos preocupar com isso porque, infelizmente, não tínhamos coisa melhor para dizer às pessoas que vinham falar sobre o assunto. A tendência é que desapareça o Besc! Vão deixar cada vez menos agências funcionando e fazer com que as pessoas sejam atendidas pela internet! E não será nem na máquina, porque daí eles têm que prestar assistência. Será na sua própria casa.

Então, temos que continuar fazendo esse debate e o banco público tem que estar lá onde o público precisa do seu serviço.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente e srs. deputados, ontem, na comissão de Finanças e Tributação desta Casa, foi aprovado um requerimento de minha autoria solicitando a vinda a esta Casa do superintendente do Banco do Brasil em Santa Catarina para tratar desse assunto.

Nós queremos, realmente, saber o que o banco vai fazer com as agências que pretende fechar, o que fará com os funcionários. Porque eu disse, deputado Sargento Amauri Soares, que o caminho era exatamente este: um banco *on-line*, deixar a população totalmente excluída de tudo e dos funcionários. E isso é o que nós não queremos em Santa Catarina, porque não foi isso que foi acordado quando houve a incorporação do Besc pelo Banco do Brasil, e que o PT, por diversas vezes, com a senadora Ideli Salvatti e a equipe de Santa Catarina, negociou. Mas a

verdade é que agora estamos vivenciando o que não queríamos.

Então, por isso ele estará aqui, com certeza, para dar alguns esclarecimentos à sociedade e a nós, deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Joares Ponticelli, um líder combativo do PP nesta Assembleia, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, deputado Jailson Lima; deputada Ana Paula Lima, demais deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSc Digital, trago duas notícias hoje. Uma delas foi noticiada pelo jornal *NotiSul* e preocupa muito a região da Amurel - mas sei que é uma preocupação de todo o estado, deputado Sargento Amauri Soares e deputada Ana Paula Lima. Trata-se da terceira audiência pública que foi marcada pela comissão de Constituição e Justiça para debater o processo da municipalização do ensino fundamental.

A Associação dos Municípios da Região da Laguna, Amurel, também se manifesta hoje, através de uma extensa matéria, colocando a preocupação dos prefeitos daquela região com o PLC n. 0014, que tramita nesta Casa Legislativa. Acredito, deputado Reno Caramori, que nós precisamos ampliar esse processo de discussão.

A Assembleia Legislativa já promoveu audiência pública no oeste do estado, em que centenas de professores, secretários municipais e dirigentes de sindicato participaram e manifestaram-se quase que maciçamente contra a continuidade da tramitação do PLC n. 0014. Depois da audiência pública de Lages, novamente centenas de professores e de secretários municipais levaram a sua manifestação contundente e contrária à aprovação do projeto.

A audiência pública da Grande Florianópolis, que foi adiada em função da gripe A e que deveria ter sido realizada no dia 20 de agosto, agora foi remarcada para o dia 25 de novembro. Deputada Ana Paula Lima, espero que 25 de novembro, que também é o dia da padroeira de Santa Catarina, portanto, dia do nosso estado, seja marcado por uma grande mobilização dos secretários municipais da Educação, dos prefeitos, dos professores, e que consigamos, nesse dia, convencer o governo de que não é momento de avançarmos nessa discussão.

Eu tenho feito e reiterado esse pedido na comissão de Constituição e Justiça, espero que haja bom senso e que o governo retire esse projeto de tramitação neste momento. Nós temos outras coisas para resolver na educação antes de avançar nesse tema. Eu não tenho nenhum preconceito, srs. deputados, em discutir esse tema, acho que vai chegar o momento em que vamos ter que discutir, até porque sabemos que existem municípios que têm interesse, mas o momento não é apropriado, pois ainda temos uma série de questões salariais do Magistério para resolver.

Meu Deus do céu! Como é que o governador pode querer tratar desse assunto agora, se ele está quase indo embora depois de sete anos de governo e ainda não pagou a grande promessa que fez ao professor lá na campanha de 2002, deputado Reno Caramori? Deputado Kennedy Nunes, em 2002, a promessa mais contundente que o então candidato Luiz Henrique fez era de que, se fosse eleito governador, equipararia o salário do professor estadual ao salário do professor

do município de Joinville. Eu já trouxe esses números aqui. O professor do estado ganha menos da metade do que ganha o professor de Joinville, com a mesma qualificação e com o mesmo tempo de serviço. Então, existe essa grande promessa de campanha e o governador, como diz o ditado, está quase picando a mula para a campanha de senador, já vai tirar férias em janeiro, e não vai pagar essa promessa também.

Fala-se em municipalização. Como é que fica a garantia desses professores, dessas escolas no processo de municipalização? Não resolveu nem a questão dos abonos, dessa destruição do plano de cargos e salários do Magistério que foi feita, mandando para cá uma proposta de incorporação de abono em quatro suaves prestações de R\$ 25,00 cada uma. E o que é pior, das quatro, ele, Luiz Henrique, só vai pagar uma e vai deixar as outras três para o Leonel Pavan pagar no próximo ano. É cheque pré-datado para o outro pagar. E querem empurrar esse projeto de qualquer jeito? Não vão, não!

Por isso, deputado Reno Caramori, nós teremos que desmembrar essa discussão, fazer uma audiência pública na região norte, poderia ser em Joinville, outra na Grande Florianópolis e uma no sul do estado também. Essa foi a tentativa que eu e o deputado Vânio dos Santos fizemos na comissão de Constituição e Justiça, na semana passada. Não tivemos êxito. E se isso não acontecer, que a população de Santa Catarina venha para a Assembleia no dia 25, que lote as galerias e o auditório para forçar o governo a retirar essa matéria. Santa Catarina não quer discutir o PLC n. 0014 agora, não quer discutir a municipalização. Até porque, deputado Reno Caramori, os municípios já estão sobrecarregados, já receberam a carga da educação infantil e ainda não conseguiram resolver esse problema.

A falta de vagas na educação infantil é uma realidade praticamente em todos os municípios de Santa Catarina, porque o município recebeu o ônus e não o bônus, recebeu a obrigação de fazer, mas não as fontes de financiamento para isso. Portanto, não é momento de avançar e de discutir esse processo. O governo caminha para o final. Se teve sete anos para resolver e para cumprir o que prometeu ao Magistério e não o fez, não adianta querer empurrar esse processo de qualquer jeito agora, porque nós vamos reagir. E estamos conclamando todos para participar.

Por isso a nossa solidariedade também aos prefeitos da região da Amurel, que manifestam essa preocupação com um tema tão importante.

Há outro assunto que quero abordar - e aí é para comemorar, deputado Reno Caramori. V.Exa. poderá constatar através disso que a Oposição, que geralmente não é respeitada, parece que agora está conseguindo alguns avanços na base da pressão.

Ontem, o deputado Darci da Matos acolheu um requerimento de nossa autoria marcando para a próxima quarta-feira a presença dos representantes dos aprovados no concurso público da Polícia Civil, que estão desde o dia 29 de junho aguardando a chamada. Alguns deles já haviam pedido demissão do emprego, já haviam alugado apartamentos aqui em Florianópolis para vir fazer academia, e de 29 de junho até agora, deputado Jailson Lima, não obtiveram mais informação.

Ontem, nós conseguimos marcar para a semana que vem e começamos a chamar os concursados, e os delegados,

porque os delegados também estão sem condições de trabalho por falta de pessoal. Há delegacia com um policial civil apenas! Como é que vai conseguir atender à demanda? Parece que o governo, através dos tantos secretários que, não tendo o que fazer, ficam assistindo-nos pela TVAL - e é sempre bom que nos assistam para levar para o governo as nossas preocupações -, ouviu o nosso pleito. E a resposta já veio no *Diário Catarinense* de hoje, deputado Reno Caramori, e eu fico feliz com isso. Na página 43, o jornal traz a seguinte matéria: "Policiais Civis são nomeados". Vejam que o governo funciona na base da pressão.

Ontem, nós marcamos a data: na quarta-feira que vem os aprovados no concurso, que estavam sendo maltratados e que nem informações recebiam, estariam todos aqui. E o governo, como sabe que está um caldeirão borbulhante, já se antecipou e decidiu nomear. Parabéns para governo! Eu também sei reconhecer que o governador Pavan foi sensível.

Governador Leonel Pavan, nós ficamos pedindo para o governador Luiz Henrique desde junho, para ele e para o secretário Ronaldo Benedet. Não nos deram ouvidos. Foi só Leonel Pavan assumir, ouvir o nosso pleito - trouxemos aqui o pedido ontem - e hoje já está anunciando a nomeação de 211 novos policiais, sendo 53 delegados de polícia, 116 investigadores e 42 escreventes que já estão sendo chamados para, a partir da próxima semana, começar a academia.

O secretário Benedet e o governador Luiz Henrique nunca nos escutam. Agradeço ao governador Leonel Pavan que nos atendeu. Ontem marcamos a audiência e hoje ele já anunciou a convocação desses 211 novos policiais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Joares Ponticelli, da mesma forma, nós, em 2007, fizemos uma indicação, que foi aprovada por este Plenário, para que o governo comprasse vagas das instituições de ensino superior para que se ampliasse o art. 170. Foi batido, e nada. O presidente desta Casa, deputado Jorginho Mello, teve que assumir o governo para nos brindar, contemplando integralmente a nossa indicação, que foi aprovada por esta Casa, concedendo 0,03% do Fundo Social para bolsas de estudos destinadas aos alunos carentes.

Agora que o vice-governador Leonel Pavan assumiu e resolveu o problema dos concursados, suprimindo a necessidade...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas deixar registrado que Santa Catarina está sendo brindada com a visita de três ministros. Primeiramente foi o ministro Patrus Ananias, que esteve no planalto serrano falando sobre o bom desempenho do programa Bolsa Família. Agora quero convidar todos para assistirem hoje, às 19h, a um debate que o ministro da Justiça, Tarso Genro, estará fazendo no município de Balneário Camboriú, sobre o tema "Desenvolvimento Regional e Segurança Pública". Vou aproveitar a oportunidade e

perguntar ao ministro o motivo pelo qual o governo do estado ainda não me respondeu por que Santa Catarina não aderiu ao Pronasci.

Por fim, amanhã, sexta-feira, o ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vanucci, estará participando de uma palestra na Universidade Federal de Santa Catarina, para a qual fica o meu convite também.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado pela comunicação, deputada Ana Paula Lima! É um desfile de ministros em Santa Catarina.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, em primeiro lugar quero agradecer à Mesa Diretora e a todos os srs. deputados pela forma respeitosa como atenderam ontem ao apelo deste relator, aprovando em três turnos o projeto de lei de autoria dos deputados Darci de Matos e Manoel Mota, regularizando o uso das *lan houses*.

Quero comunicar que hoje, às 14h30, o governador em exercício, Leonel Pavan, vai sancionar essa lei, que será como aquela da educação, deputado Joares Ponticelli, que foi aprovada vapt vupt na semana passada. Então, não houve agilidade apenas para a questão das bolsas de estudo, mas também para essa questão da vigilância contra a pedofilia no estado de Santa Catarina. Quer dizer, a partir de agora as *lan houses* terão que ter algum tipo de cuidado com os seus usuários, para que não ocorram novamente aquelas cenas que mostrei aqui ontem.

Quero trazer a questão das enchentes, e a deputada Ana Paula Lima há pouco falava sobre o assunto. E começo mostrando um material que chegou até o meu gabinete, deputado Joares Ponticelli.

(O deputado mostra lençol e fronhas.)

Hoje, quando cheguei com estes lençóis e estas fronhas perguntaram-me: "Sua mulher o colocou para fora de casa?" Eu respondi: "Ainda não! Ainda não! Esta fronha e este lençol parecem normais, mas eles têm duas marcas."

Antes de mostrar as marcas, estou mostrando a nota fiscal desse material que foi comprado na cidade de Aparecida do Norte, em São Paulo, no dia 11 de outubro. Atrás da nota fiscal está o RG do rapaz que vendeu e o telefone. Além disso, consta da nota fiscal o registro de 4 fronhas, a R\$ 5,00, e um lençol que foi também vendido por R\$ 5,00, dando um total de R\$ 10,00.

Até aí tudo bem, se nas fronhas e no lençol não estivesse escrito "Defesa Civil do Brasil" e também "Secretaria do Estado da Saúde de Santa Catarina". E as fronhas e o lençol foram comprados em uma feira em São Paulo!

Está aqui: fronhas verdes e brancas e o lençol! O que fazer com isso? Não sei! Está aqui a nota fiscal! Eu fico decepcionado, deputada Ana Paula Lima, ao saber que as coisas chegaram a esse ponto. Esse material chegou às minhas mãos porque alguém comprou e ainda me disse o seguinte: "Deputado, está aqui. Peguei o RG do camarada que me vendeu, o telefone celular e o telefone fixo da loja."

Srs. deputados, está aqui a nota fiscal dos produtos comprados na cidade de Aparecida do Norte, em São Paulo! São fronhas e um lençol da Defesa Civil do Brasil.

Mas o mais grave é que está escrito Secretaria do Estado de Santa Catarina.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Isso é lamentável, deputado Kennedy Nunes, pois nós, no vale do Itajaí, ainda estamos sofrendo com a desgraça da catástrofe de novembro e agora assistindo a essa denúncia que v.exa. está fazendo de desvio de material doado pelo governo federal ao estado de Santa Catarina, e o estado vendendo-o em uma feira em São Paulo.

Este não é o primeiro desvio desta natureza, parece que também houve desvio na compra de uniformes da secretaria de estado do Rio Grande do Sul anos atrás. Mas é lamentável que enquanto o povo está em abrigo dividindo cama e colchão, materiais como esses estejam sendo desviados; materiais que vieram para servir a nossa gente, para as pessoas mais necessitadas que não receberam nada, deputado Kennedy Nunes, porque as visitei e sei. Assim como sei que em Blumenau também foram desviados diversos caminhões de alimentos, de sapatos, de roupas por um deputado daqui, que faz parte desta Casa. São desvios dessa natureza que fazem a população desacreditar nos políticos.

Mas estamos aqui, v.exa., como sentinela e eu vigilante nos recursos que vêm para Santa Catarina e que não chegaram às pessoas e ao seu destino.

Muito obrigada e parabéns pelo pronunciamento. Estou também meio anestesiada com o conteúdo da sua fala, mas não temos que ficar quietos, não! Temos que fazer uma CPI para apurar esses fatos, porque isso é muito grave.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sra. deputada.

Eu vou, deputado Joares Ponticelli, encaminhar isso aqui para uma investigação policial. Não há justificativa para esse material ter sido vendido!

Estamos aqui com alguns alunos que nos acompanham e eu quero dizer-lhes que isso que estou denunciando é um mau exemplo. Tomara que vocês, ao chegarem aos 39 anos de idade, não tenham que denunciar que material da Defesa Civil, que foi e deveria servir para os flagelados, tenha ido parar em uma feira em São Paulo. Esse lençol foi comprado por R\$ 5,00 e essas quatro fronhas por R\$ 5,00.

Só estou trazendo aqui este assunto porque isso veio parar no meu gabinete. Saindo daqui hoje, deputado Joares Ponticelli, vou encaminhar e fazer o pedido para que a polícia faça uma investigação, já que temos aqui a fonte de onde foi comprado, para verificar como é que foram parar em São Paulo essas fronhas e o lençol com a marca da secretaria de estado da Saúde de Santa Catarina e da Defesa Civil do Brasil.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Kennedy Nunes, eu estava lembrando agora, não sei se há dois ou três anos, que o *Diário Catarinense* noticiou a venda de uniformes de Santa Catarina no Rio Grande do Sul. Faz uns dois anos, talvez, que numa loja estavam vendendo uniforme que o governo do estado compra por um custo muito alto e suspeito, em minha opinião, para distribuir para os alunos só em ano de eleição. Ano em

que não há eleição, não há uniforme. E esse material estava sendo vendido lá e ninguém soube de mais nada. Eu também não sei como é que terminou aquilo.

Junto ao pedido de investigação que v.exa. vai encaminhar, nós precisamos saber também como é que foi concluída aquela investigação da venda de uniformes, porque até hoje não foi dada nenhuma resposta para Santa Catarina, não que eu tenha conhecimento.

Parabéns pelo assunto que v.exa. traz.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado.

Portanto, nós vamos dar encaminhamento a esse material e vamos pedir por escrito que o delegado Renato Hendges, excelente delegado, que faz um trabalho excepcional, isento, faça essa investigação,

abra um inquérito policial para saber como é que esse lençol e essas fronhas com marcas da secretaria de Saúde e da Defesa Civil foram parar numa feira em São Paulo.

Vou trazer esse assunto aqui novamente, vou dar continuidade para que os catarinenses possam saber o que aconteceu. Pelo menos nós vamos investigar isso, deputada Ana Paula Lima, nós vamos investigar isso!

Muito obrigado, sr. deputado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo

com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 97ª Sessão Ordinária, de 27 de outubro de 2009: discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s: 0028/2009, 0096/2008, 0135/2009 e 0254/2009.

Queremos também anunciar a presença dos alunos da 3ª e 4ª séries da Escola Reunida Municipal Cesário Régis, do município de Guabiruba.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para a data de hoje, no município de Lages, em comemoração aos 70 anos do *Correio Lageano*.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 097ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Círio Vandresen - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Vânio dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, o meu pronunciamento hoje, nesta Casa, será dirigido, mais uma vez, ao professor, pelo fato de eu ser professor há 38 anos e dirigente da categoria dos professores numa época bastante dura, em que os servidores públicos sequer podiam ter entidades representativas, ou seja, não podiam ter sindicatos ou federações.

Por esta razão criamos a Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina e através dela conquistamos, durante aqueles difíceis tempos, o curso público, o quadro de carreira, o Estatuto do Magistério, o Plano Estadual de Educação, a eleição direta para diretor de escola e a hora/atividade. Enfim,

são conquistas da categoria, sendo que as eleições diretas para diretor de escola eu, quando fui prefeito da capital, consegui mantê-las. Eu aperfeiçoei esse processo e até hoje entendo que existe na capital, em que as diretoras ou diretores são eleitos através da escolha da comunidade escolar, não só dos professores, como dos alunos e dos pais.

Por causa dessa luta que continuo, após 38 anos, como professor. E aproveito este momento para recordar os bons tempos e para mandar o nosso abraço a todos aqueles que foram nossos alunos, que trabalharam conosco em sala de aula, aos professores e aos que trabalharam em pesquisa.

Outro assunto que me preocupa hoje, deputado Círio Vandresen, é a violência nas escolas. Eu fiz uma lei que foi aprovada por esta Casa, em 2007, logo após ter assumido na Assembleia, que foi sancionada pelo governador, que tratava de uma política coibindo essas violências na escola contra os professores. Isso porque a escola repete a prática, o dia a dia do bairro ou da comunidade onde está inserida. E não serão aqueles muros que irão isolá-la ou protegê-la da comunidade.

Nós sentimos, hoje, que as comunidades, principalmente as que mais precisam, as carentes - em Florianópolis elas estão inseridas nos morros, nas periferias tomadas pelo narcotráfico -, repetem, sem sombra de dúvida, a questão das drogas, a violência contra os próprios estudantes que hoje são vítimas do *bullying*, um termo conhecido em nível mundial; a violência dos estudantes ou da comunidade contra o professor ou daqueles que querem coibir a autoridade, a respeitabilidade na educação, tendo seus interesses particulares contrariados.

Como exemplo podemos citar o caso de mães de alunos, de pais de alunos agredindo o professor; podemos citar o caso recente, em Biguaçu, de um aluno que estava armado e matou o professor e das agressões que ocorrem contra os professores, contra os alunos. Isso não pode continuar.

Então, esta lei que nós criamos e foi aprovada pelos 40 srs. deputados é uma lei

que permite (eu dei uma cópia ao sr. secretário da Educação Paulo Bauer) inserir no Orçamento - se não for agora, será para o próximo ano - recursos para estabelecer uma política de paz, de cultura do bem nas escolas, envolvendo todos os agentes responsáveis pela educação, desde a Associação de Pais e Professores, até a comunidade, os alunos e os próprios professores, para, juntamente com o setor da segurança, com as associações na comunidade, com as forças vivas, estabelecer políticas do bem nas escolas.

Estou falando isso porque não é só noticiário nacional que destaca essas agressões. No nosso estado há professores que têm que lutar, como o deputado Sargento Amauri Soares, pela sua categoria, pela segurança e pela educação.

É importante que haja professores que mantenham essa luta e que haja também parlamentares que representem essas categorias lutando pelos interesses da agricultura, da segurança, da educação, dos professores etc.

Trago aqui mais notícias que saíram nos principais jornais: "Violência em sala de aula". Nesse caso, um aluno agride a professora porque simplesmente ela pediu a ele que desligasse o celular em sala de aula. Todos nós sabemos que é proibido o uso de celular em sala de aula, e o aluno a agrediu por isso. Temos esse exemplo, dentre tantos outros.

Srs. deputados, estamos vendo, diariamente, que não há uma política dos responsáveis pela educação contra a violência na escola; uma política contra, além do *bullying*, as agressões físicas que estão ocorrendo com os professores.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Pois não, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Professor Grandó.

Eu queria parabenizar v.exa. por trazer este assunto à tribuna e dizer que de

fato é bastante preocupante essa questão da violência que se está tornando cada vez mais frequente.

Se há dez ou 15 anos fosse cogitada a possibilidade de se ter policiais na escola, isso seria considerado, de repente, desnecessário ou até um símbolo de repressão, até por preconceito vindo de gerações anteriores. Mas nos últimos anos o sindicato da Educação, o Sinte, como v.exa. bem conhece, está requerendo uma maior presença dos órgãos de segurança nos colégios.

Evidentemente que o problema é muito mais complexo, muito mais amplo, tem raízes econômicas, sociais, culturais, mas esse fato também precisa ser abordado e entendido pelas instituições de segurança. Há uns cinco anos, quando se discutia uma legislação para se recontratar um policial aposentado, falávamos sobre a importância de um policial da reserva ir à sua comunidade, no seu bairro - ele já participa da APP, já participa da vida comunitária, devido à sua experiência de 30 anos de serviço ou mais -, prestar serviço também no colégio, para poder realizar bem esse serviço, com a tranquilidade e com a segurança necessária para se garantir o direito a quem quer dar aulas, a quem quer estudar efetivamente.

É um absurdo que na nossa sociedade, bem pertinho da Assembleia Legislativa, nós tenhamos professores inseguros para dar aula. Os policiais têm ido para trabalhar no sistema prisional, até no Palácio do Governo, mas para trabalhar nas escolas, para fazer esse trabalho comunitário e essencial eu desconheço, infelizmente, um que tenha sido destinado para esse fim.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - V.Exa. tem toda razão quando diz que há alguns anos parecia até uma intervenção na liberdade da escola, da organização comunitária ter policiais na escola. Mas hoje todas as escolas pedem que haja policiais, principalmente em frente delas, por causa do tráfico de drogas, da influência. Mas o que quero dizer é que nós temos que ter uma política, pois se faz necessário, que preserve a segurança dos professores e dos alunos, enfim, daquela comunidade como um todo, daquele patrimônio que é público, contra a violência. Até porque Florianópolis repete muito a questão do Rio de Janeiro, coisa que eu me preocupo muito, por questões culturais antigas, pois lá as escolas são usadas como esconderijo de armas por aqueles que fazem o narcotráfico.

Agora, srs. deputados, até para fazer obras do PAC no morro é necessário que seja feito um acordo com o Comando Vermelho. Por isso ocorreu essa barbaridade que nós vimos há pouco tempo, que chamou a atenção mundial, que foi a derrubada por bandidos de um helicóptero guiado por pessoas que trabalham com segurança, com todo o sacrifício. A que ponto chegamos!

Então, temos que estabelecer uma política de segurança, para que isso não se repita mais. Nós precisamos agir de forma preventiva nos locais em que estão ocorrendo obras comunitárias, pois às vezes o narcotraficante comanda naquela região porque o poder público estadual, federal, municipal ou mesmo religioso ou comunitário está ausente e eles passam a ser o que se chama de autoridade.

Nós precisamos ter, sim, uma política de liberdade, de paz e de organização.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, esta Presidência

informa a todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital que o presidente da Casa Jorginho Mello encontra-se, como foi informado, internado no Hospital de Caridade. Ele está restabelecendo a sua saúde, sem risco maior, está desempenhando sua função de presidente normalmente, não podendo somente estar no plenário por alguns dias enquanto se recupera naquele hospital.

Por isso, na condição de vice-presidente, estou conduzindo as reuniões de plenário e o presidente continua despachando normalmente com os seus assessores e com os diretores desta Casa no Hospital de Caridade, até como forma de, não tendo mais o que fazer lá, antecipar a sua recuperação, a fim de poder voltar logo, na plenitude, à Assembleia.

Por isso, em nome de todos os srs. deputados, tenho certeza de que ele está acompanhando a sessão pela TVAL, os nossos sinceros votos de um pronto restabelecimento de sua saúde e que possa estar conosco o mais breve possível.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e nos ouvem pela Rádio AleSC Digital, a TVAL, no último domingo, comemorou dez anos de bons serviços prestados a este Parlamento, especialmente a Santa Catarina.

Por isso quero solicitar, desde já, que seja, antes de iniciarmos a Ordem do Dia, rodado um vídeo de menos de três minutos comemorativo aos dez anos da nossa TVAL, que cumpre importante papel e importante serviço de consolidação da democracia, permitindo aos catarinenses que possam acompanhar aqueles que os representam nesta Casa.

Esperamos, num curto espaço de tempo, vê-la aberta, para que todos os catarinenses, não só aqueles que têm acesso ao canal fechado, como também aqueles de TV aberta, tenham acesso ao que está ocorrendo nesta Casa.

Mas o que quero comemorar hoje, sr. presidente, é o fato de eu ter tido a oportunidade de conversar, na semana passada, com a dra. Priscila, promotora pública em Santa Catarina, que nos comunicava que o Ministério Público abraçou definitivamente e efetivamente um grande projeto de combate ao *bullying* em Santa Catarina, uma vez que desde janeiro deste ano está vigente a Lei n. 14.651, que conseguimos aprovar com o apoio de todos os pares desta Casa, para que sejam implementadas as políticas públicas ao *bullying* no nosso estado.

E a dra. Priscila nos encaminhou, hoje, o material que o Ministério Público de Santa Catarina está elaborando em parceria e com o apoio do governo do estado, da secretaria de estado da Educação e da Assembleia Legislativa, que tem no cartaz a seguinte frase:

(Passa a ler.)

"*Bullying*, isso não é brincadeira.

Bullying são atitudes agressivas, intencionais e repetitivas adotadas na escola por um aluno ou um grupo contra um ou mais colegas, causando angústia e sofrimento.

Seja amigo, respeite as diferenças. Somos todos diferentes, mas com direitos iguais."

Esses cartazes, deputada Ada De Luca e deputado Moacir Sopelsa, já foram confeccionados pelo Ministério Público de Santa Catarina. Eles serão distribuídos em uma grande campanha estadual que será desecadeada no início do próximo ano, pois

fazer o lançamento nessa fase do ano escolar não produzirá os mesmos efeitos do que se fizermos no tempo devido, que é o início do ano letivo, aproveitando melhor o material, deputado Professor Grandó.

Além dos cartazes, também está sendo confeccionada uma cartilha, idêntica, com a mesma gravura estampada. E dentro vai um resumo de todas as informações relativas ao problema, como é que se processa, que se evita, que se combate, o que devemos fazer, o que propõe a lei, enfim, um material de orientação para que cada escola de Santa Catarina possa constituir uma comissão interdisciplinar para tratar efetivamente desse problema, porque, embora o nome seja novo e sem tradução, o problema é velho.

Deputado Professor Grandó, quem não lembra o próprio período de escola onde apelidávamos ou éramos apelidados ou assistimos a algumas ações que constrangiam, que perseguíamos, que maltravavam outros colegas?

Segundo a dra. Cléo Fante, que para mim é a maior estudiosa, a maior conhecedora desse fenômeno no Brasil, segundo dados dela, 45% das crianças brasileiras são vítimas diariamente desse fenômeno, que é na minha concepção o insipiente da violência que se processa no âmbito escolar e que muitas vezes nós, educadores, pais, comunidades escolares, não prestamos atenção e não combatemos.

Certamente Santa Catarina vai falar muito, vai debater muito esse tema a partir da coordenação dessa campanha pelo Ministério Público envolvendo os demais atores, como o governo do estado, através da secretaria da Educação, esta Assembleia, por intermédio da Escola do Legislativo, mas também os demais segmentos. Penso que vamos ter uma grande oportunidade de debater, de socializar as informações sobre esse problema.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Quero parabenizar v.exa. e também parabenizar o Ministério Público por essa atitude, por esse trabalho envolvendo todos os atores responsáveis por aquilo que entendemos ser pedagógico, educativo e para o que pretendemos eliminar, desde os preconceitos, as violências, aquilo que eu coloquei anteriormente, com uma cultura de paz, uma cultura do bem.

A violência não se estende somente entre os estudantes e jovens, porque ela se repete, na prática, fora da escola, na comunidade. Ela não está isolada.

V.Exa. conhece muito bem esta área como professor, sabe que hoje já se pede policiamento nas escolas, principalmente nas saídas, nas entradas, para evitar a influência do narcotráfico, a utilização pelo jovem dessa atividade, a violência contra os professores.

Então, as questões podem ser aprofundadas. E entendemos que este é o primeiro passo que irá iniciar o próximo ano. Portanto, parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Professor Grandó. E incorpo o seu aparte ao meu pronunciamento.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Parabéns, deputado Joares Ponticelli, pelo seu pronunciamento, mas parabéns principalmente ao Ministério Público, porque são com medidas

preventivas a longo prazo que vamos acabar, um dia, se Deus quiser, com a violência nas escolas e com a violência no nosso estado e no nosso país.

Parabéns a todos nós. E que seja divulgado bastante através da imprensa escrita, falada e televisada, para dar esse apoio e esse incentivo a todos, até para que a família dos alunos tenha esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu também incorporei a manifestação de v.exa. ao meu pronunciamento.

Essa iniciativa de socializar essa discussão partida do Ministério Público não poderia ser fonte melhor, até pela capilaridade, pela credibilidade que tem o Ministério Público de Santa Catarina e pela sua condição suprapartidária. Portanto, podendo envolver todos os demais segmentos, o governo do estado, a Assembleia Legislativa, o Poder Judiciário, os municípios, através das secretarias de Educação, eis que é fundamental que os municípios participem ativamente desse processo, e também através do sindicato das escolas particulares.

E preciso que haja esse envolvimento e esse engajamento também nas escolas particulares, nas universidades, enfim, é preciso que se discuta à exaustão esse tema.

O que mais me alegra, deputada Ada De Luca, é que foi esta Casa quem iniciou esse debate, o nosso estado, por preocupação da nossa Assembleia, que aprovou a lei por unanimidade. Santa Catarina é o segundo no Brasil a ter uma lei de combate ao *bullying*.

Deputado Pedro Uczaí, lembro que v.exa., quando da presença da dra. Cléo Fante, demonstrou o seu entusiasmo e ajudou muito na aceleração, digamos assim, da discussão da matéria. Realmente, somos o segundo estado do Brasil a ter uma lei de combate ao *bullying*. E agora, através dessa atitude do Ministério Público, com esse material de altíssima qualidade, um material que efetivamente chama a atenção do aluno, da comunidade escolar, vamos começar a ter em pauta o debate desse assunto tão importante para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Pedro Uczaí - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczaí - Parabéns a v.exa.! Quero dizer que sou extremamente solidário a essa luta de v.exa. E no dia 16 de novembro a Escola do Legislativo, juntamente com as comissões de Finanças e Tributação e de Educação, vai discutir a violência nas escolas e as drogas, que é o segundo maior problema identificado na educação brasileira, segundo o Ibope Inteligência.

Ou nós enfrentamos esse debate ou a educação não tem futuro.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczaí - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczaí.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, quero registrar e agradecer a presença do vereador conhecido como Gringo, de Chapecó, e do Sérgio Batista, do Deinfra, que estão aqui conosco nesta tarde prestigiando o nosso Parlamento.

Sejam bem-vindos à Casa do Povo catarinense!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, talvez as pessoas não ligadas à área não percebam, mas não posso deixar de fazer o registro parabenizando a Casa pela excelente qualidade de som que temos no plenário com as novas caixas, com o novo sistema de sonorização que foi implantado. Não sei se todos perceberam, mas estamos com uma excelente qualidade de som.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, inicialmente, gostaria de me congratular com a TVAL pelos seus dez anos de existência. E utilizando a mesma linha de preocupação com a educação, colocada pelos deputados Professor Grando e Joares Ponticelli, quero elogiar o brilhante trabalho da Escola do Legislativo que tem sido mostrado pela TVAL. Este, sim, também é um trabalho de inserção na formação de jovens de uma mentalidade diferente que este Brasil precisa.

Então, o nosso reconhecimento à importância que a TVAL tem para Santa Catarina, haja vista que somos, de vez em quando, interpelados por amigos que dizem que nos assistem pela TVAL.

Sr. presidente e srs. deputados, quero, desta tribuna, lamentavelmente, registrar que tentei, em três oportunidades, falar com o prefeito Ronério Heidercheidt, de Palhoça, e não logrei êxito. Na última oportunidade ele até se prontificou a vir ao meu gabinete, na Assembleia Legislativa, conversar comigo. E quando liguei para lá, há mais de 35 dias, num primeiro momento, a secretária do prefeito disse que ele só teria tempo na agenda para dezembro. Isso foi no mês de setembro. Ora, ele deve ser um prefeito extremamente comprometido com a cidade e com o estado. Sei que ele é presidente da Fecam e que tem muitos compromissos.

Quero fazer desta tribuna uma reivindicação da sociedade de Palhoça, que não consegue conversar com o prefeito, eis que a sua equipe abandonou completamente toda a comunidade carente. Inclusive, está aqui, próximo de mim, o deputado Círio Vandresen que, tenho certeza, conhece bem o pessoal residente no Brejaru de Palhoça. Aquelas pessoas, deputados e catarinenses que nos prestigiam pela TVAL, não têm as mínimas condições de sobrevivência. Não existe naquela comunidade sequer uma rua ou uma servidão que tenha condições de trafegabilidade. Não existe.

Muitas pessoas se deslocam com muito sacrifício, com muita luta durante o dia-a-dia. Essas pessoas melhoraram as suas residências, em virtude de o terreno ser um banhado, mas não conseguem ter uma rua de acesso para chegarem as suas casas.

Então, estou fazendo daqui, da tribuna da Assembleia Legislativa, o que me foi solicitado por diversas vezes. Inclusive, infelizmente, na sexta-feira, quando lá estive, na parte da noite, não consegui chegar onde queria, porque a rua estava intransitável.

Então, faço um pedido ao prefeito de Palhoça, que tem mostrado e colocado Palhoça para toda Santa Catarina como uma grande cidade, no sentido de que atenda ao povo do Brejaru, que está pedindo socorro.

A segurança lá é muito complicada, pois nem uma ambulância ou uma viatura da Polícia Militar ou Civil conseguem chegar ao lugar.

Portanto, aqui, através dos microfones da TVAL faço um pedido ao prefeito

Ronério, no sentido de que mande a sua equipe da secretaria de Obras, a sua equipe da secretaria de Assistência Social até aquelas pessoas, que estão completamente abandonadas por parte da administração municipal.

Senhores deputados, amanhã será comemorado o Dia do Funcionário Público. Nós, os 40 deputados desta Casa, por mais que usemos esta tribuna, por mais que usemos do trabalho de gabinete no dia-a-dia ou por mais que queiramos, não somos ninguém sem o suporte dos funcionários públicos. E nessa linha quero, hoje, antecipadamente agradecer a eles, porque, por uma questão de agenda, provavelmente não estarei aqui amanhã. Mas quero, neste momento, já deixar o meu registro de parabéns para todos os funcionários públicos de Santa Catarina e deste país, porque sem eles não conseguiríamos alçar a continuidade dos nossos trabalhos.

Estive nesta tribuna, há menos de 40 dias, falando da necessidade da maioria dos municípios brasileiros implantarem os seus planos de cargos e salários, o que não existe na maioria dos municípios, porque são eles os propulsores, as máquinas do conhecimento, que levam realmente à frente os projetos do Executivo.

Então, estou encaminhando, já que não é competência de um deputado, já que não é minha competência, um projeto de lei instituindo a obrigatoriedade de os municípios do estado de Santa Catarina fazerem o seu plano de cargos e salários. Estou apresentando, provavelmente na sessão de amanhã, no Dia do Funcionário Público, um requerimento, uma moção, pedindo ao presidente do Senado e ao presidente da Câmara Federal, especialmente à bancada catarinense, a proposta de uma emenda constitucional, de um PLC, voltado à obrigatoriedade de os municípios brasileiros que tiverem acima de 100 funcionários implantarem o plano de cargos e carreiras para seus funcionários.

Na época em que vivemos, em plena globalização, no século XXI, vivenciamos momentos que jamais imaginávamos vivenciar, quando um funcionário com 30 anos, 35 anos de carreira, com 60 anos, 65 anos de idade, vai para casa sem uma carreira definida. Eu não posso, como legislador, admitir tal situação.

Então, fica aqui o meu agradecimento antecipado a todos os funcionários públicos de Santa Catarina, a todos os funcionários que deram e dão a sua contribuição para o desenvolvimento das prefeituras, das Câmaras municipais, na certeza que irei enviar através deste Poder uma proposta de emenda constitucional ao Senado e à Câmara Federal para tal feito, em favor dos funcionários públicos, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado ao deputado José Natal.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, aproveite a tribuna, na tarde de hoje, para trazer presente duas frentes de trabalho que temos realizado nessa última semana e que continua durante a semana que estamos vivendo, que tem sido a Farmácia da Natureza Itinerante.

Esse é um projeto, um trabalho que estamos realizando desde 2007, aqui, na

Assembleia Legislativa, percorrendo o interior do estado de Santa Catarina, na figura do nosso servidor Alécio dos Passos, que é servidor de carreira desta Casa, mas que realiza um trabalho magnífico, junto a vários segmentos da sociedade catarinense e de movimentos sociais ligados às questões urbanas e ao mesmo tempo à agricultura familiar, camponesa, no estado de Santa Catarina.

Foram mais de 100 atividades desenvolvidas até o presente momento, percorrendo mais de 40 municípios no nosso estado, inclusive a própria capital, sentando com lideranças, sentando com movimentos de organizações sociais, com pessoas ligadas a movimentos urbanos, à agricultura familiar, camponesa, no sentido de ajudar a entender, a compreender e a aprofundar o conhecimento em torno das plantas medicinais.

Esse trabalho também orienta a criação de hortos medicinais, seja em algumas escolas municipais, estaduais, em algumas repartições comunitárias ou em algumas organizações, dentro dos assentamentos, enfim, em várias realidades diferentes, com o intuito que se possa ter o mais próximo possível um horto formado de plantas medicinais ao alcance das famílias que lá vivem.

É um trabalho esclarecedor e conscientizador que, ao mesmo tempo, também ajuda a resgatar essa importante atividade dentro da família, das organizações, dos movimentos e das nossas comunidades.

Na semana passada - e continuaremos ainda nesta semana - realizamos uma série de debates em vários municípios e regiões diferentes do nosso estado. Iniciamos nesta capital, na última terça-feira à noite, onde sentamos com a Unochapecó; em seguida, fomos à região de São Miguel d'Oeste e municípios circunvizinhos; depois à região de Calmon e Correia Pinto. E esses debates foram realizados juntamente com um grande especialista em plantas medicinais, o cubano Manoel Calzada, alguém que há mais de 40 anos vem aprofundando o conhecimento em torno das plantas medicinais.

Foram momentos extremamente importantes porque Cuba destaca-se na questão da Medicina e, ao mesmo tempo também, na introdução da medicina preventiva e na permissão da utilização das próprias plantas medicinais. E, portanto, faz-se todo um trabalho de prevenção, à luz da orientação e do uso das plantas medicinais.

Por isso, então, a presença do cubano Manoel Calzada em nosso estado foi no sentido de dar um reforço a esse trabalho extraordinário e importante, que está sendo feito em vários municípios no estado de Santa Catarina, com relação às plantas medicinais, tendo o projeto Farmácia Natural Itinerante, uma iniciativa do nosso mandato.

E, fruto desse trabalho todo, já encaminhamos aqui várias iniciativas. Entre elas queremos destacar o lançamento, e temos dado apoio através desse projeto - da edição especial da *Revista de Ciências Agroveterinárias*, da Udesc, com o tema Plantas Medicinais: Recursos Naturais para o Bem-estar da Humanidade. Trata-se de um instrumento científico e importante colocado ao alcance dos nossos cidadãos e cidadãs.

Além disso, em 2007, a presença de um dos maiores médicos especialistas em plantas medicinais, o argentino Jorge Alonso, ficou marcada, ao mostrar que os governos, nas diferentes instâncias, têm que estabelecer políticas públicas voltadas para essa finalidade, para essa área, com intuito de facilitar e, ao mesmo tempo também, fazer

com que a população possa ser melhor atendida.

Queremos aqui fazer um registro: no último domingo vivenciamos o Dia Nacional da Juventude. Gostaríamos de destacar que, na oportunidade em que o presidente Jorginho Mello esteve à frente do governo, foi sancionado o projeto de lei que colocou nas mãos do governo a responsabilidade de instituir o Conselho da Juventude no estado de Santa Catarina.

Deputado Pedro Uczai, ontem, na nossa audiência pública, trabalhamos a questão da cultura. E percebemos que vários avanços em nível nacional estão colocados com muitos projetos de lei. E quando nós discutimos o Projeto n. 5.789, o vale cultura, fizemos menção para, quem sabe, esse projeto ser colocado ao alcance de uma grande maioria de jovens no país e no estado.

Fizemos isso na noite de ontem, na presença do assessor do ministro da Cultura, Paulo Brum Ferreira, que fez aqui uma belíssima exposição sobre o andamento desses projetos, dessas iniciativas em nível de governo federal, através do ministério da Cultura.

Oxalá nós pudéssemos ter, em Santa Catarina, o conselho instituído, e que ele pudesse também ser o instrumento de viabilizarmos inúmeras políticas públicas em defesa da nossa juventude do estado. Esperamos avançar nesse sentido e que, a partir do ano que vem, possamos ter esse conselho estruturado, montado e já definindo políticas de inclusão de cidadania dos nossos jovens do estado de Santa Catarina.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela Rádio AleSC Digital e pela TVAL, prezados amigos que estão nas galerias desta Casa, quero pedir permissão para cumprimentar o presidente do PSDB de São João do Itaperiú, Sandro, que acompanha os trabalhos dos deputados na tarde de hoje.

Em primeiro lugar, gostaria de anunciar aos srs. deputados que, a pedido deste deputado, e com a aprovação dos 40 deputados... Diante de uma necessidade que há no estado, e certamente no Brasil, Santa Catarina agora está plantando milho, feijão, fumo e arroz em todas as regiões. Vejo, por exemplo, que os arrozais da região de Massaranduba, Guarimir, Jaraguá do Sul, Corupá; que os arrozais das regiões do médio vale e do alto vale, deputado Peninha - e cito Agrônoma, Taió, Pouso Redondo, Trombudo Central, Mirim Doce - produzem muito arroz.

E nas diversas cidades por onde andei encontrei plantadores de arroz e de diversas culturas dizendo-se preocupados com o aumento do valor do seguro agrícola, que tinha dobrado. Isso porque o governo federal havia encerrado o Orçamento de R\$ 230 milhões que tinha destinado para subsidiar o prêmio do seguro agrícola em até 50%. E não havendo mais recursos, não tinha como atender a uma demanda grande dos agricultores que plantam arroz e milho, mas que têm medo da chuva de granizo que logo

adiante pode ocorrer e acabar com a sua plantação, assim como com a dos produtores de uva e maçã.

Enfim, uma chuva de granizo pode acabar, em questão de minutos, com toda a sua produção; pode acabar com um investimento grande que eles precisam fazer durante o período da produção. E esse seguro da colheita serve para garantir investimentos maiores naquilo que cada um faz.

Quando pedimos aqui apoio ao ministério da Agricultura, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e ao Fórum Parlamentar, todos os srs. aprovaram e nós encaminhamos esse pedido.

Quero dizer aos senhores que o ministério da Agricultura, atendendo a uma pressão - e imagino que deve ter havido no Brasil inteiro -, liberou os R\$ 90 milhões para que os agricultores possam fazer o seguro, e eles pagando somente 50%, uma vez que os outros 50% serão de responsabilidade do ministério da Agricultura, do governo federal. E com isso esperamos que em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul, enfim, no Brasil inteiro, que tem uma produção agrícola muito grande, isso venha a ser um fator no sentido de aumentar ainda mais a área plantada, justamente pela segurança que agora o agricultor terá. Ele vai investir, vai plantar arroz, vai gastar muito em adubo, em trator, no preparo da terra, em cuidados com a semente, em cuidados iniciais que tem que haver - e, como disse, isso são investimentos grandes -, mas ele terá a sua colheita garantida.

Então, trazemos aqui o resultado do encaminhamento que esta Casa fez à Câmara dos Deputados, ao Fórum Parlamentar, enfim, às estruturas federais para que voltasse a haver o subsídio no seguro agrícola.

Em segundo lugar, quero destacar ainda que no PSDB nós tínhamos, até os meses de agosto ou setembro, aproximadamente 80 mil filiados; seis deputados estaduais; 35 prefeitos; 39 vice-prefeitos; 365 vereadores; o vice-governador; secretários de estado Dado Cherem e Gilmar Knaesel; o deputado Paulo Bauer; o presidente do Badesco, Dalirio Beber; o chefe da Polícia Civil, Maurício Eskudlark. E vejo que esse batalhão de peesedebistas, de tucanos, está, todas as semanas, cada um em suas áreas, caminhando pelo estado de Santa Catarina, às vezes em grupo, às vezes individualmente, às vezes escoltados pelo entusiasmo do nosso vice-governador Leonel Pavan, e isso tem motivado muita gente a enfileirar-se dentro do PSDB.

Na semana passada, por exemplo, o PSDB Jovem, coordenado pela vereadora Thatianne Ferro Teixeira, de Criciúma, fez lá uma reunião e apresentou mais de 600 novos filiados. Aliás, a vereadora encontra-se, hoje, nas galerias desta Casa e queremos cumprimentá-la pelo trabalho como vereadora, como líder jovem e grande liderança dentro do PSDB em todo o estado, mas especialmente na região sul. Realmente ela tem polarizado e agrupado muitos jovens a vir para o PSDB, e esse certamente tem sido um fator para o seu engrandecimento.

Em Brusque, o PSDB Jovem, coordenado pelo Waldir da Silva Neto, também reuniu um grupo de 140 jovens. E tivemos a presença lá de diversos líderes: do nosso deputado Giancarlo Tomelin, de Blumenau; do ex-prefeito de Joinville, Marco Tebaldi; do deputado Maurício Fernando Peixer, de Joinville. Enfim, inúmeras lideranças jovens lá compareceram. E tenho certeza de que eventos como esse, espalhados e acontecendo em Santa Catarina, irão

engrandecer o partido. E é justamente essa força jovem que vem renovando e perpetuando o partido, mas também trazendo coisas novas. O partido perpetua-se pelo ingresso de pessoas e de ideias novas. E é assim que vai também renovando-se.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Concedo um aparte ao deputado Giancarlo Tomelin.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Deputado Serafim Venzon, eu estive presente em Brusque, na companhia de v.exa. e dos jovens. E assim também é o PSDB de Blumenau, com o núcleo jovem que está aqui, hoje, também nesta Casa, com uma juventude renovada em espírito e com uma nova forma de fazer política.

Por isso quero parabenizar v.exa., o Neto e a vereadora Thatianne, que realizou a reunião em Criciúma ao lado do prefeito Clésio Salvaro. E espero que a nossa juventude tucana possa, nos quatro cantos de Santa Catarina, colocar a marca da social democracia onde ela vive.

Era isto o que queria colocar, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Giancarlo Tomelin.

Também quero cumprimentar esse grupo de jovens. Hoje, inclusive, muitos líderes de diversas regiões de Santa Catarina que estão reunidos aqui na Assembleia tomam posse.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra, o sr. deputado Rogério Mendonça, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, sra. deputada Ada De Luca e srs. deputados, inicialmente, ao ocupar este espaço destinado ao meu partido, o PMDB, em nome da bancada, gostaria de desejar a pronta recuperação, a pronta melhora do presidente desta Casa, deputado Jorginho Mello, que se encontra hospitalizado. Nós temos informações de que está tudo bem, que ele está-se recuperando e que nos próximos dias estará conosco aqui, deputado Moacir Sopelsa.

Então, deputado Jorginho, um abraço e melhoras a v.exa.! Todos estão sentindo a sua falta aqui nesta Casa.

Gostaria, também, de fazer referência ao meu partido, o PMDB, às possíveis fissuras, que estão propalando, existentes entre o governador Luiz Henrique e Eduardo Pinho Moreira. Ontem, Luiz Henrique e Eduardo Moreira conversaram por, aproximadamente uma hora, e nesta conversa todas as fissuras foram ultrapassadas, até porque nós conhecemos o PMDB, um partido de diferentes correntes, de diferentes opiniões, que nunca aceita passivamente qualquer opinião, qualquer posição. O Luiz Henrique tem a sua posição, o Eduardo Moreira também, mas, no frigar dos ovos, temos certeza de que todas essas opiniões irão convergir para um ponto que será importante tanto para o PMDB, como para a sociedade de Santa Catarina.

Sem dúvida, todos queremos a polialiança, mas evidentemente que nós, peemedebistas, queremos que o candidato a governador seja do nosso partido, que seja Eduardo Moreira. O PSDB quer o Pavan e o Democratas quer o Raimundo Colombo.

Aliás, ao falar em senador Raimundo Colombo, devo dizer que hoje ele esteve almoçando com a nossa bancada, e foi uma conversa muito boa. Assim como nós já tivemos, há poucos dias, um almoço também com o vice-governador, Leonel Pavan. Nós estamos conversando com todos e, sem dúvida, queremos fortalecer, e estamos fortalecendo, o nome de Eduardo Moreira, e queremos a triplice aliança. Mas ainda há muita água, deputada Ada De Luca - e, falando em água, o Valmor De Luca, presidente da nossa Casan, faz um bellissimo trabalho em relação à nossa empresa responsável pelo abastecimento de água em Santa Catarina -, para passar debaixo da ponte. E tudo o que se ouve agora é muita fofoca, muita intriga. E tenho plena confiança de que o nosso partido haverá de definir o seu rumo e haveremos de ter um candidato a governador do nosso partido e continuar com a polialiança.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Rogério Mendonça, parabéns pelo assunto que v.exa. trouxe à essa tribuna.

Tenho certeza de que o grande comandante de todo esse processo de polialiança é o nosso governador Luiz Henrique da Silveira que tantas vezes comandou e há de comandar ainda esse grande partido que é o nosso PMDB. É um partido com maturidade, com 40 anos de história e através das conversações é que se chega a um acordo, a um denominador comum, com maturidade política, experiência e espírito guerreiro. E nós, do PMDB, temos essa consciência.

Claro que fofocas, intrigas, pesquisas falsas, enfim, uma série de coisas acontecem neste período de transição, mas temos certeza de que estaremos sempre no caminho correto com o nosso maior comandante, o nosso governador do estado, Luiz Henrique da Silveira.

Parabéns por trazer esse assunto à tribuna da Assembleia Legislativa. E conforme v.exa. falou, deputado Rogério Mendonça, muita água ainda vai rolar por baixo dessa ponte. V.Exa. também está de parabéns, porque viajei por este estado inteiro e sei que já temos mais um deputado na Câmara Federal.

Parabéns, deputado Rogério Mendonça!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputada. E se Deus quiser, juntamente com o deputado Pedro Ucaiz, estaremos no Congresso Nacional em 2011.

Quero fazer referência rapidamente, porque na sequência o tempo do nosso partido será ocupado pelo deputado Carlos Chiodini, à abertura do 10º Confaser - Congresso Brasileiro das Associações de Empresas de Assistência Técnica de Extensão Rural -, do qual participei ontem, no município de São José.

Tivemos a participação de delegações de mais de 18 estados de Santa Catarina, com a presença do prefeito Djalma Berger; do ministro Altemir Gregolin; da senadora Ideli Salvatti; do secretário Antônio Ceron, representando o governador do estado; do presidente da Epagri, Luiz Ademir Hessmann e de representantes do ministério da Agricultura.

No congresso tivemos oportunidade de discutir as diretrizes e os rumos da extensão rural em todo Brasil, que praticamente foi extinta nos anos 90 com o presidente Collor e que hoje está tendo uma

nova dinâmica, voltando a assumir os passos que dava em outros tempos. Então, a grande tônica da maioria dos oradores foi a assistência técnica gratuita em todos os estados da federação, inspirados pelo maravilhoso lema do encontro: "Por uma agricultura e pesca de gente feliz."

O que nós queremos em última instância é ver o agricultor, o pescador feliz. Queremos que essa gente que produz um alimento de qualidade tenha também qualidade de vida, que permita seu bem-estar e que sejam felizes com suas famílias.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Quero pedir ao deputado Carlos Chiodini que se dirija a essa tribuna para ocupar o resto do tempo do nosso partido e nesse meio tempo concedo a palavra a v.exa., nobre deputada.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Nobre deputado, na verdade, pedi o aparte a v.exa. para cumprimentar a TVAL pelo trabalho maravilhoso que faz, dando essa cobertura a todos nós parlamentares, parabenizando-a também pelo modo respeitoso e responsável como faz seus programas. Enfim, quero cumprimentar todos os funcionários e locutores da Rádio Alesc Digital e da TVAL, porque domingo completou dez anos.

Gostaria também de dizer que nós todos estamos ansiosamente esperando o retorno do nosso presidente Jorginho Mello, desejando que tenha um pronto restabelecimento, que fique com Deus e Nossa Senhora Aparecida.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente e srs. deputados, quero aproveitar o ensejo e a colocação da deputada Ada De Luca, para também parabenizar a TVAL pelos dez anos de serviços prestados, que completou dia 25 de outubro, domingo. Desde 1989, esse órgão de comunicação leva a 18 cidades catarinenses a atuação dos parlamentares desta Casa, transmitindo seus trabalhos em prol da comunicação e do conhecimento do povo de Santa Catarina.

Hoje, ao usar o horário do meu partido, gostaria de fazer algumas colocações em relação a uma moção de autoria deste deputado que será apreciada esta semana aqui no plenário da Assembleia Legislativa, que dispõe sobre a isenção da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a popular Cide, em relação a um dos combustíveis, deputado Círio Vandresen, o óleo diesel, especificamente para consumo na geração de energia elétrica, ou seja, nas termelétricas e também na produção agrícola. Enfim, nesses dois segmentos essenciais para a nossa economia.

Na agricultura, a qual todo mundo direta ou indiretamente é ligado, seja produzindo ou consumindo os alimentos e na geração de energia nas casas através de termelétricas, porque na maioria das vezes, são essas pequenas termelétricas, deputado Professor Grando, as grandes geradoras de energia utilizadas em empresas, e queremos que possam obter esse benefício da isenção da Cide.

Esse é um projeto do senador Marconi Perillo, do PSDB de Goiás, que está

tramitando no Congresso Nacional e já foi aprovado pela comissão de Agricultura e Reforma Agrária. E, hoje, encontra-se na comissão de Serviços de Infraestrutura e na comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, que prevê, como coloquei, a isenção da Cide na produção agrícola e nos motores estacionários, na utilização de diesel para a energia elétrica.

Trata-se de uma moção com esse teor e que será lida aqui neste plenário, imagino que na sessão de amanhã e encaminhada à bancada catarinense, ao senador Marconi Perillo e ao senador Valter Pereira, presidentes das comissões para tratar do assunto.

Tenho acompanhado o nosso partido e quero aproveitar as palavras do deputado Peninha para dizer, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é líder da nossa bancada e que realiza um belo trabalho no sentido de aglutinar pessoas e na busca do fortalecimento do partido, que hoje almoçamos com o senador Raimundo Colombo na busca de entendimentos políticos. Muito se propala e eu sempre coloco isso na imprensa catarinense, a manutenção da triplice aliança, a manutenção das alianças. Muitas vezes o tema acaba, porque é precoce, tomando conta do noticiário do momento, ao invés de trazermos assuntos que interfiram na vida das pessoas.

O PMDB vive uma boa fase, faz o seu trabalho e com certeza buscará nos próximos momentos a atenção necessária para realizar com tranquilidade as suas escolhas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de parabenizar a TVAL pelos dez anos de existência e pelo trabalho que foi realizado nesse período nesta Casa. E também, desejar aqui um pronto restabelecimento ao nosso presidente, deputado Jorginho Mello, que se encontra hospitalizado.

Portanto, desejamos a ele uma boa recuperação e que volte para nós com força total. Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro, deputado Antônio Aguiar, nós também desejamos que o deputado Jorginho Mello possa se recuperar o mais breve possível.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Círio Vandresen, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, nossos cumprimentos à TVAL, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, pelos dez anos de serviços prestados a esta Casa e ao estado de Santa Catarina por este órgão de comunicação. Gostaríamos de saudar todos os servidores e pessoas que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio Digital Aleosc.

Deputado Sargento Amauri Soares, o que me traz em nome da minha bancada a esta tribuna no dia de hoje é justamente a data que nós celebramos, principalmente nós do Partido dos Trabalhadores, no dia 27 de outubro.

Em 1945 toda a população mundial recorda o fim da II Guerra Mundial, mas no Brasil, no estado de Pernambuco, especificamente em Garanhuns, em 27 de outubro de 1945 nasce uma esperança para a nação e para o povo brasileiro.

Nasce o nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, completando hoje os seus 64 anos. O nascimento de uma criança, a vida de uma pessoa, é sempre importante celebrar, rememorar, festejar e, principalmente, a vida de uma pessoa que certamente tem contribuído para mudar os rumos e o destino da nossa nação.

Aos sete anos Lula embarcou em um caminhão pau de arara com sua mãe, dona Lindu, e seus seis irmãos mais velhos para fugir da seca e encontrar o chefe da família que já trabalhava no litoral do estado de São Paulo, no porto de Santos.

É bom lembrar que essa viagem, deputado Antônio Aguiar, demorou 13 dias, de Pernambuco até o litoral paulista. Em 1975 foi eleito presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Lula chegou a ser preso pelo DOPS após uma greve em 1980.

Ainda neste ano Lula fundou com sindicalistas intelectuais, católicos, militantes da Teologia da Libertação, das comunidades eclesiais de base e artistas o Partido dos Trabalhadores, que este ano comemorou os seus 29 anos.

Em 1982 Lula participou das eleições para o governo de São Paulo e perdeu. Em 1984 participou ao lado de Ulysses Guimarães da Campanha Diretas Já e em 1986 foi eleito deputado federal de São Paulo, com a maior votação histórica para a Câmara Federal até aquele momento, tendo participado da elaboração da atual Constituição brasileira.

Foi candidato a presidente da República em 1989, 1994, 1998 e 2002 quando se tornou o primeiro torneiro mecânico e o primeiro petista eleito para governar os destinos da nação. E em 2006 foi reeleito para a mesma função.

Mas é importante destacar que com o término da II Guerra Mundial tivemos o nascimento dessa figura espetacular, dessa figura singular chamada Luiz Inácio Lula da Silva,

Lula, principalmente a partir de 1975, começa a constituir um novo exército com sindicalistas, com comunidades eclesiais de base, com o Partido dos Trabalhadores e partidos aliados e em 1º de janeiro de 2003, um grande exército para uma importante guerra à fome, à miséria e à desnutrição. Portanto, começa a vigorar no país uma política de erradicação da fome e da miséria.

Lula também prepara esse exército para combater os altos índices de desemprego, gerando mais de 10 milhões de empregos; prepara esse exército para declarar um fim ao estado mínimo, construindo um estado forte, um estado presente na vida da população brasileira, defendendo principalmente aqueles e aquelas que mais precisavam do poder público e que viviam em situação de vulnerabilidade; prepara o exército para o combate à inflação; prepara o exército para a produção de energia elétrica e declara guerra aos apagões que, inclusive, dificultavam as atividades do nosso parque industrial.

Lula declara guerra à falta de moradias, ao déficit habitacional, anunciando no ano passado a construção de mais de um milhão de casas; declara guerra ao êxodo rural buscando uma política de fortalecimento da agricultura familiar para que o agricultor familiar, com renda e, conseqüentemente, viabilidade na sua produção, pudesse produzir bons alimentos para sustentar a nação brasileira.

Lula também prepara e coloca o exército em campo para deflagrar uma guerra contra os juros altos. Quando da sua posse os juros estavam em torno de 27%, hoje é um

pouco mais de 8%. Sabemos que os juros ainda são altos, mas este governo prepara uma política econômica com inclusão social, diminuindo os juros e facilitando a vida da população.

Gostaria de agradecer mais uma vez à bancada do Partido dos Trabalhadores por este dia tão singelo, tão importante, histórico e de poder em nome do partido, desejar ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, muitos anos de vida, muita paz, sabedoria, serenidade e muito tempo para poder ajudar a conduzir os destinos desta nação com políticas de desenvolvimento econômico, sem esquecer que as pessoas são o patrimônio mais importante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência gostaria também de parabenizar o presidente Lula pelo seu aniversário, desejando muita saúde e que Deus o acompanhe nas suas decisões.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, eu também quero desejar rápidas e boas melhoras ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello, que agora está internado. Da mesma forma, quero parabenizar o presidente da República que está de aniversário no dia de hoje.

Quero saudar, ainda, a TVAL que está completando dez anos. É muito importante esse instrumento de comunicação, porque a maioria das pessoas que nos está ouvindo com certeza nos vê através da televisão. E para ficar melhor do que já é precisamos torná-la um canal aberto, para que toda a população, todas as camadas sociais possam ter acesso às discussões e às votações neste plenário. Isso ajudaria, no sentido de se fazer um debate mais amplo, mais profícuo, mais rentável, inclusive entre nós, deputados, uma vez que teríamos certeza de que uma parcela grande, um conjunto grande da população catarinense estaria nos acompanhando.

Enfim, quero parabenizar todos os trabalhadores da TVAL e todas as pessoas que de casa, do trabalho, das suas associações acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa através desse importante meio de comunicação.

Mas, srs. deputados, tenho um assunto que tenho tentado evitar, mas não dá mais, até por dever de ofício. Eu li na imprensa há alguns dias que dentre as diversas atividades realizadas pelo vice-governador Leonel Pavan, com toda uma caravana de deputados aos Estados Unidos, nas últimas duas semanas, foi contar com o ex-prefeito de Nova Iorque Rudolph Giuliani, que implementou lá, na década passada, há 15 anos, a filosofia da tolerância zero. Hoje, está nos jornais que aquele ex-prefeito virá a Santa Catarina no dia primeiro de dezembro.

Eu não quero acreditar que isso seja o que de melhor o vice-governador Pavan pôde buscar nos Estados Unidos, porque, sinceramente, esse discurso não é novidade no nosso estado, deputado Kennedy Nunes.

Há dez anos, há uma década, quando a Angela Amin, hoje deputada, era prefeita da capital, já se tentou implantar essa filosofia em Florianópolis e os resultados foram ruins, inexistentes e talvez escandalosos, deputado Professor Grandó. Nós vemos, continuamente, o

debate de que é preciso fortalecer a segurança pública, capacitar melhor os servidores e aí a autoridade governante impõe o discurso da tolerância zero. Aliás, já na década passada escrevia-se sobre isso e se dizia, inclusive, o seguinte: tolerância zero é igual à ignorância dez. Então, é preciso que o vice-governador reflita sobre isso.

Eu tenho falado aqui de forma franca, até por dever de ofício e, por que não dizer, por lealdade à Segurança Pública do estado de Santa Catarina, que o governador precisa parar e respirar fundo e, de repente, prestar atenção, porque deve ter alguém conduzindo-o por sendas, por veredas nebulosas nesse debate sobre a segurança pública.

Tolerância zero, a nosso ver de praças da Polícia Militar, já é o que está acontecendo dentro da instituição. Agora, tolerância zero para dentro e para fora?!

Eu já falei desta tribuna algumas vezes, vice-governador Leonel Pavan, que aceitamos que seja buscada experiência, conhecimentos em outros países, mas para resolver os problemas da segurança pública em Santa Catarina temos que começar por aqui, com muita tolerância, discutindo com os trabalhadores da Segurança Pública ou com a maioria deles, o que não se tem feito, e com os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, investindo mais na formação. Nós temos um projeto nesse sentido que, infelizmente, foi barrado pelo próprio governo.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, colegas de imprensa, catarinenses que estão aqui, quero deixar os nossos parabéns à TVAL, que completa dez anos, e aos profissionais, aos colegas de comunicação dessa TV.

Então, em nome da bancada do Partido Progressista (o deputado Valmir Comin irá fazer uso da palavra depois), nós estamos aqui deixando os nossos parabéns a toda a equipe da TVAL.

Eu também quero dizer, deputado Sargento Amauri Soares, que a missão aos Estados Unidos, com relação à Segurança Pública, não ficou somente no ex-prefeito de Nova Iorque Rudolph Giuliani, não, já houve aqui uma ação, que v.exa. participou na semana passada, que foi a lei contra a pedofilia. Isso foi resultado da viagem.

Eu estive, na quinta-feira, no Tribunal de Justiça, aqui ao lado, falando com o desembargador Paladino e nós estamos estudando, através deste deputado, por conta também dessa missão aos Estados Unidos, a possibilidade de implantarmos em Santa Catarina o mesmo sistema que funciona nos Estados Unidos com relação ao telefone público nos presídios, para acabar com os telefones celulares.

Então, é bom que ele venha para cá, para ouvir as pessoas. Sempre é bom! Eu entendo que política se faz conversando e ouvindo as boas experiências. Se naquele momento tínhamos uma situação, hoje temos outra e por isso vale a pena estarmos aqui para ouvir e ver o que pode ser arrumado.

Agora, em vez de estarmos preocupados com a vinda do ex-prefeito de Nova Iorque ao Brasil nós tínhamos que nos

preocupar com o problema que está acontecendo no estado de Santa Catarina, ou seja, a guerra institucionalizada entre a Polícia Militar e a Polícia Civil! Isso nós temos que discutir aqui.

Em Imbituba, um delegado recebeu um tiro de arma elétrica de um policial militar e todos foram parar na delegacia! Esse é o problema que nós temos que falar aqui, da guerra institucionalizada entre Polícia Civil e Polícia Militar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Kennedy Nunes, é claro que muita coisa de útil v.exas. fizeram nos Estados Unidos e que por certo muito poderá contribuir para nós aqui, mas, pelo pouco tempo, acabamos usando algumas palavras por força de expressão. Mas isso que v.exa. está dizendo é justamente resultado dessa intolerância existente no estado de Santa Catarina entre o governo e servidores, entre uma instituição e outra!

Nós já temos tolerância zero demais por aqui. Nós precisamos é de diálogo e não de tolerância zero! De intolerância já estamos cansados entre o governo e os policiais.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O que é preciso neste estado é tolerância zero para vagabundo! Vagabundo tem que ter tolerância zero, tem que ir para a cadeia, tem que pagar pelo crime. Agora, não podem a Polícia Civil e a Polícia Militar, nessa briga, dar tolerância para vagabundo ficar na rua.

Passo, agora, a palavra ao deputado Valmir Comin.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, ainda dentro do horário do PP.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Realmente, deputado Kennedy Nunes, tolerância zero é o que exigimos.

Sr. presidente, eu, na semana passada, fiz uso da tribuna nesta Casa para chamar a atenção com relação aos recursos que estão consignados no PAC, numa monta de R\$ 30 milhões, para a elaboração da fixação da barra do rio Araranguá, que está inserido no Programa de Aceleração de Crescimento, que é um desejo e uma reivindicação do sul de Santa Catarina de muitos anos.

Há várias décadas as classes políticas, empresariais e comerciais vêm debatendo sobre esse assunto e agora, através da luta da bancada federal catarinense e do próprio governo federal, foi incluída no PAC. Junto também está a barragem do rio Salto, onde estão previstos R\$ 10 milhões. Já perdemos a primeira parcela do recurso no ano passado e agora estamos correndo o risco de perdê-la novamente este ano, em função da burocracia com relação às questões ambientais.

Pedimos à Mesa Diretora desta Casa, através do presidente, que fosse agendada uma audiência com a presidência do Ibama, em Brasília, para que pudéssemos tratar desse assunto promovendo a maior celeridade possível, a fim de garantirmos esses recursos. Estamos somente aguardando uma resposta da presidência do Ibama, para que possamos nos deslocar a Brasília junto com a comissão suprapartidária do Parlamento, com representantes do Legislativo e do Executivo do município de Araranguá e com forças políticas e empresariais da região.

Amanhã, através de um requerimento de minha autoria, que foi aprovado, e da comissão de Turismo e Meio Ambiente,

iremos receber o presidente da Casan, sr. Valmor De Luca, e também o presidente da Fatma, Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, para tratarmos dos itens complementares que a Fatma exigiu por parte da Casan que ela tinha se encarregado de promover, mas que até o momento não teve um desfecho final.

Estamos correndo contra o tempo, pois corremos o risco de perder novamente esse recurso da barragem do rio Salto. Além disso, sempre tenho colocado, deputado Antônio Aguiar, que obras que já foram construídas e as futuras que irão ser construídas no decorrer do tempo têm que ser cada vez mais aprimoradas, aperfeiçoadas, qualificadas e fundamentadas. E cito sempre o exemplo da barragem do rio São Bento, onde foi dispensado um tratamento muito justo àquela comunidade de São Pedro quando da desapropriação, fato esse que não vem ocorrendo com a mesma intensidade, hoje, na obra da barragem do rio Salto.

A comunidade de Areia Branca está ansiosa há mais de uma década esperando por uma decisão do governo. Até o momento foram desapropriadas três famílias, uma que aceitou e as outras duas por depósito judicial. E como ficarão as demais famílias? É necessária uma ação política por parte do governo do estado e, acima de tudo, acreditar nesse investimento, porque a bancada federal já fez a sua parte! O governo colocou o dinheiro no PAC, mas é preciso que o governo do estado faça também a sua parte.

Por isso esperamos, no dia de amanhã, na comissão de Turismo e Meio Ambiente, a presença da Casan e da Fatma, para prestarem os devidos esclarecimentos e de uma vez por todas destacarmos esse processo e garantirmos os recursos que estão no PAC do governo federal.

Era isto, sr. presidente...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Registramos a presença, nesta Casa, do vereador do município de Chapecó Gringo Domênico.

Seja bem-vindo à Assembleia Legislativa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente e srs. deputados, é com prazer que retornamos a esta Casa, após duas semanas de afastamento, ocasião em que representamos o Poder Legislativo, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira, através da viagem que fizemos à Rússia, à Polônia, à Áustria e à França, onde foram definidos os contatos importantes para Santa Catarina nas áreas cultural, educacional, empresarial, com investimentos vindos ao estado, numa agenda muito intensa. Ao contrário do que geralmente se costuma pensar das viagens oficiais, foi uma viagem de intenso trabalho, com muitos contatos; foi uma agenda cheia, de manhã até a tarde. Realmente o governador Luiz Henrique imprimiu um ritmo bastante acelerado.

Vamos aqui, na sequência, trazer inclusive alguns projetos de lei que se originaram de contatos com aquilo de mais moderno que se faz na Europa hoje, em relação, por exemplo, à legislação ambiental quanto ao destino dos resíduos sólidos.

Mas quero aproveitar, srs. deputados, nesta tarde, para fazer aqui uma menção toda especial ao Ministério Público Federal, em Santa Catarina, pela questão dessa cruzada que nós, juntamente com esta Casa, empreendemos contra o pedágio vil, o pedágio injusto, que assalta o bolso do cidadão catarinense, diariamente, na BR-101, principalmente do cidadão catarinense que tem o seu município cruzado por uma praça de pedágio, como é o caso de Palhoça, de Porto Belo, Garuva e dos municípios que ainda terão sua extensão cruzada por uma praça de pedágio, futuramente, nas rodovias a serem concedidas.

Esta Casa aprovou a lei que concede a isenção aos moradores do pedágio realizado dentro do seu município. A empresa OHL, deputado Giancarlo Tomelin, multinacional, poderosa, com muitos contatos, disse, para nossa espécie, o seguinte: "Não iremos cumprir a lei porque a julgamos inconstitucional!" Então, a empresa multinacional se arvorou, pela condição do Supremo Tribunal de Justiça brasileiro, dizendo que não iria cumprir a lei nesta Casa. Mas agora o Ministério Público Federal tomou a posição e ingressou com uma ação na Justiça Federal de Joinville, deputado Joares Ponticelli, dizendo que a empresa tem, sim, que cumprir a lei estadual, e mais, que aqueles que passaram na rodovia durante esse período e guardaram seus comprovantes podem receber de volta o valor cobrado indevidamente por parte dessa empresa que está, vou dizer aqui, fora da lei e que explora o pedágio em Santa Catarina!

Portanto, parabéns ao Ministério Público Federal pela coragem de cumprir o seu dever e recolocar as coisas nos eixos em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Ouço, inicialmente, em aparte, o deputado Giancarlo Tomelin.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Quero parabenizar rapidamente v.exa. e dizer que conversei recentemente com o presidente da Associação dos Representantes Comerciais de Santa Catarina e ele me alertava para um assunto que também quero debater com o nobre deputado e com Santa Catarina, que é o preço da tarifa do pedágio. Há uma especulação e um sentimento de que no final deste ano, no apagar das luzes, a tarifa possa passar para R\$ 3,00 por automóvel, hoje está a R\$ 1,10. E ele me afirmou categoricamente, deputado Joares Ponticelli, que há um acerto com a NTT para passar para R\$ 3,00, a partir do dia 31 de dezembro.

Eu ainda não tenho dados sobre isso para poder afirmar. Eu estou dizendo que o presidente dos representantes comerciais de Santa Catarina me afirmou isso. Quero que v.exa. saiba porque tem feito disso uma bandeira inteligente no Parlamento.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado Giancarlo Tomelin.

Não dá para duvidar, deputado Joares Ponticelli. De uma empresa que se nega a cumprir a lei de maneira voluntária tudo se pode esperar.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. deputado Cesar Souza Júnior, também quero cumprimentar v.exa. por voltar a esse tema. Nós debatemos tanto, este ano, esse assunto neste Parlamento e esta Casa está sendo desrespeitada por essa empresa.

Aprovamos a lei por unanimidade. V.Exa. colocou muito bem que é uma empresa fora da lei, uma empresa que se julga acima da lei, que não cumpre, não dá satisfação. Cada vez que passo por lá pergunto se a lei vai ser cumprida. Os funcionários, é claro, que não têm absolutamente nada a ver com isso, mas orientados que foram, ainda dizem: "A empresa não vai cumprir a lei".

Parabéns, portanto, ao Ministério Público Federal de Santa Catarina que, a partir dessa ação, vai fazer com que aquela empresa seja enquadrada e respeite a lei.

Parabéns a v.exa. pelo tema!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli, v.exa. também participou na comissão de Constituição e Justiça na confecção da lei estendendo benefícios para os municípios do sul do estado.

Esses municípios estão, deputado Joares Ponticelli, sendo cobrados de maneira inacreditável, pois pagam para andar numa rodovia inacabada, perigosa, numa rodovia assassina como é a BR-101 sul.

Portanto, deputado Joares Ponticelli, aguardamos agora uma definição da Justiça, do Poder Judiciário, já que o Ministério Público Federal agiu enquadrando a empresa. Então, o que se aguarda é uma definição positiva. E lembro: quem estiver passando agora pela BR-101, que mora num município do sul do estado, cortado pela via que abriga a praça de pedágio, guarde o comprovante, porque se tivermos uma decisão favorável, como esperamos, aquele dinheiro usurpado, retirado do bolso do condutor de veículo catarinense, terá que ser devolvido. Essa é a nossa esperança, a esperança na legalidade!

Então, é isso que esperamos: que esta Casa seja respeitada, que o catarinense seja respeitado, que a lei valha para todos, para a multinacional e para o pequeno, porque para o pobre a lei vale e vale todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Cesar Souza Júnior.

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Antes, ouço, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Gelson Merísio, quero agradecer a sua compreensão e aproveitar para comunicar que na sala da Presidência estão todos os presidentes das associações de municípios desde Videira, deputado Joares Ponticelli, até Xanxerê, como também os secretários regionais.

O deputado Jorginho Mello havia feito um encaminhamento para uma reunião com todos os líderes de bancada. E quero aproveitar para convidar o deputado líder do DEM, Cesar Souza Júnior, o deputado líder do governo Elizeu Mattos, o deputado líder do PMDB Antônio Aguiar, o deputado líder do PDT Sargento Amauri Soares, o deputado Joares Ponticelli, representando o PP, o líder do PPS, deputado Professor Grando, o deputado líder do PSDB Serafim Venzon, o deputado Pedro Uczai e também todos os deputados, deputado Gelson Merísio, que quiserem, após a Ordem do Dia, para participar da reunião com todos os prefeitos das microrregiões desde Videira até Xanxerê.

Obrigado, deputado Gelson Merísio.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, no último domingo a nossa TV Assembleia completou dez anos no ar. Temos um vídeo de três minutos que foi produzido pela equipe da TVAL. E aproveito este momento em que temos maior número de deputados em plenário para solicitar a v.exa. que mande rodar esse vídeo agora, para homenagear todos que fizeram e fazem da nossa TVAL esse exemplo de TV para Santa Catarina e para o Brasil.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Gelson Merísio, pela ordem, mais 30 segundos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Só um momento, deputado.

Havendo a concordância dos srs. líderes, após a manifestação do deputado Moacir Sopelsa, assistiremos ao vídeo da TVAL.

(As lideranças aquiescem.)

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, quero fazer uma advertência, com todo o respeito ao deputado Moacir Sopelsa, pois ele se esqueceu de uma mulher líder desta Casa que defende todas as mulheres catarinenses.

A mulher levanta de manhã, bot a mesa do café, limpa, faz a faxina, é dona-de-casa, lava, passa. A mulher não pode ser esquecida. A mulher tem que ser lembrada em primeiro lugar, porque a mulher é a rainha do lar; ela é a primeira a acordar o esposo, a lavar a roupa do esposo e assim por diante.

Aqui existe uma líder do Partido Republicano Brasileiro que também poderia ser convidada, deputado Moacir Sopelsa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Moacir Sopelsa, se v.exa. explicar, vai ficar pior. Então, entendo que v.exa. já havia pedido a palavra, com certeza, para corrigir a falha que houve em relação ao esquecimento do convite à deputada Professora Odete de Jesus.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu pedi exatamente os 30 segundos para dizer que havia passado despercebido o convite à deputada Professora Odete de Jesus.

Mas quero dizer, professora, que olhei para o seu assento quando comecei o convite e não vi a senhora. A senhora acabou de chegar quando eu estava concluindo a chamada. Por isso, quero lhe pedir desculpas, mas não foi proposital, eis que tenho um respeito profundo pela senhora e pela liderança que exerce nesta Casa. Por isso, está convidada, com prazer. Gostaria muito da sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Feitas as devidas explicações, passaremos ao vídeo da TVAL, conforme o encaminhamento do deputado Joares Ponticelli.

(Procede-se à projeção do vídeo.)

O Sr. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, espero que possamos, quem sabe ainda nesta legislatura, vê-la em canal aberto, para que se possa socializar cada vez mais essa informação e permitir que todos os catarinenses possam nos acompanhar e fiscalizar através desse importante instrumento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Esta Presidência também registra a importante data e o importante serviço que é prestado pela TVAL a Santa Catarina.

Também solicito aos srs. líderes se há concordância para deliberarmos os PLS n.s 0082, de autoria do deputado Rogério Mendonça, e 0456, de autoria deste deputado, que tratam de matérias aprovadas nas comissões.

(Pausa)

Há concordância dos srs. líderes para deliberar as matérias.

As matérias serão deliberadas na Ordem do Dia, tão logo os projetos já lidos possam ter essa deliberação.

(As lideranças aquiescem.)

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Projetos de Lei n.s 0118/2009 e 0122/2008, de autoria do deputado Darci de Matos; Projeto de Lei n. 0291/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0028/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que disciplina a fabricação e comercialização de vestimentas militares, símbolos e acessórios e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global, subemenda modificativa e subemenda supressiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o projeto com a emenda modificativa bem como a subemenda supressiva.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0096/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, que autoriza o governador do estado a criar gratificação de compensação orgânica para os policiais civis e militares, tripulantes e pilotos

de aeronaves, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0096/2008, de autoria do deputado Gelson Merísio, que altera a Lei n. 11.344, de 2000, dando nova redação ao *caput* e ao § 2º do art. 1º e ao *caput* do art. 2º, e acrescentando o art. 3º - A.

(Divulgação de relação de veículos apreendidos)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0254/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que denomina Complexo Penitenciário Dr. Ademir Manoel Furtado o novo Complexo Regional Penitenciário da Foz do Itajaí.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro

turno do Projeto de Lei n. 0082/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que acrescenta a alínea "g" ao inciso III do § 1º do art. 37 da Lei n. 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - e adota outras providências.(substituto tributário)

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva, folhas 27 e 43.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0456/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio, que denomina Escola de Ensino Básico Bom Pastor a unidade de ensino da rede pública estadual no bairro Centro, no município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Havendo concordância dos senhores líderes, convocaremos outra sessão para deliberação em segundo turno das matérias votadas.

Há concordância?

(Pausa)

Então, esta Presidência encerra a presente sessão convocando outra, extraordinária, para as 16h06.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 051ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h06, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Carlos Chioldini - Cesar Souza Júnior - Cirio Vandresen - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin - Vânio dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Invocando a proteção de Deus, declarou aberta a presente sessão extraordinária.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0028/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que disciplina a fabricação e a comercialização de vestimentas militares, símbolos e acessórios e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0096/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que autoriza o governador do estado a criar gratificação de compensação orgânica para os policiais civis e militares, tripulantes e pilotos de aeronaves, do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Conta com parecer favorável das comissões de constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)
 Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
 Em votação.
 Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
 Aprovado por unanimidade.
 Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0135/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio, que altera a Lei n. 11.344, de 2000, dando nova redação ao *caput* e ao § 2º do art. 1º, ao *caput* do art. 2º e acrescentando o art. 3º - A (divulgação de relação de veículos apreendidos).
 Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.
 Em discussão.
 (Pausa)
 Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
 Em votação.
 Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
 Aprovado por unanimidade.
 Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0254/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que denomina Complexo Penitenciário Dr.

Ademir Manoel Furtado o novo complexo regional penitenciário da foz do Itajaí.
 Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.
 Em discussão.
 (Pausa)
 Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
 Em votação.
 Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
 Aprovado por unanimidade.
 Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0456/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio, que denomina Escola de Ensino Básico Bom Pastor a unidade de ensino da rede pública estadual no bairro centro, no município de Chapecó.
 Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.
 Em discussão.
 (Pausa)
 Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
 Em votação.
 Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.
 Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0082/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que acrescenta alínea "g" ao inciso III do § 1º do art. 37 da Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - e adota outras providências (substituto tributário).
 Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural.
 Em discussão.
 (Pausa)
 Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
 Em votação.
 Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
 Aprovado por unanimidade.
 Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, extraordinária, para as 16h09.
 Está encerrada a sessão.

ATA DA 052ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h09, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Cirio Vandresen - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Vânio dos Santos.
 O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.
 Passaremos à Ordem do Dia.
 Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0028/2009.
 Não há emendas à redação final.
 Em votação.
 Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
 Aprovada.
 Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0082/2009.
 Não há emendas à redação final.
 Em votação.
 Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
 Aprovada.
 Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0096/2008.

Não há emendas à redação final.
 Em votação.
 Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
 Aprovada.
 Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0135/2009.
 Não há emendas à redação final.
 Em votação.
 Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
 Aprovada.
 Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0254/2009.
 Não há emendas à redação final.
 Em votação.
 Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
 Aprovada.
 Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0456/2009.
 Não há emendas à redação final.
 Em votação.
 Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
 O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.
 O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.
 O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu só gostaria de comunicar aos nobres pares que na última quinta-feira, usando a tribuna, fiz uma denúncia deste material aqui que foi comprado numa feira na cidade de Aparecida, em São Paulo, que é

lençol e fronhas, deputado Elizeu Mattos, da Defesa Civil Brasil, com a estampa da secretaria de estado da Saúde de Santa Catarina.
 Esse material chegou para nós e, só para dar o encaminhamento, sr. presidente, quero dizer que neste momento estou indo à Polícia Civil pedir a abertura de uma investigação, já que eu tenho a nota fiscal e também a identificação de quem vendeu.
 É preciso saber como é que esse material da secretaria de Saúde do estado de Santa Catarina foi aparecer numa feira em São Paulo e como foram compradas cinco fronhas, por R\$ 5,00, e um lençol por R\$ 5,00.
 Muito obrigado!
 O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.
 Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0719/2009, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0720/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0721/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0722/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0723/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0724/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig e 0725/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, de acordo com o que determina o art. 206 do Regimento Interno.
 Comunica, também, que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1.596/2009, 1.597/2009, 1.598/2009, 1.599/2009, 1.600/2009 e 1.601/2009, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.602/2009, de

autoria do deputado Vânio dos Santos; 1.603/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 1.604/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.605/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 1.606/2009, 1.607/2009 e 1.608/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 1.609/2009, 1.610/2009 de autoria do deputado Pedro Uczai; 1.611/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes...

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Gostaria de subscrever o Requerimento n. 1.604 sobre os 150 anos do nosso Clube Tabajara, de Blumenau. Será realizada uma missa solene na Igreja Luterana, na manhã do dia 14.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, também gostaria de subscrever este requerimento de homenagem aos 150 anos do Clube Tabajara, que honra todos nós, blumenauenses e catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Comunica, ainda, que serão encaminhados os Requerimentos n.s: 1.613/2009, 1.614/2009, 1.615/2009, 1.616/2009 e 1.617/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.619/2009, 1.620/2009, 1.621/2009 e 1.622/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.624/2009, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Requerimento n. 1.612/2009, de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Distribuidora de Bebidas das Américas - Ambev -, na Grande Florianópolis, pedindo alteração na logística de distribuição dos seus produtos na região da Costa da Lagoa, Lagoa da Conceição e imediações, bem como a troca do tipo de transporte terrestre pelo marítimo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.618/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Prosul - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda., pedindo que seja prevista a construção de um viaduto no Km 2, entroncamento da BR-470 com a avenida Honório Bortolatto, município de Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.623/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen, que solicita o envio de mensagem telegráfica à ministra-chefe da Casa Civil, ao ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ao secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, pedindo esforços para que o município de São José seja contemplado com a instalação de restaurantes populares.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaria de subscrever o Requerimento n. 1.610, do deputado Pedro Uczai, sobre a ampliação das instalações da Câmara Especial Regional de Chapecó. É um trabalho muito importante, e v.exa. conhece, para garantir um atendimento jurisdicional mais amplo em segunda instância no oeste catarinense.

E v.exa., por certo, parabeniza também esse trabalho do Tribunal de Justiça.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Se houver a aquiescência do deputado Pedro Uczai, também gostaria de subscrever o presente requerimento.

(O deputado Pedro Uczai aquiesce.)

Srs. deputados, gostaria de informar que a Moção n. 0228/2009 é de autoria do deputado Jean Kuhlmann. Em função da sua ausência, a matéria será retirada da pauta e voltará em outra oportunidade.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Na mesma esteira do deputado Sargento Amauri Soares, gostaria de subscrever o Requerimento n. 1.610, de autoria do deputado Pedro Uczai, até porque esta Casa deverá, num breve espaço de tempo, debater essa questão da descentralização da Justiça.

É importante essa primeira experiência do Tribunal de Justiça de ampliar a Câmara Especial Regional de Chapecó. E é algo, deputado Pedro Uczai, que deverá, num curto espaço de tempo, ser discutido por esta Casa até em termos estaduais.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Nós já tivemos a ampliação das competências do Tribunal de Justiça e por isso que é meritório esse requerimento. E se todos os deputados quiserem subscrevê-lo, será importante.

Em relação à moção que foi retirada, acho que é de bom tamanho o deputado Jean Kuhlmann vir para o plenário, porque a bancada do Partido dos Trabalhadores vai-se posicionar contrária a essa moção, até porque, lendo o conteúdo da portaria, vimos que não há sustentação em construir uma moção de repúdio. E só porque é do DEM está fazendo oposição ao ministro Patrus Ananias, do governo do presidente Lula.

Nós vamos discutir o piso básico de transição. No governo dele nunca houve piso nem repasse de recursos dos programas sociais. Agora isso está havendo, e está-se aperfeiçoando. E aperfeiçoar a Portaria n. 288/09...

Efetivamente, nós temos dificuldades de votar essa moção e queremos fazer o debate, a discussão, e também vamos votar contra, evidentemente...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A matéria está retirada de pauta, sr. deputado Pedro Uczai.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Gostaria apenas de registrar, com alegria, a presença, no plenário, do Manoel Boaventura, coordenador da Regional Sul da Executiva dos Jovens Tucanos do Brasil, junto com o Guilherme, que também é um tucano de Blumenau.

Há pouco foi iniciado um debate da juventude tucana, que está reunida aqui na Assembleia Legislativa para discutir os caminhos da juventude do PSDB, para saber como os jovens podem voltar a inserir-se na política, porque, hoje, vemos uma certa animosidade para com a classe política, e a juventude pode, sim, mudar isso. Estava também presente a vereadora Thati, o André, de Tubarão, e o Nicolas. Toda a juventude do PSDB está aqui reunida na Assembleia Legislativa.

Parabéns ao Movimento Jovem, ao Andriago Beber, também da juventude, e a todos os vereadores jovens de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só quero fazer minhas as palavras do deputado Giancarlo Tomelin.

Quando eu vinha de Joinville para cá, fiquei sabendo, pelo rádio, que o presidente, deputado Jorginho Mello, está internado em Florianópolis. Eu gostaria de registrar aqui o meu desejo de que ele se restabeleça o mais rápido possível e possa retomar as suas atividades nesta Casa. Este é o meu desejo e gostaria que ficasse registrado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com certeza, este também é o desejo de todos os 40 deputados.

O Sr. Deputado Círio Vandresen - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Círio Vandresen.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Quero desejar as boas-vindas ao prefeito Aderbal, de São João Batista, que está acompanhado da comitiva do Partido dos Trabalhadores, da Executiva Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e público aqui presente que acompanha esta sessão, quero falar, inicialmente, neste horário, da preocupação que tenho em relação à educação em Santa Catarina, pela violência contra professores que está acontecendo nas escolas. E falarei também da necessidade efetiva do enfrentamento desse debate.

O Ibope Inteligência, numa pesquisa realizada no Brasil inteiro, identifica a violência

e a droga nas escolas como o segundo principal problema no Brasil. A desmotivação dos professores vem como primeiro problema; como segundo problema vem a violência e droga nas escolas; e como terceiro problema, a qualidade na educação.

Por isso que a comissão de Educação da Assembleia Legislativa, a qual eu presido, fez, junto com meus pares, junto com a Escola do Legislativo, um grande seminário com mil professores em São Miguel d'Oeste discutindo a desmotivação dos professores. No dia 5 de novembro vamos discutir, em Concórdia, a qualidade na educação, e no dia 16 de novembro, aqui na capital, vamos discutir a violência nas escolas.

Nós temos que enfrentar esse debate. Não é possível crianças, adolescentes, jovens brigarem entre si no espaço educacional! Não é possível um menino de 12 anos bater na sua professora dentro de uma sala de aula, no Instituto Estadual de Educação. E amanhã farei uma visita a esta escola para conhecer e compreender melhor esses processos de violência.

Portanto, esse assunto tem que ser trazido à tona, a público, e ser colocado na agenda política.

Por isso realizaremos esses seminários e, quem sabe, depois eles se transformarão num livro para discutir e debater o futuro da educação em Santa Catarina.

É preciso fortalecer a educação, ao invés de o governo do estado estar preocupado em passar para as prefeituras, para os prefeitos, a responsabilidade da educação infantil e do ensino fundamental! Isso é uma irresponsabilidade deste governo, uma vez que está lavando as mãos. Ele deveria enfrentar o debate da qualidade, o debate da violência e o debate da desmotivação dos professores pelos baixos salários e más condições de trabalho e de ambiente. O governo tem que assumir de frente os problemas da educação no estado e não lavar as mãos, desresponsabilizando-se e querendo municipalizar não só a educação infantil, mas também o ensino fundamental.

Por isso as associações dos municípios, os secretários municipais e prefeitos do estado de Santa Catarina estão-se manifestando contra, assim também como os professores tanto da rede municipal como da rede estadual.

Nós queremos discutir o PLC n. 0013, neste ano, e também a educação infantil, desde que o governo do estado assuma o financiamento de parte do direito das crianças terem acesso à educação. A nossa bancada, com certeza, deputado Vânio dos Santos, não vai votar um projeto em que o governo lava as mãos e desresponsabiliza-se com a educação. Mas se o governo do estado assumir parte da responsabilidade de universalizar a educação infantil também... E lá em Joinville, deputado Darci de Matos, 22% estão municipalizados, mas há 78% das crianças que têm o direito de estudar! O governo do estado precisa ser parceiro dos municípios! É impossível, deputado Nilson Gonçalves, os prefeitos municipalizarem 100% da educação infantil, pois eles não têm dinheiro, não têm estrutura, não têm profissionais a serem pagos pelo orçamento municipal. E universalizar o direito à educação infantil é um direito. Por que umas crianças têm direito e outras não? Se não concede os 100%, é privilégio. E a partir do ano que vem vai-se construir a obrigatoriedade da educação infantil e básica, além do ensino fundamental no Brasil inteiro.

Portanto, é fundamental fazermos esse enfrentamento aqui; é fundamental trazer à tona esse tema aqui. E eu vejo o limite do

problema da educação em Santa Catarina, quando uma professora começa a apanhar. São 20 anos de magistério e nunca havia esse problema. Agora já começa a perpassar o espaço escolar como espaço da violência e da própria opressão sobre os profissionais.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não! Ouço v.exa. para depois eu passar para o segundo tema do meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Deputado Pedro Uczai quero apenas cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento e dizer que toda essa problemática da questão da violência nas escolas, dos baixos salários e também de condições precárias de trabalho... V.Exa. acompanhou a abertura da conferência estadual que aconteceu aqui em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina, recentemente.

Gostaria de aproveitar o momento para também fazer uma comunicação. Nós aprovamos, na comissão de Finanças, a realização de uma audiência pública, no dia 25 de novembro, no plenário Antonieta de Barros, em que todos os prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos, vice-prefeitas, secretárias e secretários municipais de Educação serão convidados para discutir o PLC n. 0014, que trata dessa questão da municipalização do ensino fundamental.

Eu agradeço a v.exa. pela oportunidade do aparte e parabeno-o, mais uma vez, por tratar de um tema tão relevante, que é a política de educação.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Vânio dos Santos, no que a nossa comissão de Educação puder contribuir para mobilizar a comunidade catarinense para essa audiência pública vamos ser parceiros, vamos ser solidários, porque esse debate é fundamental, central, pois é a construção de um outro horizonte para a educação de Santa Catarina.

Em segundo lugar, falando de educação, o sistema Acafe, as universidades comunitárias do estado de Santa Catarina, juntamente com a comissão de Educação e com a secretaria de estado da Educação, realizaremos um grande seminário nesta quinta-feira próxima aqui na Assembleia Legislativa durante o dia todo para discutirmos o futuro das universidades comunitárias. Enfim, qual será o futuro do sistema Acafe, das nossas universidades comunitárias? Elas serão públicas, de patrimônio público ou em última instância serão das prefeituras municipais das regiões nas quais tiveram origem?

Então, queremos discutir o futuro dos financiamentos, da democracia, da qualidade, da gratuidade, as relações que se constroem para desenvolver as nossas universidades comunitárias; se esse é um patrimônio do povo de Santa Catarina; se o patrimônio é o mesmo nas diferentes regiões do estado. Enfim, queremos discutir o seu próprio futuro.

Por isso, os reitores, os professores, os estudantes e os pesquisadores estarão aqui em parceria com a secretaria da Educação, com o sistema Acafe e com todas as universidades para discutirmos inclusive o novo marco regulatório, uma nova lei federal para incluir as instituições públicas comunitárias, as nossas universidades comunitárias para termos possibilidade de recurso público maior do governo federal.

Por isso, nesta quinta-feira a partir das 9h da manhã aqui na Assembleia Legislativa, todos os deputados estão con-

vidados para participarem desse grande evento, no qual os alunos, professores, reitores e dirigentes de todas as universidades comunitárias estarão aqui presentes discutindo o seu próprio futuro. Não posso deixar aqui de fazer esse registro e ao mesmo tempo manifestar o desejo de ver muitos estudantes, muitos professores, muitos reitores e muitos dirigentes para discutir o futuro da Furb, ou seja, se ela deve ser federalizada ou não; o futuro da Uniplac, que está passando por dificuldades; da Unisul; da Univali; da Unesc, deputado Manoel Mota; do UnC; da Univida; da Univille, da Unochapecó, da Unoesc, enfim, de todas as nossas universidades comunitárias do estado de Santa Catarina.

É um bom momento para discutirmos o futuro. E quero que esse futuro seja digno de sua própria história, avançando, contribuindo com o desenvolvimento das regiões do nosso estado de Santa Catarina.

Muito obrigado pela oportunidade de estar conversando com os senhores e senhoras.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência registra com alegria a presença de representantes da Associação Catarinense de Imprensa, que estão oferecendo um bolo a todos nós, especialmente à imprensa da Assembleia Legislativa, em comemoração ao aniversário da TVAL. Todos os srs. deputados estão convidados a participar.

Registro ainda a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Nova Veneza, Lodejane Zanone e dos srs. Carlos Eduardo e Lucas Spleres, vereadores suplentes de Nova Veneza.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero agradecer a visita do presidente do Procon de Blumenau, Erivaldo Caetano Júnior, que tem feito um trabalho brilhante frente àquele órgão.

Blumenau tem agora um Procon com poder de polícia e, mais do que isso, um presidente e um diretor atuando de uma forma muito enérgica e verdadeira. Vejam que ele já multou as empresas de telefonia em mais de R\$ 1 milhão. E, amanhã pela manhã, ele estará chamando uma das companhias telefônicas para fazer um acordo em prol dos consumidores de Santa Catarina, pois se esse acordo não for realizado e melhorado o serviço de telefonia, terão as lojas fechadas em Blumenau para que as empresas possam entender e absorver que o consumidor de Blumenau não ficará refém de maus serviços.

Por isso, parabéns Erivaldo Caetano Júnior e toda a sua equipe do Procon de Blumenau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

Antes, porém, quero deixar registrado para que todos os deputados tenham conhecimento, que esta Casa faz diariamente a mudança do nome dos deputados inscritos para fazerem seus pronunciamentos e que este pode trocar com aquele que está escrito anteriormente. V.Exa., deputado Manoel Mota, trocou o seu horário com o deputado Elizeu Mattos, portanto, v.exa. está com a palavra por até dez minutos, e a próxima inscrita é a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

Esta Presidência não está fazendo nenhuma confusão, está fazendo aquilo que é feito todos os dias de acordo com as lideranças dos partidos. Por isso, v.exa. tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, sr. presidente.

Sr. presidente, nobres parlamentares, deputada Professora Odete de Jesus, nossa líder, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense na tarde de hoje, queremos cumprimentar a Associação Catarinense de Imprensa que veio prestigiar os dez anos da TVAL, com um bolo. Agradeço a iniciativa e depois nós vamos comer o bolinho lá também, pois com certeza vai sobrar.

Neste momento, quero registrar a presença das seguintes lideranças de Jacinto Machado que estão a trabalho aqui na capital, e que estão-nos dando a honra de visitar o nosso Parlamento: Antônio Nardi Pereira, presidente do meu partido, grande liderança de Jacinto Machado; Laudir Possamai, presidente da Câmara de Vereadores; Eládio Rocha Hahn, ex-vereador, grande liderança daquele município; Rosita da Silva Gomes Hahn, nossa diretora do colégio que presta relevantes serviços e que veio a trabalho aqui na secretaria de Educação e a professora Mirela, que foi presidente do PMDB Mulher da nossa região.

Estão todos trabalhando e nos deram a honra também de prestigiar o Parlamento catarinense na tarde de hoje. Então, deixamos o registro da visita, que muito nos dá prazer e alegria.

Quero aqui fazer um relato sobre a luta travada de uma região, que perdeu muito ao longo do tempo, que teve que se recuperar, mas hoje ainda é considerada a segunda região mais pobre de Santa Catarina.

Srs. deputados, fico doente quando vejo e ouço esse tipo de tratamento dado a minha região, que é de gente empreendedora, trabalhadora e que busca resultados. E eu tenho convicção, meu caro deputado Darci de Matos, de que a minha região muito em breve despontará na geração de emprego, melhorando a qualidade de vida da população e será uma região respeitada no cenário catarinense e nacional.

Por isso, estamos travando essa luta pela duplicação da BR-101. Foram dezenove anos de luta, estou respondendo a quatro processos na Polícia Federal, e talvez ainda tenha que responder a mais alguns, porque estão cobrando pedágio de um trecho no qual a obra não está pronta.

Quero dizer ao eminente deputado Pedro Uczai, que isso é roubar o dinheiro do povo que trafega na BR-101. O deputado veio aqui fazer algumas acusações em relação à educação, mas quando se trata de si próprio, do seu partido, deixa acontecer, como no caso, deixa instalar um pedágio, que é uma vergonha! Não há estrada e há a cobrança indevida da sociedade. Já fechamos a praça cinco vezes e, por isso, talvez tenhamos que responder mais um processo, porque daqui a pouco teremos que tomar medidas mais duras, mais radicais! Mas se preciso for, nós vamos tomá-las, deputado Darci de Matos.

Além disso, disseram que não podem fazer nada! Por quê? Porque é uma licitação internacional? Mas a licitação da BR-101 é internacional. O grupo venceu no ano passado, e em alguns trechos uma tartaruga dispara na frente das máquinas que estão trabalhando. É uma vergonha a questão do trecho Araranguá a Sombrio, de Tubarão a Laguna e em Paulo Lopes, onde uma tartaruga dispara na frente em relação à ação da empresa que está ali realizando a obra. Sem contar três gargalos para os quais nem o

projeto de engenharia foi licitado, que é o Morro do Formigão, em Tubarão; a ponte de Cabeçada, em Laguna e o Morro dos Cavalos, em Palhoça.

Então, é muito fácil dar uma agulhadinha no governo dos outros, mas também tem que olhar para o seu governo e para os seus problemas, que não são poucos.

Deputado Darci de Matos, levei dezenove anos para convencer o governo a investir R\$ 22 milhões na serra do Faxinal. A metade da serra está pronta, a outra metade, uma promotora federal levantou a questão da perereca! Assim, estamos com a obra emperrada, sujeita a parar se a empresa sair. Sou obrigado a dizer que a perereca da promotora está complicando toda aquela obra! E aí vou responder processo? Porque não dá para admitir que alguém impeça a realização de uma obra que vai alavancar o turismo, a indústria sem chaminé, que vai gerar emprego e renda, mas a promotora está impedindo! E podem ter certeza de que vai haver desdobramentos, porque eu me conheço e sei o que sou capaz de fazer.

Então, são essas coisas que não nos deixam deslanchar! Temos aí a obra da serra da Rocinha para ser feita, mas falta a licença ambiental. Essa é uma obra da nossa região que vai trazer desenvolvimento na ligação de Ermo a Turvo; de São José dos Ausentes a Bom Jesus; de Vacaria a Lagoa Vermelha; de Passo Fundo a Erechim e de Carazinho a São Borja, na Argentina. Só falta fazer a licitação de 25 quilômetros! Está no Orçamento da União, mas não conseguimos licitar a obra.

Então, são coisas que me deixam muito irritado! Queremos trabalhar, queremos ajudar a região, e o que é do governo do estado está indo, pois o Aeroporto Regional de Jaguaruna já está na segunda etapa, está disparado!

É preciso que as licenças ambientais saiam logo, que isso seja resolvido, pois precisamos desenvolver o turismo, uma indústria que não polui, que gera emprego e renda! Mas as obras estão emperradas porque alguém trabalha contra essas questões. Eu trabalho e luto muito para desenvolver minha região. Recentemente, trouxemos uma empresa que vai gerar mil empregos por toda a região. Araranguá terá R\$ 200 milhões de faturamento por ano. Então, estamos trabalhando para melhorar a qualidade de vida da nossa população. Essa é a nossa luta!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço v.exa. com muita honra, que é lá do outro lado e também trabalhou pela BR-101, trecho norte, um trabalho que fizemos em conjunto para que pudessemos dar resultados aos usuários da estrada, que esperam há tanto tempo desde o sul, do norte de toda Santa Catarina e de todo Brasil.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Conheço v.exa. desde que foi prefeito de Araranguá e depois o trajeto de v.exa. aqui na Assembléia sempre dedicado, aguerrido. E quando se fala do sul do estado, v.exa. briga, reivindica, critica, faz proposições e solicitações. Em alguns momentos v.exa. inclusive radicalizou, com razão, quando fez paralisação, fechou a BR-101, pedindo que agilizassem as obras nos trechos da estrada, onde realmente está muito lento. E nós precisamos agilizar, porque a abertura da BR-101 do sul do estado, vai significar a alavanca do desenvolvimento de uma região que passou pela crise do carvão e da atividade da cerâmica.

Portanto, v.exa. está coberto de razão. Nós precisamos solicitar urgentemente a agilização da abertura da BR-101 para o sul do estado de Santa Catarina.

Parabéns, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte de v.exa. e o incorporo ao meu pronunciamento, dizendo que a luta tem que continuar, deputado.

Aqui nesta Casa, temos que nos dedicar de corpo e alma para buscar alternativa para solucionar o problema. A população elege um político para buscar resultados. Eu trabalho como uma empresa, pois uma empresa sem resultados quebra, e um político tem que buscar resultados para a população. E só poderemos alcançar esses resultados com muito trabalho, colocando, por exemplo, como fizemos, Jacinto Machado e Praia Grande no BID-V, para desenvolver toda a minha região.

Então, essa é a luta permanente de um parlamentar que está chegando a 27 anos de vida pública, mas com garra, determinação, responsabilidade e lealdade pelo povo e pela sua região. É assim que eu trabalho, é assim que eu me dedico dia a dia aqui no Parlamento.

Antes de encerrar, quero agradecer novamente a presença honrada das minhas lideranças de Jacinto Machado e daquelas que vieram também de Nova Veneza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Professora Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, srs. integrantes da mesa, senhoras deputadas, imprensa falada, escrita e televisada.

Quero parabenizar a nossa TVAL pelos seus dez anos de comunicação e de responsabilidade, levando aos lares catarinenses a notícia com precisão e mostrando a atuação de todos os parlamentares, dos projetos aprovados e dos direitos de todos os catarinenses. Então, não poderia deixar de parabenizar a nossa TVAL, que dá oportunidade a todos os deputados registrando ao vivo a nossa atuação nas comissões, nas audiências públicas, nas sessões solenes, especiais e em outras atividades.

Nós já não temos muito espaço no jornal da Assembleia, pois é difícil conseguirmos um espaço, muito difícil! Um dia desses até reclamei, e um jornalista que estava ao meu lado colocou alguma coisa no jornal. Então, temos que falar aquilo que é verdade, pois no jornal da Assembleia nós, deputados, quase não temos espaço. Eu não sei por que, mesmo com a nossa atuação, que é muito dinâmica, não conseguimos emplacar. Muitas vezes, ganho mais espaço no *Diário Catarinense*, no jornal *Notícias do Dia* do que no nosso jornal, que é para mostrar o trabalho dos deputados. É muito difícil, realmente conseguir um espaço.

A TVAL, mostra imagens a cores, mostra todo o Parlamento e o nosso amigo telespectador gosta de ver, de assistir. E eu não poderia deixar de parabenizar a nossa TVAL e toda sua equipe maravilhosa. Então, meus parabéns!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Ouço v.exa., deputado Serafim Venzon, porque tenho certeza de que o seu aparte enriquecerá o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sra. deputada, eu gostaria de cumprimentá-la pelo

seu pronunciamento destacando aqui a ação da TVAL.

A imagem do Parlamento certamente chega a todos os lares pela eficiência que tem a equipe de transmiti-la, mas também, como já disse na semana passada, o trabalho e o empenho de cada parlamentar desta Casa é a verdadeira imagem do Parlamento. Porque quando não havia essa tecnologia certamente as pessoas não podiam ver como cada parlamentar realmente trabalhava.

Por isso que nos dez anos da TVAL nós queremos cumprimentar toda a equipe e também os deputados pelo seu trabalho.

Mas eu quero, da mesma forma, destacar aqui, deputada Professora Odete de Jesus, que o trabalho que a TVAL faz fora do Parlamento, envolvendo as universidades, os jovens, os idosos, é muito importante porque nos vincula a essas categorias sociais.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputado Serafim Venzon. V.Exa. falou sobre a atuação da TVAL e eu endosso as suas palavras.

Muito obrigada, deputado!

Mas quero dizer ainda que hoje estive em Nova Trento, a convite do presidente do Conselho Tutelar do Estado de Santa Catarina Paulo Kons. Eu e a deputada Ana Paula Lima, que é presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, representando essa comissão pelo trabalho que vem realizando naquela cidade, estávamos lá hasteando a bandeira em plena praça. Fui convidada porque sou autora da lei que institui no calendário oficial do estado o Dia do Conselheiro Tutelar.

O conselheiro tutelar é o anjo da guarda de todo município. O conselheiro tutelar muitas vezes trabalha voluntariamente porque esse trabalho está vinculado à prefeitura, mas nem sempre os prefeitos valorizam e dão estrutura para que os cinco conselheiros formados possam atuar. Os conselheiros tutelares são aqueles que estão no dia a dia zelando pelas famílias, pelas nossas crianças. Porque as crianças estão sendo violadas todos os dias nos seus direitos, muitas delas inclusive não têm nem o direito de ter a sua infância porque são violentadas desde cedo. E quando um pedófilo violenta uma criança atinge a essência da família, atinge a mãe que carregou aquela criança durante nove meses no ventre, atinge o pai, os familiares.

Então, não podemos fechar os nossos olhos quando isso acontece. E hoje, graças a este Parlamento, nós temos o Disk-Denúncia, de autoria desta deputada, em todas as escolas da rede estadual de ensino, para que as crianças possam pedir para pedir uma ajuda, a fim de terem a sua infância protegida, como também os adolescentes.

Mas não poderíamos deixar de agradecer a cada deputado que votou favoravelmente no meu projeto: deputados Serafim Venzon, Sargento Amauri Soares, Dagomar Carneiro, que está presidindo a sessão neste momento, as deputadas Ana Paula Lima e Ada De Luca, enfim, todos os deputados que votaram a favor e o governador do estado Luiz Henrique da Silveira, que assinou e o sancionou tornando-o lei.

Então, hoje nós temos o Disque-Denúncia nas escolas, com o n. 0100, para que as crianças possam pedir proteção, pois é um direito delas.

Também não poderia deixar de falar do Dia do Conselheiro Tutelar, que deve ser comemorado, pois eles zelam pelo bem-estar da criança e do adolescente. E eu, como integrante da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, quero dizer que essa comissão faz um grande trabalho pela infância protegida.

Quero parabenizar todos os conselheiros tutelares do nosso estado de Santa Catarina e, por que não dizer, de todo o Brasil.

Sr. presidente, quero agradecer a v.exa. pelo apoio e por se fazer presente em um evento da nossa instituição lá em Brusque.

Muito obrigada e que Deus nos abençoe.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Muito obrigado, deputada Professora Odete de Jesus.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Aleesc Digital, eu quero cumprimentar aqui os mais de 15 mil professores que fizeram a faculdade de licenciatura plena a distância da Udesc, entre 2002 e 2006. Foi uma época em que o governo do estado, atendendo a uma exigência do governo federal, obrigou os professores de todo o estado, a partir de 2007/2008, que dessem aula de 1ª a 8ª série e dali para frente, terem, no mínimo, licenciatura plena em Pedagogia. E o governo do estado de Santa Catarina, atendendo essa exigência do governo federal, deu facilidades à Udesc para que ela implantasse diversos núcleos em várias cidades, somando mais de 150 núcleos, em 150 municípios catarinenses, juntando professores e outras pessoas que queriam fazer a faculdade de licenciatura plena.

Aliás, foi a primeira grande faculdade a distância em Santa Catarina, e graças a esse tipo de modalidade que praticamente 16 mil professores, hoje, que dão aula de 1ª a 8ª série, e talvez em outros cursos também, conseguiram fazer a sua faculdade de licenciatura plena.

Hoje, quando caminho pelo estado afora, encontro professoras e professores que se formaram com esse tipo de modalidade oferecida pela Udesc. E graças a essa oportunidade do governo que hoje eles têm a autoestima reavivada, como o seu salário também, que sofreu um incremento.

Saudamos a Udesc, o professor Raimundo Zumblick, que na época era o reitor, o professor Cechinel, o professor Marcos, que na época permitiram a todos professores fazerem licenciatura prévia, graças a essaousadia da direção da Udesc entre os anos de 2002 a 2006. Então, esse ato permitiu a um grande número de professores fazer a sua faculdade.

Hoje, fico muito alegre quando caminho pelo estado e encontro esses professores felizes, contentes, porque conseguiram fazer a sua faculdade. Enfim, a universidade na época deu essa condição a eles.

No início, cada professor tinha que pagar R\$ 100,00 ou R\$ 120,00 por mês, que era para comprar o material. Mais tarde conseguiram liberar uma verba de R\$ 1,6 milhão para fazer essa aquisição. No ano seguinte foram liberados mais R\$ 1,8 milhão. Somando os dois dava um valor de mais de R\$ 3 milhões. E nos anos seguintes foram injetados mais de R\$ 20 milhões, R\$ 30 milhões, permitindo que quase todos aqueles alunos fizessem e concluíssem a sua faculdade sem ter que pagar aquele valor de R\$ 100,00, R\$ 120,00, que inicialmente era cobrado, que depois não precisou mais ser cobrado por conta dessa injeção de verba do governo do estado, do governo federal.

Cada professor, na verdade, é o meu grande monumento, o monumento que eu

ajudei a construir juntamente com a Udesc e que hoje presta um grande trabalho a toda sociedade catarinense.

Mas eu me reporto ainda a uma dificuldade muito grande com relação ao ensino superior. Na semana retrasada esta Casa aprovou um projeto de lei que concede 0,03% do Fundo Social para financiar os alunos carentes que querem fazer a faculdade. Isso vai significar mais R\$ 14 milhões que irão ser injetados para atender uma necessidade social, que é a educação a muitos jovens do ensino superior.

Hoje, nós temos mais de 200 mil jovens que cursam a faculdade nas nossas universidades. Na universidade estadual, na universidade federal, nas universidades do sistema Acafe, no Instituto de Ensino Superior, nas chamadas universidades particulares. Mas há mais 200 mil jovens que certamente gostariam de fazer a faculdade e que sequer se inscrevem no vestibular por medo de não conseguirem, depois de entrar na faculdade, pagar a mensalidade.

Essa certamente é uma das grandes angústias do jovem, ou seja, ver como as coisas que vão acontecendo ao redor são indispensáveis à sua qualificação profissional. A universidade vai ser para ele um grande instrumento para ganhar a vida, vai ser um grande instrumento para ele competir no dia a dia dentro da sociedade. No entanto, não lhe é dada oportunidade para isso.

Se o governo pudesse injetar talvez R\$ 1 bilhão por ano, com certeza conseguiríamos dar condições a todos aqueles que quisessem cursar a faculdade e assim teríamos, daqui a 10, 15 anos, uma sociedade totalmente diferente. Mas enquanto isso não acontece, quero aplaudir a iniciativa do deputado Jorginho Mello de ter mandado, quando assumiu o cargo de governador interino, para esta Casa um projeto de lei liberando mais R\$ 14 milhões, além dos R\$ 35 ou R\$ 37 milhões concedidos pelo governo. Estamos longe do ideal, mas já é um começo.

Aliás, como v.exas. estão sabendo, o deputado Jorginho Mello, na ocasião em que assumiu como governador interino, sofreu um trauma no membro inferior e não queria parar de trabalhar, já que o governador Luiz Henrique da Silveira e o vice-governador Leonel Pavan não estavam no Brasil. Ele não queria interromper a tarefa de visitar, de marcar presença nos diversos eventos estaduais já programados, como fazem o governador e o vice, e isso, infelizmente, complicou um pouco o seu problema no joelho. Mas ontem, por telefone, e depois conversando pessoalmente com o seu médico, dr. Valter Rótolto de Araújo, um grande clínico, um grande professor, juntamente com a equipe de ortopedia, que tem dado assistência ao nosso presidente, disse que agora ele melhorou muito graças à intervenção da equipe médica e ao bom estado do seu organismo. Talvez em uma semana ou um pouco mais ele possa sair do hospital. Segundo o dr. Valter, ele continuará fazendo um tratamento por, no mínimo, 45 dias e durante uns 15 ou 20 dias terá que tomar medicação injetável e por isso permanece internado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TV Assembleia, voltarei a tratar do assunto que debati com o deputado Kennedy Nunes no horário dos

Partidos Políticos. Não se trata de falar ou induzir que a viagem feita pelo governador Leonel Pavan e sua comitiva, formada por deputados e outras autoridades da área da Segurança Pública, foi inútil ou não deveria ter sido feita. Não afirmei isso e nada parecido com isso no meu pronunciamento. Disse apenas que não podia acreditar que o que o governador viu de mais importante foi a filosofia da tolerância zero e que por essa razão está trazendo o ex-prefeito de Nova Iorque ao Brasil para fazer uma palestra em Santa Catarina.

Sei da importância da viagem, inclusive li os relatórios feitos pelo deputado Kennedy Nunes, e concordo com muita coisa que foi escrita e com as concepções. Evidentemente que se vivêssemos no Brasil a realidade dos Estados Unidos, quem sabe seria mais fácil fazer segurança aqui também.

No entanto, é preciso dizer que os projetos de lei de combate à pedofilia estavam na Assembleia Legislativa há anos. A própria deputada Professora Odete de Jesus reclamou, na semana passada, que o projeto dela, nesse sentido, tinha sido arquivado por inconstitucionalidade e havia outros dois projetos na mesma direção que estavam em alguma gaveta por aí. Não creio que fosse necessário ir aos Estados Unidos para saber da importância desses projetos. Mas se foi aprovado em função da viagem aos Estados Unidos, já é mais uma utilidade resultante da viagem àquele país.

Com relação aos telefones públicos nas penitenciárias, já houve aqui na penitenciária da Trindade e é fácil de instalar. Qual é a questão complicada e difícil? Ter um funcionário público contratado, juramentado para realizar as ligações e monitorar o diálogo que o sentenciado ou preso vai fazer ao telefone. Porque todos nós sabemos que preso não tem direito à inviolabilidade de domicílio. Por motivos óbvios, com celulares eles comandam sequestros, e se não houver alguém para monitorar o diálogo deles pelo telefone público que se vai propor instalar nas penitenciárias, naturalmente estaremos trabalhando contra o próprio patrimônio.

Sou de acordo com a proposta. Agora, primeiro, é preciso ver se a secretaria da Segurança Pública terá os servidores suficientes, necessários, preparados e qualificados para monitorar essas ligações e evitar assim que se ampliem as possibilidades dos presos realizarem outros crimes, além daqueles que motivaram as suas prisões.

A minha colocação aqui também é no sentido de combater, e é essa a palavra, a filosofia da tolerância zero. Ela já foi aplicada aqui na década passada, e eu não quero fazer discurso partidário nesta tribuna, mas aquilo não resolveu. Aquele final de governo, aquele final de início de década, foi o mais violento na capital catarinense.

A filosofia tolerância zero pode ter sido boa, é possível, mas para Nova Iorque.

Quero reiterar que o que mais precisamos na Segurança Pública em Santa Catarina é justamente de tolerância das autoridades com relação à maioria dos servidores e tolerância entre as instituições, porque o que está decretado aqui é uma intolerância impar, geral e irrestrita.

Quem fala é processado; quem se manifesta reivindicando melhores condições de salário e de trabalho é condenado até a exclusão. E já temos nove policiais militares excluídos das fileiras da corporação, a maioria deles com mais de 20 anos de serviço, todos eles excelentes profissionais da Segurança Pública, aliás, aqueles quarenta e poucos que estão no Conselho de Disciplina, quase sem exceção, são ardorosos praticantes da religião católica ou da religião evangélica. Parece até que foram escolhidos a dedo, porque os mais ardorosos, os mais religiosos, foram para o Conselho de Disciplina.

É verdade, deputado Dagomar Carneiro, parece até que estou exagerando, mas não estou. Podemos perfilar todos eles aqui, e veremos que são praticantes de religião cotidianamente, a maioria deles. E talvez por essa fé eles se arrojaram de forma diferente com relação à maioria que está sendo excluída. E quando falo em tolerância estou falando em tolerância entre uma instituição e outra também.

Foi citado aqui o caso da cidade de Imbituba, em que o delegado teria sofrido um disparo de uma arma elétrica por parte de um policial militar.

O delegado sacou a pistola e apontou para a cabeça de um soldado, que também sacou a sua arma e ficou apontando para o delegado, juntamente com outros três policiais militares. Olhem só a situação. Depois de algum tempo é que chegou a Guarnição do Treinamento Tático e desferiu o choque elétrico. Ai foi possível conter o delegado, no quartel da Polícia Militar, dizendo que a Polícia Militar não poderia apreender um veículo que estava circulando de forma irregular.

Mas não se trata de discutir a questão desse delegado, porque conheço muitos delegados, tenho vários amigos que são delegados, e todos que conhecem essa situação sabem que aquela questão de Imbituba é uma questão muito particular. Que o caso daquele delegado de Imbituba é uma questão particular, de um histórico de intolerância dele com relação a guarnições da Polícia Militar e, mais do que isso, talvez de intolerância dele com relação à legalidade dos processos policiais ou da atuação policial.

Os delegados sabem que aquele caso é à parte, talvez incentivado pelo momento de confronto entre as instituições. Mas o que eu quero dizer aqui é que a missão policial, ou o policial militar, é uma missão civilizatória e

humanitária. Portanto, não concordo que se fique gritando por aí que tem que haver tolerância zero contra vagabundo, porque não conheço ninguém que está do outro lado que defenda o policial que eventualmente tenha agido com falta de tolerância. E os nossos meios de comunicação estão cheios de companheiros sendo achincalhados por terem agido num momento ou outro talvez com rigor, fora da conta.

Estou dizendo que é preciso analisar caso a caso. Mas mesmo quando é preciso usar a força necessária, a missão do policial é uma missão humanitária, porque ele age, e a sua missão é agir justamente para evitar um mal maior contra a sociedade. Agora, medir antes qual vai ser a força necessária é difícil. Em lapsos de segundos como decidir qual a quantidade de força necessária?

Ao juiz, ao promotor, ao delegado, é possível analisar o processo, as circunstâncias. Mas para quem está na linha de frente são centésimos de segundos para decidir a ação que deverá tomar. E não dá para decidir e adivinhar antes a quantidade de força necessária.

Mas no geral eu fiz o pronunciamento anterior apenas para dizer uma coisa para o vice-governador Leonel Pavan, de forma franca, inclusive com lealdade ao dever de ofício. Melhora muito a Segurança Pública, se começar com tolerância entre os servidores, tolerância do governo para com os servidores, tolerância entre as instituições. Dialogar com os praças da Polícia Militar e com o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina vai melhorar muito a Segurança Pública em nosso estado. Essa é a nossa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. n. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 98ª sessão ordinária, do dia 28 de outubro de 2009:

Discussão e votação em turno único do PCL n. 0158/2009.

Não havendo mais nada a tratar, esta Presidência antes de encerrar esta sessão convoca outra, ordinária, para a amanhã, quarta-feira, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 325, de 28 de outubro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos do artigo 91, da Lei nº 6.745, de 28.12.1985, com a redação dada pela Lei nº 7.373, de 15.07.1988, e disciplinado pela Resolução nº 1.673, de 20.11.1989,

ADICIONAR aos vencimentos do servidor OSVINO KOCH, matrícula nº 0420, ocupante do cargo de Analista Legislativo,

Código PL/ALE-62, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a importância equivalente a 4/5 (quatro quintos) do valor da gratificação de 30% (trinta por cento) de que trata o artigo 85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, combinado com o artigo 3º, da Resolução nº 1.673, de 20 de novembro de 1989, que deu nova redação à Resolução nº 560/88, que regulamentou a concessão de gratificação pela prestação de serviços em locais insalubres, vedada a percepção cumulativa enquanto estiver no exercício de atividades de idêntica natureza.

TORNAR SEM EFEITO a Resolução nº 1.747/91, de 18 de setembro de 1991.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente, em exercício
Deputado Dagomar carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 326, de 28 de outubro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *nos termos do artigo 91, da Lei nº 6.745, de 28.12.1985, com a redação dada pela Lei nº 7.373, de 15.07.1988,*

ADICIONAR aos vencimentos do servidor **OSVINO KOCH**, matrícula nº 0420, ocupante do cargo de Analista Legislativo, Código PL/ALE-62, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a importância equivalente a 2/5 (dois quintos) do valor da gratificação de

40% (quarenta por cento) de que trata o artigo 85, inciso VIII, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, correlacionada ao disposto no parágrafo único, do artigo 1º, da Resolução nº 1.017/94, de 13 de junho de 1994, em face da designação contida na Resolução nº 709/90, de 14 de agosto de 1990, vedada a percepção cumulativa enquanto estiver no exercício de atividade de idêntica natureza.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente, em exercício

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER PARA DEBATER A CRIAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 19H, NO AUDITÓRIO DA UNESC, EM CRICIÚMA

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e nove, às dezenove horas, realizou-se no auditório da Unesc, no município de Criciúma, a quarta audiência pública com o objetivo de discutir a criação da Defensoria Dativa no Estado de Santa Catarina. A audiência foi proposta pelo deputado Pedro Uczai (PT) e promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), neste ato representada pelo deputado Décio Góes. O mestre de cerimônias, senhor Laênio José Ghisi, abriu os trabalhos desejando boas-vindas a todos e convidando para tomarem assento à mesa as seguintes autoridades: deputado estadual Décio Góes; deputado estadual Pedro Uczai; professor doutor Gildo Volpato, reitor da Unesc; senhor Giovanni Dagostin Moretti, procurador-geral do município de Criciúma, neste ato representando o prefeito Clésio Salvaro; padre Wilson Buss, representando a Diocese de Criciúma; senhor Cristiano Vieira Heerdt, defensor público no RS e diretor legislativo da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep); e o acadêmico Emanuel de Oliveira, diretor do DCE da Unesc, neste ato representando o Centro Acadêmico do Curso de Direito. Ato contínuo, registrou a presença do senhor Leonir Henrique, representado a Famesc (Federação das Associações de Moradores de Santa Catarina); do vereador Eduardo Merêncio (Chico), da Câmara Municipal de Araranguá; do senhor Ademir Milo Motta da Silva, secretário de Educação do município de Gravatal, neste ato representando o prefeito de Gravatal; do vereador José Luiz Ronconi, da Câmara Municipal de Nova Veneza; do senhor José Paulo Serafim, suplente de deputado estadual; do senhor Leonidas Serrano, assessor do deputado estadual Serafim Venzon; do senhor Sandro de Mattia, do Conselho Fiscal do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, neste ato representando o Sindicato; do senhor João Paulo Teixeira, coordenador do projeto Nossa Rua, neste ato representando o deputado federal Jorge Boeira; do acadêmico Pedro Victor da Silva, da União Catarinense dos Estudantes (UCE); do vereador Ivan Roberto Westphal (Camisa), da Câmara Municipal de Criciúma; do senhor João Batista da Silva (Boca), coordenador da CUT/ regional sul; do senhor Wladimir de Carvalho Luz, professor do curso de Direito e pesquisador do tema. Em seguida, passou a presidência da audiência pública para o deputado Décio Góes, que agradeceu a presença de todos e chamou para também compor a mesa o professor Wladimir Luz, um estudioso do tema. Reiterou que estava representando a deputada Ana Paula Lima, presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher da Alesc, saudou todos os componentes da mesa e ressaltou que a referida Comissão já havia propiciado este debate em outras audiências públicas realizadas nas cidades de Chapecó, Joinville e Florianópolis. Lembrou que Santa Catarina é o único Estado do Brasil que ainda não instituiu a Defensoria Pública e que a ausência dela acarreta não só superlotação carcerária como também alija o apenado dos direitos e das garantias previstos na Constituição Federal. Deixou claro que a criação da Defensoria Pública não se resume a um simples apelo de alguns segmentos da comunidade catarinense, já que trata de amparo e resguardo constitucional aos que cometeram um ato ilícito, os quais devem cumprir a respectiva pena com o socorro jurídico necessário. Esclareceu que a discussão sobre a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina não tem o propósito de desmerecer o trabalho realizado pela OAB através da Defensoria Dativa, explicando que enquanto através da Defensoria Dativa o Estado disponibiliza o advogado para acompanhar o cidadão durante o processo, na Defensoria Pública o acompanhamento

acontece desde o início da questão de modo preventivo, ou seja, promovem-se programas de cidadania e educação, há disponibilidade dos advogados em tempo integral e pode-se estabelecer políticas públicas no sentido da garantia dos direitos humanos, do aperfeiçoamento da legislação e dos programas governamentais existentes. Ressaltou que a Defensoria Pública irá proporcionar a devida assistência jurídica principalmente às pessoas de baixa renda, que continuam sendo as mais prejudicadas pelo ente federativo estadual. Finalizando, reiterou que o objetivo desta audiência pública é ouvir a sociedade e possibilitar um debate franco sobre a implementação da Defensoria Pública em Santa Catarina, passando em seguida a presidência dos trabalhos ao deputado Pedro Uczai. Assumindo a presidência da audiência pública, o deputado Pedro Uczai cumprimentou todos os presentes, agradeceu aos que participaram da mobilização para este encontro e informou que Criciúma foi a única região do sul do Estado contemplada com a realização de uma audiência pública sobre o tema, acrescentando que dela sairão encaminhamentos representando toda a grande região sul. Prosseguindo, apresentou a metodologia de trabalho, citando a ordem das manifestações orais, e explicou que estão sendo realizadas audiências públicas para debater a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina porque é um direito constitucional e porque, embora elogiável em muitos casos, reconhecem que é insuficiente o trabalho feito por advogados da Defensoria Dativa no Estado, contratados pela OAB. Informou que esta semana foi aprovada no Congresso Nacional legislação fortalecendo ainda mais os defensores públicos no Brasil, razão pela qual espera que os profissionais que se formam nas universidades possam, através de concurso público de provas e títulos, acessar uma carreira pública na Defensoria Pública, como prevê a Constituição, construindo, com tempo integral e exclusivo, a política de atendimento à população mais necessitada. Destacou que um dos encaminhamentos do Movimento pela Criação da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina é desafiar e mobilizar a sociedade civil para colher cerca de cinquenta mil assinaturas e construir esse projeto de iniciativa popular. Disse, ainda, que o governo do Estado não tem disposição política de encaminhar à Alesc um projeto de lei que crie a Defensoria Pública porque entende que a Defensoria Dativa já cumpre o papel constitucional de defender os mais pobres aqui no Estado, reiterou que o único caminho que resta do ponto de vista da sociedade organizada é propor um projeto de iniciativa popular em que quem o assina é autor da lei e informou que é preciso colher a assinatura de 1% dos eleitores de Santa Catarina para que a iniciativa possa adentrar na Alesc e tramitar internamente. Lembrou que a Unesc já acolheu a luta em relação ao artigo 170, da qual participou quando renunciou ao cargo de reitor da Unesc de Chapecó para ser deputado, e conjecturou se hoje não seria mais um momento histórico da Unesc ao participar dessa luta pela criação da Defensoria Pública no Estado. Ato contínuo, passou a palavra ao reitor da Unesc, senhor Gildo Volpato, que desejou boas-vindas a todos os presentes e externou sua alegria em poder ceder o espaço da universidade para o debate sobre as razões de Santa Catarina ser o único Estado do Brasil que ainda não tem Defensoria Pública, acrescentando que, além do espaço físico, também cedia nome da Unesc como apoiadora da mobilização pelas assinaturas e de outros movimentos que se fizerem necessários para trazer a Defensoria Pública para o Estado. Em seguida, fez uso da palavra o senhor Giovanni Dagostin Moretti, procurador-geral do município de Criciúma, que expressou seu desejo de ser extraído desta audiência pública o que for de melhor para o cumprimento desse preceito constitucional. Louvou a iniciativa da Alesc nesse sentido e disse esperar que este debate possa contribuir para que se concretize a implantação da Defensoria Pública em Santa Catarina. Dando prosseguimento à audiência pública, o senhor presidente, deputado Pedro Uczai, passou a palavra ao senhor Cristiano Vieira Heerdt, defensor público em Porto Alegre/RS e diretor legislativo da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), que cumprimentou todos os presentes e externou ser muito importante o apoio do reitor da Unesc à causa. Informou que

é gaúcho com origem catarinense, já que seu pai nasceu em Forquilha/SC, e que tem muito orgulho de vir a Santa Catarina compartilhar sua experiência como defensor público e mostrar o que é Defensoria Pública. Declarou que se por um lado tem orgulho de ser gaúcho com sangue catarinense, por outro lado se entristece pelo fato de Santa Catarina não ter um modelo oficial de Defensoria Pública, avaliando que ainda que seja louvável o trabalho da OAB e dos advogados dativos, que prestam serviços relevantes à função jurisdicional, é preciso que tenhamos um modelo oficial. Informou que existem duas ADINs no Supremo Tribunal Federal, a ADIn 3.892, movida pela Associação Nacional dos Defensores Públicos da União, que já tem um parecer favorável do procurador-geral da República reconhecendo a inconstitucionalidade da Constituição catarinense e da Lei Orgânica da Defensoria Dativa em Santa Catarina, e a ADIn 4.270, proposta pela Associação Nacional dos Defensores Públicos, à qual pertence como diretor legislativo. Acrescentou que foi presidente por três anos da Associação dos Defensores Públicos no Estado do Rio Grande do Sul, que tem cerca de 500 associados e 358 defensores públicos distribuídos em aproximadamente 164 comarcas. Disse que, lateralmente a essas ações que estão tramitando no STF, há manifestações claras de ministros do STF em prol da criação da Defensoria Pública em Santa Catarina, informando que o ministro Marco Aurélio, do STF, não pode comparecer ao evento que a Defensoria Pública da União organizou em Florianópolis este ano e por isso mandou uma mensagem à coordenação do evento dizendo, na íntegra, o seguinte: *"A Defensoria Pública é conceituada, no artigo 134 da Carta da República, como 'instituição essencial à função jurisdicional do Estado', incumbida da 'orientação jurídica e defesa, em todos os graus, dos necessitados'. Largo passo dado rumo à concretização do ideal democrático de igualdade, portanto, como preconizara o grande Nabuco de Araújo, 'Justiça apartada do povo não é Justiça'. Mostra-se indispensável que os integrantes do Legislativo estejam sensíveis à realidade dos mais desabrigados da sorte. A implantação dessa fundamental instituição prescinde de considerações no campo da capacidade de experimentar sentimentos humanitários, bastando a observância do comando emanado da Constituição Federal! Surge incompreensível que, passados vinte e um anos de promulgação da Lei Maior, ainda haja Estado brasileiro no qual a determinação de criar e organizar a Defensoria Pública não tenha sido efetivada. Associe-me à Defensoria Pública-Geral da União e à Defensoria Pública da União em Santa Catarina na árdua caminhada pela implantação da Defensoria Pública nesse Estado, um dos mais prósperos da Nação, agraciado com paradisíacas paisagens naturais e povo trabalhador e hospitaleiro, sendo-lhe imerecido o título de único Estado da Federação no qual não foi sequer editada a pertinente lei orgânica. Que não percam de vista os seguintes aspectos: a criação da Defensoria não é opção dada ao legislador, mas determinação imposta à União, ao Distrito Federal e aos Estados pelo constituinte originário, cujo descumprimento implica ofensa aos princípios da dignidade da pessoa humana e do acesso à jurisdição, pilares de aferição do índice de desenvolvimento social e democrático do País. Oxalá venhamos a ter a Defensoria Pública em pé de igualdade com o Ministério Público, bem estruturada e prestigiada."* Prosseguindo, registrou que a Alesc está num movimento excepcionalmente democrático e que seus representantes merecem todos os aplausos. Ponderou que é necessário discutir não se o legislador precisa ou não implantar a Defensoria Pública, mas de que forma isso vai ser feito, citando que o ministro Marco Aurélio ressaltou que não é opção de um Estado criar ou não Defensoria Pública, é obrigação. Discorrendo sobre as razões formais do Movimento, disse que alguns direitos sociais assegurados na Constituição Federal foram implementados de forma gradual e lenta, assim como o acesso à Justiça, dando como exemplo o Estado de Goiás, que só agora está implantando a Defensoria Pública através de concurso público. Advertiu que as normas da Defensoria Dativa, dita Pública, que estão na Constituição Estadual de Santa Catarina, assim como o texto da Lei Orgânica, afrontam a Constituição Federal, cujo parágrafo 1º do artigo 134 diz que *"lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normais gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos"*. Assim sendo, manifestou seu entendimento de que a Defensoria Pública, que prestará esse serviço de assistência integral e gratuita à população carente, tem que ser organizada como uma instituição pública com cargos públicos providos mediante concurso público. Já em relação às razões materiais, avaliou que elas emanam da necessidade do povo em ter acesso ou não à Defensoria Pública e, conseqüentemente, ao Judiciário. Destacou que depois que foi aprovado o projeto no Senado, o qual agora vai para a sanção do presidente Lula, houve uma transcendência da figura do defensor público, que passou a exercer prerrogativas e ter uma responsabilidade muito maior perante a sociedade, entre elas elaborar políticas públicas de cidadania, de inclusão social, fomentar direitos humanos e representar organismos internacionais de direitos humanos. Prosseguindo, informou

que a Defensoria Pública no Estado do Rio Grande do Sul tem 358 agentes, que o orçamento disso não chega a 1% do orçamento do Estado, que toda semana são recebidos no gabinete da defensoria-geral que coordena a Defensoria Pública prefeitos e mais prefeitos de todo o Rio Grande do Sul em busca de defensor público. Acrescentou que não podem lotar defensores públicos em municípios, que eles são lotados nas 164 comarcas daquele Estado, e lembrou que como Santa Catarina é um Estado menor, não seria preciso tantos defensores públicos no início. Saliu que no Rio Grande do Sul existe uma lei estadual que diz que não será pago o defensor dativo onde existe defensor público, frisando que a OAB e o Tribunal de Justiça participaram na confecção dessa lei. Disse, ainda, que uma resolução de 2003 da Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal, firmada pelo secretário à época, Nilmário Miranda, recomendou ao governador de Santa Catarina que implantasse com urgência a Defensoria Pública no Estado, recomendação esta que foi estendida aos Estados de São Paulo, onde foi implementada em 2006, e Goiás. Continuando sua manifestação, lembrou que defensoria não é uma questão partidária, e sim uma causa social, contando que na semana passada o líder da oposição no Senado disse que nunca havia votado num projeto com tanta convicção (o projeto havia sido enviado pelo presidente Lula). Trouxe à tona a posição do conceituado constitucionalista José Afonso da Silva, que também entende que os Estados não têm a faculdade de escolher se instituem e mantêm, ou não, a Defensoria Pública. Sobre as razões materiais, informou que a posição da Associação dos Magistrados Brasileiros é favorável ao projeto, que também tem o apoio da CNBB, através da Pastoral Carcerária, o que engrandece o Movimento. Continuando, disse que os três senadores catarinenses, de partidos diversos, votaram a favor do projeto de fortalecimento da Defensoria Pública e conclamou todos para trabalhar a ideia de ser criada em Santa Catarina a Defensoria Pública. afirmou que ninguém quer acabar de supetão com a Defensoria Dativa, e sim criar um modelo misto no início, argumentando que a OAB presta um serviço relevante mas incompleto. Em seguida, citou os dados do relatório de atividades da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, apresentado anualmente: 340 mil atendimentos em um ano, 46 mil ações, 131 mil audiências, 1.020 defesas em júri, 3.060 plantões assistidos a pessoas presas que precisavam de defensoria pública e 3.980 exames de DNA. Concluiu colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário em relação à Defensoria Pública, reiterando a necessidade de o Movimento continuar buscando a implementação da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina. Dando prosseguimento à audiência pública, o senhor presidente, deputado Pedro Uczai, passou a palavra ao acadêmico Emanuel de Oliveira, diretor do DCE da Unesc, neste ato representando o Centro Acadêmico(CA) do curso de Direito, que inicialmente enfatizou a participação direta dos acadêmicos e indiretamente pelos seus representantes e registrou que em 2005 o então presidente do Centro Acadêmico de Direito da Unesc, Chalton Schneider, trouxe para dar uma palestra em Criciúma a professora Maria Caovilla, da Unochapecó, que abordou um tema até então desconhecido no mundo acadêmico da Unesc: a Defensoria Pública como um direito sonegado. Lembrou, ainda, que o presidente do Centro Acadêmico de Direito da Unesc em 2006, Roberto Rizzatti, também promoveu um debate sobre o tema e que passados quatro anos ainda se discute a mesma temática, agora com o apoio irrestrito do DCE e do CA de Direito, informando que os acadêmicos dessas duas instituições entendem que em Santa Catarina deve prevalecer as regras do Estado democrático, bem como as da Carta Maior, e que a implantação da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina deve ter caráter de urgência. O senhor presidente, deputado Pedro Uczai, aproveitou a ocasião para justificar a ausência na audiência pública da professora Maria Aparecida Caovilla, uma das grandes protagonistas do movimento em defesa da implantação da Defensoria Pública em Santa Catarina e autora do livro "Acesso à Justiça e Cidadania". Em seguida, fez uso da palavra o professor de Direito da Unesc Wladimir de Carvalho Luz, que cumprimentou todos os participantes e lembrou que a audiência pública tem por meta esclarecer o tema à sociedade de forma que ela possa ter capacidade de crítica. Apresentou o livro que foi lançado pelo Nupeq do curso de Direito, no qual consta um trabalho de sua autoria sobre o tema em questão, considerando-o um dos temas mais importantes para a sociedade catarinense e dos mais relevantes para quem faz Direito e para quem trabalha numa universidade comunitária. Perguntou se há ou não Defensoria Pública em Santa Catarina, já que até pouco tempo um setor dizia que havia, e registrou que Maria Aparecida Caovilla, considerada a grande guerreira dessa causa, editou uma obra em que dizia que havia um prospecto do governo do Estado no qual constavam endereço e telefone da Defensoria Pública. Disse que é preciso entender os dois modelos que estão em debate, o dativo e o público, ressaltando que o primeiro é estabelecido pela Lei 155/77, de Santa Catarina, que, adequada à Constituição, criou um modelo segundo o qual um advogado particular é nomeado e o Estado paga pelos seus serviços, acrescentando que a grande questão aqui é que a

Constituição catarinense faz o que ele chama de “pegadinha hermenêutica” quando diz que a Defensoria Pública será exercida “na forma de” Defensoria Dativa, porque a expressão “na forma de” cria uma máscara no sentido de que em Santa Catarina existe Defensoria Pública. Continuando, disse que o segundo modelo está claro no artigo 134 da Constituição, segundo o qual todos os Estados têm que implantar, mediante lei complementar (que já existe), um modelo estatal, avaliando que a Defensoria Pública constitucional é estatal, é um órgão do Estado, que não é um particular que presta o serviço. Prosseguindo, afirmou que há quem defenda que o modelo dativo é constitucional e há quem defenda, como ele, que esse modelo não é totalmente constitucional. Sobre os motivos de não haver Defensoria Pública em Santa Catarina, opinou, como marxista, que alguma coisa é da forma que é porque atende algum interesse, citando que esse modelo dativo tem raízes históricas em Santa Catarina mesmo antes da Constituição de 1988 e que mesmo depois da Constituição ele permanece vivo até hoje. Informou que como advogado inscrito na Ordem dos Advogados de Santa Catarina quer ler o parecer da OAB na ADIn, acrescentando que fez um parecer para a OAB contrário à lei e que a OAB nacional de alguma maneira ratifica o modelo dativo, argumentando que a Defensoria Dativa é um campo de iniciação dos jovens advogados. Considerou que há interesse corporativo e que é preciso ter maturidade e serenidade para debater por que a OAB entende que o modelo dativo é bom. Prosseguindo nos questionamentos, perguntou em que pé está essa questão, trazendo à tona as duas ADIns já referidas, cujo relator é o ministro do STF Joaquim Barbosa, lembrando que essa questão está em suspensão e que o STF vai ter que se posicionar em relação a isso. Ressaltou que tal situação não impede que a sociedade catarinense, paralelamente, tome a iniciativa de um projeto de lei de emenda constitucional para modificar esse quadro e expressou sua alegria em ver que o Movimento pela Criação da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina cresce a olhos vistos. Elogiou o reitor da Unesc por sua posição, lembrando que a Unochapecó já tem uma posição clara sobre esse tema. Em seguida, apresentou os argumentos dos que são a favor do modelo dativo: que o modelo catarinense tem mais capilaridade e que a Defensoria Pública é cara. Considerou nebuloso o argumento de ser mais barato o modelo dativo porque há dados do Ministério da Justiça dando conta de que o Estado de Santa Catarina deve milhões aos advogados catarinenses. Dito isso, propôs um debate com o defensor público Cristiano Vieira Heerd, relatando que antes entendia que a lei era totalmente inconstitucional mas que hoje vem trabalhando a ideia de que o sistema dativo não é inconstitucional em si mesmo, acrescentando que Santa Catarina poderia implantar um modelo dativo porque a Constituição determina que o Estado tem que ter minimamente um sistema estatal. Entende que o que existe é uma inconstitucionalidade por omissão, haja vista que o Estado se omitiu em fazer algo que está dito na Constituição, e que esse entendimento talvez torne o debate mais produtivo e menos tenso em relação à OAB, porque a ideia não é acabar o sistema dativo, mas fazer um sistema híbrido, como acontece em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Finalizando, disse que pensa que podemos avançar no sentido de fazer um modelo híbrido em Santa Catarina com um sistema dativo aprimorado e com um sistema público estatal nos moldes do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, que têm um modelo padrão. Retomando a palavra, o senhor presidente, deputado Pedro Uczai, enfatizou que a Igreja Católica, através da Campanha da Fraternidade, tem ajudado muito o Movimento e passou a palavra ao padre Waldir Buss, administrador diocesano, neste ato representando a Diocese de Criciúma, que informou que estão sendo colhidas assinaturas para o abaixo-assinado através da Diocese de Criciúma, das paróquias, das pastorais sociais, das caritas, destacando que hoje deixou nas caritas duas mil assinaturas. Salientou que estão empenhados no projeto de lei, porque entendem que a Igreja deve assumir e viver as situações por que passam as pessoas, e no debate, para contribuir no sentido de que a Defensoria Pública possa atender a população e o princípio maior, a fim de que as pessoas tenham vida com dignidade e abundância. O senhor presidente, deputado Pedro Uczai, abre a palavra para a plenária, e inicialmente manifesta-se o acadêmico Pedro Victor da Silva, do curso de Direito da Unesc, neste ato representando a União Catarinense dos Estudantes (UCE), que perguntou aos dois deputados presentes à mesa qual a real posição do governo de Santa Catarina a respeito do tema Defensoria Pública, um direito assegurado que está sendo sonegado. Retomando a palavra, o senhor presidente, deputado Pedro Uczai, agradeceu a presença do reitor Gildo Volpato, que teve que se ausentar por ter outros compromissos, e enalteceu a posição dele em colocar a instituição Unesc a serviço do Movimento pela Criação da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina. Na sequência, fez uso da palavra o acadêmico Ramirez Gobbi, do curso de Direito da Unesc, que pediu esclarecimento sobre a real diferença de um réu acusado pelo Ministério Público ser defendido por um defensor público ou por um advogado dativo, acrescentando que acredita haver diferenças materiais e substanciais nesse ponto. Em seguida, usou da palavra a defensora pública Samara Wilhelm, da comarca de Sapiranga, no

Estado do Rio Grande do Sul, que inicialmente manifestou seu contentamento pelo fato de o professor ter trazido à tona a questão da constitucionalidade ou não da assistência dativa. Opinou que, embora ache importante, considera muito perigoso o Movimento ingressar nessa discussão da constitucionalidade, sob pena de se trazer alguma sombra ao ponto principal do Movimento: a necessidade da criação da Defensoria Pública como modelo oficial, e não a substituição do modelo que está posto hoje, lembrando que a Constituição Federal não trata a Defensoria Dativa como modelo exclusivo nem tem pretensão de fazer isso em curto prazo. Prosseguindo, disse que todos devem ter consciência de que antes de ser um agente político o defensor público é um servidor público e, como tal, tem a obrigação de prestar um serviço público à população. Considera como pior argumento o que defende a capilaridade da assistência jurídica, porque entende que o cidadão não é obrigado a aceitar atendimento e assistência jurídica de qualquer advogado em qualquer rincão, ele tem o direito de receber a melhor assistência jurídica pautada nas características que o serviço público deve ter, destacando o da qualidade e celeridade e todos os demais constantes no artigo 137 da Constituição Federal. A seguir, usou da palavra o acadêmico Jorge Cândido, também do curso de Direito da Unesc, que manifestou sua concordância em ser implantada a Defensoria Pública em Santa Catarina e pediu esclarecimentos sobre como será a transição da Defensoria Dativa para a Defensoria Pública sem que fique mais complicada a situação dos advogados iniciantes no mercado de trabalho. Na sequência, outro acadêmico do curso de Direito da Unesc, Antônio Fábio Lessa Matos, perguntou por que ainda não foi criada a Defensoria Pública em Santa Catarina, o que é preciso fazer para que isso aconteça e se já tem algum prazo nesse sentido. A advogada Clélia Mara Fontanella Silveira, da Defensoria Dativa e da coordenação das Casas da Cidadania, fez uso da palavra para dizer que tem se debruçado em analisar, em alguns aspectos, a Defensoria Dativa e a questão do defensor público, citando que numa das suas idas ao Rio Grande do Sul viu no fórum de Porto Alegre 120 pessoas aguardando atendimento na Defensoria e que em Sapucaia do Sul havia 27 pessoas na mesma situação. Também contou que seu escritório, independentemente ser Defensoria Dativa disso ou daquilo, atendeu o pedido da família de um detento preso inicialmente no presídio de Criciúma, conseguindo trazê-lo de volta depois de ele ter sido “jogado” para Araranguá, para Porto Alegre e depois para uma das comarcas próximas a Criciúma. Ressaltou que tudo que foi conquistado para se construir o Estado democrático de direito não se discute, se cumpre, independentemente partidos políticos, de corporativismo e de teses, e conclamou a instituição Unesc e todo o Estado de Santa Catarina a se levantarem e exigirem que seja cumprida a legislação. Em seguida, usou da palavra o advogado Chalton Schneider, pós-graduando em Direito na Unesc, que disse não ser da Defensoria Dativa por opção, já que é um grande crítico desse modelo. Registrou que realmente a OAB tem uma posição em defesa da Defensoria Dativa em termos de corporativismo e deu exemplos de prejuízos e retrocessos legislativos da Defensoria Dativa, salientando que em termos de legislação e representatividade o governo de Santa Catarina está deixando muito a desejar. O professor Ênio Leonardo Rocha Cândido, da rede pública estadual de ensino, perguntou como está a mobilização no cenário estadual em relação à coleta de assinaturas e como percebem nos agentes de comunidade e nas lideranças a questão do exercício de cidadania das pessoas que têm que tirar seu título de eleitor para assinar como coautoras do projeto de lei. Também perguntou como os deputados sentem esse cenário no âmbito legislativo com a chegada desse projeto na Alesc. A senhora Maria Rosa Fernandes Mendes usou da palavra para expor sua dúvida sobre a existência ou não de Defensoria Pública no Estado, já que ficou surpresa quando, ao final de uma reportagem, o repórter disse que quem precisasse poderia consultar a Defensoria Pública em Florianópolis, dando endereço e o número do telefone. O senhor presidente, Deputado Pedro Uczai, esclareceu que provavelmente o repórter estava se referindo à Defensoria Pública da União, com sede em Florianópolis, mas como a senhora Maria Rosa Fernandes Mendes retrucou que era uma reportagem local, o senhor presidente lembrou que o professor Wladimir havia afirmado que a Defensoria Dativa é confundida como Pública. A senhora Maria Rosa Fernandes Mendes perguntou, então, se isso era para confundir o cidadão comum no sentido de que já existe Defensoria Pública em Santa Catarina ou se foi uma falha da reportagem. Na sequência, usou da palavra o jornalista Sandro de Mattia, representando o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, que informou que o Sindicato defende a criação da Defensoria Pública no Estado e perguntou por que até o momento ela não foi instituída, o que a legislação realmente determina nesse sentido e por que o trabalho da Defensoria Dativa não é compensado financeiramente pelo Estado. O senhor presidente, Deputado Pedro Uczai, esclareceu que a questão central do Movimento diz respeito não só ao direito que está sendo negado ao povo de Santa Catarina de ter defensor público como também que este possa participar de concurso público e ter dedicação exclusiva, ressaltando que custa caro o acesso à Justiça para quem

ganha até três salários mínimos mas que para outros setores da sociedade não há custo nisso, e sim subsídio, eis que foram beneficiados com R\$ 3,2 bilhões este ano, além do incentivo fiscal, lembrando que discutir custos e cuidar dos mais pobres no Estado é uma questão ética, de cidadania. Informou que a OAB participou apenas das audiências públicas realizadas em Chapecó e em Joinville sobre o tema e que os advogados da OAB que participaram da audiência pública em Joinville começaram a se convencer durante o debate de que dá para conviver com Defensoria Pública e Defensoria Dativa, daí por que, no seu entendimento, a OAB não se fez representar nas audiências de Florianópolis e Criciúma e certamente não o fará em Blumenau e em Lages, frisando que há interesse em não implantar a Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina. Continuando, apresentou três posições sobre o tema em questão: primeira, deixar como está, ou seja, só a Defensoria Dativa, uma posição política que se transforma em posição de governo, que considera a Defensoria Dativa igual à Defensoria Pública, complementando que provavelmente foi o governo do Estado que "puxou a orelha" da OAB quando percebeu que ela estava se convencendo de que deveria haver Defensoria Pública em Santa Catarina. Segunda, a Defensoria Dativa conviver paralela e complementarmente com a Defensoria Pública; terceira, haver um período de transição, isto é, com o tempo, a Defensoria Dativa se transformaria em Defensoria Pública. Sobre o interesse da OAB em manter o modelo dativo, o deputado Pedro Uczai lembrou o constrangimento pelo qual deve ter passado o representante da OAB na audiência pública em Joinville quando ficou sabendo da decisão de um juiz daquele município em soltar um preso porque o defensor dativo não compareceu nem justificou sua ausência, destacando que o entendimento daquele juiz é que "a falta da Defensoria Pública em Santa Catarina vem trazendo situações tão sérias e irracionais que mais parecem 'O Processo', de Kafka, se apresentando no seu tresloucado enredo, tendo como protagonista o réu indefeso." Sobre o defensor público, afirmou que ele vai se preparar para o concurso e vai ter experiência, mencionando que a lógica de os pobres serem cobaias do defensor dativo iniciante está equivocada. Enalteceu a qualidade do defensor público, cuja ação vai além da ação judicial, destacou que é ele, e não o defensor dativo, que vai defender os direitos coletivos negados à sociedade, principalmente aos mais pobres, explicando que o defensor dativo não o faz porque ou recebe qualquer coisa por isso ou recebe em atraso, optando por pegar os processos principais. Sobre os encaminhamentos, o abaixo-assinado e a mobilização, disse que embora a Assembleia Legislativa não tenha a prerrogativa constitucional de propor o projeto de lei para implantar a Defensoria Pública no Estado, pode fazê-lo, citando como exemplo a mobilização da sociedade para que fosse aprovada a sua proposta de mudança na Constituição Estadual em relação ao artigo 170 e para que fosse aprovado o projeto de iniciativa popular que institua o salário mínimo regional. Desafiou o sul do Estado a colher oito mil assinaturas em prol da criação da Defensoria Pública no Estado, além das duas mil registradas pelo padre Wilson, informando que o DCE e os Centros Acadêmicos de Direito e de História da Unesc serão os centros de coleta dessas assinaturas. Considerou que com a coleta nas outras regiões do Estado poderão fechar as cinquenta mil assinaturas e registrou que uma das dificuldades dos que assinam o abaixo-assinado é não saber o número do título de eleitor, esclarecendo que podem colocar ou a data do nascimento ou o nome da mãe que o TRE consegue identificar o número do título de eleitor. Em seguida, passou a palavra ao senhor Cristiano Vieira Heerdt, defensor público em Porto Alegre/RS, que esclareceu a diferença entre a defesa criminal da Defensoria Pública e da Defensoria Dativa, ressaltando que o defensor público exerce uma defesa substancial, não formal apenas, e que tem prerrogativas como agente político, como servidor público e exclusividade. Disse que iria pegar um gancho da manifestação do Chalton para informar que muitas leis pós-Constituição de 1988 e pós Constituição Cidadã foram editadas, entre elas a Lei Maria da Penha e a Lei do Flagrante, que impõem a necessidade de intimação do defensor público, não do defensor dativo. Citou que na semana passada a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul entrou com três ações civis públicas contra as três concessionárias de energia elétrica daquele Estado no sentido de retirar da conta da luz o PIS e o Cofins, coisa que um advogado dativo não teria condições de fazer. Disse que concorda com o professor Wladimir quando diz que o modelo da Defensoria Dativa não é inconstitucional mas complementar ao modelo que o constituinte elegeu como oficial e afirmou que sempre vai existir o defensor dativo, o qual, por uma série de regulações, vai atuar em harmonia com o defensor público. Contou que num escritório de advocacia do Rio Grande do Sul está estampada a frase "Direito, é para quem o busca" e opinou que o cidadão prestador de serviço público tem que ter dois pressupostos: eficiência e efetividade. Mencionou que sua lotação no foro central de Porto Alegre é no serviço de plantão, onde ainda há muitas filias e que por isso é preciso que seja mais bem aparelhado. Discorreu sobre as funções que exerce naquele foro central, salientando que às vezes entra com ação às quatro horas da

manhã, porque a Defensoria Pública tem um serviço estatal público ali disponível e porque é pago exclusivamente para fazer isso. Dando continuidade à audiência pública, o senhor presidente, deputado Pedro Uczai, concedeu a palavra ao senhor Giovanni Dagostin Moretti, procurador-geral do município de Criciúma, que disse, em forma de desabafo, que já atuou na Defensoria Dativa e por isso sabe das dificuldades que encontram os advogados dativos quando cidadãos são encaminhados aos seus escritórios. Opinou que, independentemente do modelo a ser implantado, tem que se mudar o modelo atual da Defensoria Dativa no Estado de Santa Catarina, citando duas situações que incomodam os advogados: o Estado paga mal e demora para pagar e o cidadão não tem a opção de escolher o advogado, que é distribuído, de forma proporcional, pelo fórum. Finalizou sua manifestação pedindo que essas questões, a continuar a Defensoria Dativa no Estado, sejam vistas pelos deputados. O senhor presidente, deputado Pedro Uczai, devolveu a condução dos trabalhos ao deputado Décio Góes, que explicou que o governo de Santa Catarina não implantou ainda a Defensoria Pública no Estado por uma questão de concepção, uma vez que está convicto de que a Defensoria Dativa é extremamente funcional. Afirmou que o governo catarinense tem a concepção de Estado mínimo na prestação de serviço a tudo que é de interesse popular e que só tem a concepção de Estado máximo na questão da política, haja vista a estrutura das 36 Secretarias Regionais de Santa Catarina. Trouxe à tona a votação do Código Ambiental para exemplificar que em várias questões não vale o que diz a Constituição de Santa Catarina, abordou os benefícios e concessões fiscais dados pelo Estado às grandes corporações econômicas, que representam quase um terço do Orçamento estadual, e mencionou a redução do ICMS para os aviões, comentando que o governo catarinense não tem a mesma disponibilidade para reduzir de 25% para 3% o ICMS do transporte coletivo. Disse não acreditar que haverá iniciativa do governo em apresentar um projeto de lei para criar a Defensoria Pública em Santa Catarina, reiterando que os deputados não terão forças para fazer esse projeto no Legislativo sem o apoio da sociedade catarinense. Ressaltou que é imprescindível as assinaturas no abaixo-assinado e sugeriu que a Unesc, que tem cerca de dez mil alunos, faça uma campanha pedindo que eles tragam seu título de eleitor e assinem esse abaixo-assinado. Prosseguindo, observou que ter Defensoria Pública significa ter políticas públicas preventivas em várias questões, bem como prestar serviço qualificado, especializado ao povo, que tem esse direito, considerando que o conjunto de experiências acumulado trará um retorno para o Legislativo no sentido de aprimorar a legislação vigente, porque existem muitas leis injustas. Ponderou que se vigorar o sistema híbrido, não haverá regulamentação para traçar a política do sistema dativo nem retorno da avaliação desse trabalho, ressaltando que é preciso que se crie a Defensoria Pública em Santa Catarina, conforme prevê a Constituição. Dito isso, agradeceu à Unesc, aos Centros Acadêmicos de Direito e de História, à equipe de taquigrafia, da imprensa e aos demais apoiadores da Alesc, à mesa, aos demais participantes e encerrou a audiência pública.

DÉCIO GÓES
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
PEDRO UCZAI
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
 *** X X X ***

LEI

LEI N. 14.933, de 28 de outubro de 2009

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de vigilância, por meio de câmeras de vídeo, nas arenas multiuso, ginásios desportivos e estádios de futebol, credenciados para a realização de jogos oficiais.

Eu, Deputado Jorginho Mello, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º, da Constituição do Estado, promulgo a presente Lei:

Art. 1º É obrigatória a instalação de sistema de vigilância eletrônica, por meio de câmeras de vídeo, nas arenas multiuso, ginásios desportivos e estádios de futebol credenciados para a realização de jogos oficiais.

§ 1º As câmeras de vídeo referidas no *caput* deverão oferecer cobertura visual simultânea de todas as áreas onde haja concentração de público.

§ 2º Para efeito desta Lei, são considerados jogos oficiais, aqueles organizados por confederações, federações ou ligas desportivas.

Art. 2º Os responsáveis pela administração das arenas multiuso, ginásios desportivos e estádios de futebol terão cento e oitenta dias, a contar da entrada em vigor desta Lei, para o cumprimento do disposto no *caput* do art. 1º.

Art. 3º O espectador flagrado em situação delituosa será entregue à autoridade policial presente no evento, ou em sua ausência, à delegacia da circunscrição, para a adoção das providências legais cabíveis.

Art. 4º O descumprimento desta Lei acarretará ao infrator as penalidades previstas na Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, assim como aquelas definidas pela Lei federal nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto do Torcedor.

Art. 5º As sanções pecuniárias serão convertidas ao Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - FUNDESORTE, conforme a Lei nº 13.336, de 8 de março de 2005.

Art. 6º Esta Lei será regulamentada em até sessenta dias após sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 28 de outubro de 2009
Deputado JORGINHO MELLO

Presidente
*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 345/09

GRUPO ESCOTEIRO "RONALDO DUTRA"
ASSOCIAÇÃO ESCOTEIRO BADEN POWELL
Ofício nº 27/09

Joinville, 21 de outubro de 2009

Ilmo Sr.

Jorginho Mello

Presidente da ALESC - Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos pela presente encaminhar nosso relatório de atividades do ano de 2008, para efeitos de manutenção de nossa Lei de Utilidade Pública Estadual (Nº 4.094/67).

Anexo a este ofício segue cópia da nossa programação completa do ano de 2008, sendo que queremos destacar algumas atividades realizadas:

- . Ação de limpeza e preservação ambiental do Monte Crista;
 - . Auxílio nas ações de ajuda aos desabrigados pelas enchentes em Joinville e região;
 - . Realização de mais de 10 acampamentos, envolvendo escoteiros e seus pais/familiares;
 - . Realização de evento alusivo ao 52º aniversário de fundação do Grupo Escoteiro Ronaldo Dutra;
 - . Atendimento a jovens de famílias de baixa renda encaminhados pela Secretaria de Assistência Social de Joinville;
 - . Parceria com o Juizado Especial Criminal para prestação de serviço comunitário de réus;
- Encaminhamos também cópia do Balanço Patrimonial do período.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos a vossa disposição para qualquer eventualidade.

Cordialmente,
Sempre Alerta!!

José Valmor Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Lido no Expediente
Sessão de 28/10/09

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2047, de 27 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ADRIANO PARES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2048, de 27 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANELIA MARIA MARTINS, para exercer o cargo

de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2049, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora ELZA MARIA INACIO, matrícula nº 4422, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de novembro de 2009 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2050, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELZA MARIA INACIO, matrícula nº 4422, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de novembro de 2009 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2051, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor JANDERSON DA SILVA SILVEIRA, matrícula nº 5795, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de novembro de 2009 (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2052, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA LUIZA NIETTO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valmir Francisco Comin).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2053, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora ZENAIR ESTEVAM, matrícula nº 5825, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de novembro de 2009 (Gab Dep Marcos Vieira).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2054, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ZENAIR ESTEVAM, matrícula nº 5825, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar,

código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de novembro de 2009 (Gab Dep Marcos Vieira).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2055, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*
EXONERAR a servidora ESTELA REGINA ANDRADES DA SILVA, matrícula nº 6225, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de novembro de 2009 (Gab Dep Marcos Vieira).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2056, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*
NOMEAR ESTELA REGINA ANDRADES DA SILVA, matrícula nº 6225, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de novembro de 2009 (Gab Dep Marcos Vieira).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2057, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*
NOMEAR LUCIANO ADILIO ALVES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Marcos Vieira).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2058, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*
EXONERAR a servidora ROSANA MARICATO RIBEIRO, matrícula nº 4781, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de novembro de 2009 (Liderança do PTB).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2059, de 28 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*
NOMEAR ROSANA MARICATO RIBEIRO, matrícula nº 4781, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de novembro de 2009 (Liderança do PTB).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2060, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*
NOMEAR TIAGO DA LUZ, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-01, do

Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PTB).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2061, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*
NOMEAR SIDENEI DA ROCHA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Moacir Sopelsa).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2062, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*
NOMEAR IVANIR BORTOLI NEUMAYR, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Moacir Sopelsa).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2063, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*
NOMEAR MATEUS BLOCH KONOGRAY, matrícula nº 5672, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Moacir Sopelsa).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2064, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*
EXONERAR a servidora VANESSA CRISTINA SONCINI RADTKE, matrícula nº 5121, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de novembro de 2009 (Gab Dep Professor Grandó).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2065, de 28 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*
NOMEAR MARIANA NOLA SCHMOELLER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Professor Grandó).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 469/09

Declara de utilidade pública o Instituto de Políticas Públicas e Sociais - IPPS, com sede no município de Imaruá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto de Políticas Públicas e Sociais - IPPS, com sede no município de Imaruí.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Círio Vandresen

Lido no Expediente

Sessão de 28/10/09

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Instituto de Políticas Públicas e Sociais - IPPS, com sede no município de Imaruí é uma pessoa jurídica, de direito privado e interesse público, sem fins econômicos e lucrativos, é uma associação civil com objetivo de zelar pela ética, pela paz, pela cidadania, pelos direitos humanos e pela democracia.

Promove atividades educativas, culturais e científicas realizando pesquisa, conferências, seminários, cursos, treinamentos, editando publicações, vídeos, processamento de dados, assessoria técnica nos campos ambiental, educacional e sociocultural.

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual almejada por este instituto o tornará apto a usufruir dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma a capacidade de promover os fins e objetivos propostos.

Considerando a relevância dos serviços prestados pelo IPPS na promoção do voluntariado, do desenvolvimento econômico, social, combate a fome e a pobreza, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 470/09

Dispõe sobre a divulgação dos nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pelas chefias de plantão nas entradas principais e de acesso ao público dos Hospitais, Casas de saúde, Pronto-Socorros e Ambulatórios localizados no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam os Hospitais, Casas de Saúde, Prontos-Socorros e Ambulatórios localizados no Estado de Santa Catarina obrigados a divulgar em local e de modo visível, nas entradas principais e de acesso ao público, com os nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pelas chefias de plantão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 28/10/09

JUSTIFICATIVA

Considerando que o Público em geral tem necessidade de saber quem são os responsáveis administrativos e os médicos responsáveis pelas chefias de plantão.

Considerando que a colocação de um painel nas entradas principais e de acesso ao público nos Hospitais, Casas de Saúde, Pronto-Socorros e Ambulatórios localizados no Estado de Santa Catarina, representa uma medida recomendável;

Resolvo apresentar o presente Projeto de Lei, solicitando aos Nobres Colegas Deputados que, unanimemente, o aprovem por se medida benéfica e de utilidade geral para toda a população Catarinense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 471/09

Autoriza o Estado de Santa Catarina a instituir o programa "Cidade Digital" no território catarinense e dá outras providências.

Art. 1º Autoriza o Estado de Santa Catarina a instituir o programa "Cidade Digital" no território catarinense.

Parágrafo único. Este programa consiste no oferecimento de internet banda larga, através de rede gratuita e sem fio, com uso da tecnologia chamada de Wi-Max, como forma de proporcionar a população acesso à informação em tempo real, instrumento hábil para o desenvolvimento de todos os setores da sociedade e, em especial, de propagação da educação, da cultura, do lazer, do desporto e da cidadania.

Art. 2º O programa "Cidade Digital", será executado pelo Governo do Estado, com os convênios e parcerias que a legislação pertinente facultar, e, inicialmente, terá o município de São José como seu laboratório e projeto piloto, para operacionalização da tecnologia que deverá ser, gradativamente, levada para todo o Estado, num prazo de 24 meses.

§ 1º O acesso à rede mundial de computadores, a internet, será gratuito e irrestrito a qualquer cidadão que tiver equipamento hábil para captação do sinal.

§ 2º Para implementação do programa, o Governo Estadual poderá buscar parcerias e firmar convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, desde que preservado o escopo primeiro desta lei, que é proporcionar a população acesso à informação em tempo real, gratuito e de maneira indistinta, para o desenvolvimento integrado de cada cidade.

§ 3º Os recursos necessários à execução do objeto desta lei serão garantidos pelo Governo do Estado e pelos seus eventuais parceiros e convenientes.

Art. 3º A estrutura organizacional para execução desta lei e as competências administrativas para sua operacionalização serão regulamentadas pelo Executivo Estadual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Círio Vandresen

Lido no Expediente

Sessão de 28/10/09

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Ao apresentarmos o presente projeto de lei visamos através do governo catarinense oportunizar aos cidadãos o acesso a internet gratuita, como forma de proporcionar a informação em tempo real, instrumento hábil para o desenvolvimento de todos os setores da sociedade e, em especial, de propagação da educação, da cultura, do lazer, do desporto e da cidadania.

O sagrado direito à informação foi abarcado pela Constituição Federal de 1988, que completou 21 anos neste mês de outubro. Na era da comunicação digital, a população não pode prescindir de sua inclusão nesse processo que já transformou a realidade global.

Pretendemos junto ao programa "Cidade Digital" começando pelo município de São José, que em toda sua área terá, uma infra-estrutura de internet para acesso individual e gratuito, com vistas a disponibilizar à sua população uma gama de informações, além de serviços públicos e privados em ambiente virtual. O principal objetivo do programa "Cidade Digital" é a universalização do acesso à rede mundial de computadores (internet), com tecnologia de ponta e de maneira irrestrita.

Alguns serviços também podem ser oferecidos para o cidadão através deste projeto, como por exemplo: polícia, bombeiros, atendimento à saúde, serviços de emergência, atendimento ao cidadão, turismo, bibliotecas, monitoração de segurança e comunicação de voz através da tecnologia de VoIP, que permite o usuário conversar através da internet, realizando chamadas para computadores conectados a rede.

As tecnologias que poderão ser utilizadas são:

- Wi-Max: tecnologia de banda larga sem-fio atua como alternativa às tecnologias como cabo e DSL, na prática, o Wi-Max funcionaria como o WiFi, mas a velocidades mais altas, em distâncias maiores e para um número bem maior de usuários. O Wi-Max poderia acabar com as áreas que hoje não têm acesso à internet de banda larga porque as empresas de telefonia e TV a cabo ainda não levaram os fios necessários até estes remotos locais;

- Wi-Fi: é necessário estar em um raio de ação de um ponto de acesso conhecido por "hotspot", muito usado em aeroportos, em cafés, em bibliotecas e em hotéis, estudos revelam que um número cada vez maior de cidades usa a tecnologia para fornecer acesso de baixo custo à internet aos seus moradores; e

- Wi-Mesh: rede composta por várias antenas que por estarem próximas umas das outras ampliam a nuvem de transmissão, as redes mesh sem fios, ainda é uma tecnologia em desenvolvimento, podem conectar com facilidade e efetividade, cidades inteiras usando uma tecnologia existente e barata;

Acreditamos que no futuro próximo, a conexão sem fio pode se tornar tão difundida que você vai poder acessar a internet em qualquer lugar e a qualquer momento, sem usar fios.

Neste sentido o projeto de lei contempla o acesso à rede mundial de computadores, a internet, de forma gratuita e irrestrita a qualquer cidadão que tiver equipamento hábil para captação do sinal.

Por fim, temos a certeza que é um projeto de vanguarda, que traz em seu bojo duas vertentes principais: a grande possibilidade de colaborarmos com a educação transformando o ensino público comprometido de verdade com o aluno carente e a cidadania que representa para àquele que vai recebê-lo como fruto irretirável do seu próprio esforço.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***